

**RAFAEL GINANE BEZERRA**

**DA PRÁTICA DA SEPARAÇÃO DO LIXO: ESTUDO DE CASO SOBRE  
AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO LIXO ENTRE OS  
PARTICIPANTES DO PROGRAMA CÂMBIO VERDE EM UM  
BAIRRO DE CURITIBA**

**Dissertação apresentada como requisito  
parcial à obtenção do grau de Mestre em  
Sociologia, Curso de Pós-Graduação em  
Sociologia, Setor de Ciências Humanas,  
Letras e Artes, Universidade Federal do  
Paraná.**

**Orientador: Prof. Dr. Márcio de  
Oliveira**

**CURITIBA**

**2003**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA  
Rua General Carneiro, 460 - 9º andar-sala 907 Fone e fax : 360-5173

## PARECER

Os Membros da Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, para realizar a arguição da Dissertação do aluno **RAFAEL GINANE BEZERRA**, sob o título “DA PRÁTICA DA SEPARAÇÃO DO LIXO: estudo de caso sobre as representações sociais do lixo entre os participantes do programa câmbio verde em um bairro de Curitiba”, para obtenção do Título de Mestre em Sociologia, ..... *Abscissa* ..... o candidato com conceito “..... *A* .....” sendo-lhe conferidos os créditos previstos na regulamentação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, completando assim todos os requisitos necessários para receber o **Título de Mestre**.

Curitiba, 14 de outubro de 2003.

Prof. Dr. Márcio S.B.S.de Oliveira -Orientador (UFPR)

Prof. Dr. Álfio Brandenburg (UFPR)

Profª Drª Brasilmar Ferreira Nunes (UNB)

*Para o Bruno*

## **AGRADECIMENTOS**

Várias pessoas contribuíram para a realização deste trabalho. Gostaria de mencionar, em primeiro lugar, o Prof. Dr. Márcio de Oliveira, orientador desta dissertação. Sempre precisa, sua orientação permitiu liberdade de pesquisa e segurança na consolidação do texto definitivo. Devo a ele, desde o momento em que foi meu tutor no Programa Especial de Treinamento (PET – CAPES), o gosto e o encanto que aprendi a ter pela profissão de Sociólogo. Agradeço também ao Prof. Dr. Alfio Brandenburg e ao Prof. Dr. Nelson Rosário de Souza, membros da banca do Exame de Qualificação, pelas sugestões e críticas que contribuíram para a versão final desta dissertação.

Sou grato aos funcionários da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA), da Secretaria Municipal do Abastecimento (SMA), da Administração Regional de Santa Felicidade e aos moradores do Bairro São Braz. Foram eles que me proporcionaram as condições materiais para executar esta pesquisa.

Alexsando Eugênio Pereira e Sidnei Volkman discutiram comigo várias partes deste trabalho. Ambos acompanharam, com paciência e disposição, sua redação final. Agradeço a eles a generosidade e o companheirismo.

A Prof. Dra. Stella Maris Bezerra (CEFET – PR), apaixonada pela temática ambiental e perspicaz observadora dos programas elaborados pela Prefeitura Municipal de Curitiba, sugeriu-me o tema desta pesquisa. Agradeço a ela e ao meu irmão Arandi o constante apoio intelectual.

A Célia e o Bruno, companheiros fabulosos, cuidaram da “logística familiar” e mantiveram a casa em funcionamento enquanto esta dissertação foi sendo preparada. Agradeço a paciência e o carinho de vocês. O seu Nestor, a dona Emília e o Paulo gentilmente me receberam em sua casa. Agradeço a eles a hospitalidade.

Finalmente, não poderia deixar de citar meus pais, Marli e Arandi. Sua cobrança generosa e seu incentivo foram fundamentais para a conclusão deste trabalho.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO .....</b>	<b>V</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>06</b>
<b>CAPÍTULO 1 DO LIXO E DE SUAS PRÁTICAS CORRELATAS COMO OBJETO DE REFLEXÃO .....</b>	<b>15</b>
1.1 DO SIGNIFICADO DE ALGUMAS EXPRESSÕES .....	15
1.2 DA ABORDAGEM DO LIXO E DE SUAS PRÁTICAS CORRELATAS .....	18
1.3 DO LIXO, DAS PRÁTICAS CORRELATAS E DA NOÇÃO DE SUJIDADE COMO CONSTRUÇÕES SOCIAIS .....	20
1.4 DO LIXO, DAS PRÁTICAS CORRELATAS E DA NOÇÃO DE SUSTENTABILIDADE COMO CONSTRUÇÕES SOCIAIS .....	26
1.5 DA SEPARAÇÃO, DA COLETA SELETIVA E DA RECICLAGEM: PRÁTICAS GERADORAS DE EDUCAÇÃO OU ADESTRAMENTO AMBIENTAL? .....	33
<b>CAPÍTULO 2 DO GERENCIAMENTO DO LIXO E DA COLETA SELETIVA: O CONTEXTO BRASILEIRO E O CASO DE CURITIBA .....</b>	<b>39</b>
2.1 DO GERENCIAMENTO DO LIXO E DA COLETA SELETIVA NO BRASIL: ALGUNS DADOS .....	39
2.2 DO GERENCIAMENTO DO LIXO E DA COLETA SELETIVA EM CURITIBA: ALGUNS DADOS .....	42
2.3 DA COLETA SELETIVA EM CURITIBA E DO PROGRAMA CÂMBIO VERDE .....	47
2.4 DA COLETA SELETIVA: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O CASO DE CURITIBA .....	53
<b>CAPÍTULO 3 DA TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E DA METODOLOGIA DE PESQUISA .....</b>	<b>65</b>
3.1 DA TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: A TRAJETÓRIA DO CONCEITO DE REPRESENTAÇÃO DENTRO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS .....	65
3.2 DA TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: O RESGATE DO CONCEITO DE REPRESENTAÇÃO ATRAVÉS DA PSICOLOGIA SOCIAL .....	69
3.3 DO CONTEÚDO DA TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS .....	71
3.4 DOS ASPECTOS METODOLÓGICOS .....	74
3.5 DA COLETA E DA ANÁLISE DOS DADOS .....	78
<b>CAPÍTULO 4 DO ESTUDO DE CASO REALIZADO NO BAIRRO SÃO BRAZ .....</b>	<b>82</b>
4.1 DO BAIRRO SÃO BRAZ E DAS CARACTERÍSTICAS DO “PONTO DE TROCA” DO PROGRAMA “CÂMBIO VERDE” .....	82
4.2 DOS MORADORES ENTREVISTADOS .....	85
4.3 DAS ASSOCIAÇÕES DE IDÉIAS PRESENTES NOS DISCURSOS DOS ENTREVISTADOS .....	86
4.3.1 DO QUE FOI DITO SOBRE O LIXO .....	86
4.3.2 DO QUE FOI DITO SOBRE AS PRÁTICAS COTIDIANAS RELACIONADAS AO LIXO .....	90
4.3.3 DO QUE FOI DITO SOBRE A TEMÁTICA AMBIENTAL .....	93
4.3.4 DO QUE FOI DITO SOBRE O FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA CÂMBIO VERDE .....	96
<b>CAPÍTULO 5 CONCLUSÃO .....</b>	<b>101</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>104</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>108</b>

## **RESUMO**

Análise das práticas estabelecidas em relação ao lixo pelos moradores do Bairro São Braz, situado em Curitiba, capital do estado do Paraná, atendidos por um programa municipal de coleta seletiva conhecido como “Câmbio Verde”. Tendo como pano de fundo o referencial teórico das Representações Sociais, o objetivo do trabalho é verificar em que medida a participação no referido programa tem contribuído para alterar e / ou criar novos significados atribuídos à prática da separação do lixo. Mais especificamente, procura-se verificar em que extensão o programa tem possibilitado algum tipo de reflexão sobre a temática ambiental entre os moradores que dele se utilizam. Discorre sobre o lixo e suas práticas correlatas como objetos dotados de significados construídos socialmente. Apresenta um breve quadro relativo ao gerenciamento do lixo no Brasil, procurando refletir sobre a repercussão expressivamente positiva que os programas de coleta seletiva elaborados pela Prefeitura Municipal de Curitiba vêm recebendo. Apóia-se em levantamento qualitativo obtido através de entrevistas com dezessete moradores do Bairro São Braz, constatando que a prática da separação do lixo está prioritariamente vinculada a significados econômicos e sanitários que se sobrepõem à reflexão sobre a temática ambiental.

Palavras-chave: Lixo; Separação; Práticas Cotidianas; Representações; Coleta Seletiva; Curitiba.

## **ABSTRACT**

This essay analyses the practices related to garbage handling and separation among people from a suburb of Curitiba, the state capital of Paraná. It refers to a municipal program seeking the selective collection of garbage, called “Câmbio Verde”. This work uses the Social Representation Theory as a reference, and its main purpose is to verify in which extent popular participation in the program mentioned above contributes to change and / or to create new meanings to the garbage separation practice. Special attention is paid whether the program helps to promote any kind of reflection concerning the environment. It also analyses garbage handling and separation practices as objects which meanings are socially constructed. It shows a short description of garbage management in Brazil and searches for clues to comprehend the national and international positive repercussion of Curitiba’s local government programs. Qualitative data based on seventeen interviews indicates that garbage separation practice is mainly related to economic and sanitary issues rather than to a reflection concerning the environment.

**Key-words:** Garbage; Separation; Representations; Selective collection; Curitiba.

## INTRODUÇÃO

Lixo, reciclagem, coleta seletiva e gerenciamento de resíduos são palavras que ocupam com frequência a atenção de estudos sobre questões urbanas. Isso não ocorre ao acaso. O lixo, sua produção em volumes cada vez maiores, contendo quantidade crescente de material inorgânico, é apontado, por ambientalistas e técnicos em planejamento urbano, como um dos principais problemas enfrentados na atualidade pelas administrações locais. Por outro lado, o seu gerenciamento, adotando práticas como a coleta seletiva e a reciclagem, é visto como uma possível solução para o problema.

No Brasil, onde o gerenciamento do lixo urbano não é organizado através de uma política em âmbito nacional, sendo responsabilidade isolada dos municípios, o problema revela seus contornos dramáticos. Nos últimos trinta anos, o país foi marcado pelo crescimento vertiginoso da sua população urbana. O conseqüente inchaço das cidades foi acompanhado, entre outros problemas, pela crescente escassez de espaços apropriados para o destino final do lixo que se produz. Por dificuldades diversas, como por exemplo, ausência de recursos financeiros e técnicos, as administrações locais não têm conseguido superar esse obstáculo. Elas priorizam os serviços de coleta e limpeza dos espaços públicos. Recolhem o lixo, mas o mesmo acaba sendo disposto de maneira inadequada. Eis a origem de vários problemas urbanos.

A título de exemplo, sabe-se que o despejo do lixo em depósitos inadequados implica no agravamento de problemas ligados à saúde pública. De acordo com o relatório *Meio Ambiente Brasil – Avanços e Obstáculos Pós Rio 92*<sup>1</sup>, a ocorrência de doenças relacionadas à mortalidade infantil aumenta em aproximadamente 70% nas

---

<sup>1</sup> Preparado pelo Instituto Socioambiental (ISA) e pelo Centro Internacional de Desenvolvimento Sustentável (CIDS) da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o relatório representa um balanço da situação brasileira em relação às propostas de sustentabilidade elaboradas durante a Conferência Rio-92.



áreas próximas a esses depósitos.

Também é bastante conhecida a relação entre lixões e o agravamento de problemas sociais. O *Fórum Nacional Lixo e Cidadania* através do programa *Criança no Lixo, Nunca Mais*<sup>2</sup>, afirma que esses depósitos estão relacionados com a mobilização de um grande contingente de miseráveis e desempregados que sobrevivem a custa da cata de resíduos para comercialização e consumo próprio. Em alguns lugares, três gerações da mesma família vivem da coleta de lixo. Parte significativa dessa população é formada por crianças, fato que aumenta a evasão escolar e sua exposição a problemas como gravidez na adolescência e uso de drogas.

Por fim, citando um último exemplo, é fato bastante divulgado a degradação ambiental provocada pelos lixões. O *Centro de Referência e Gestão ambiental para Assentamentos Humanos*<sup>3</sup> mostra que o acúmulo de lixo, ligado ao crescimento urbano em direção às áreas de mananciais e combinado com baixos padrões de habitabilidade, constitui uma das principais causas de perda dos recursos hídricos para o consumo da população urbana.

A lista de problemas pode prosseguir de forma extensa<sup>4</sup>. É por isso que o lixo representa um objeto de análise extremamente relevante, ocupando a atenção de ambientalistas, técnicos, acadêmicos, poder público, organizações não governamentais e organismos internacionais. É por isso, também, que a preocupação em desenvolver práticas como reciclagem e coleta seletiva segue a mesma tendência. Se a geração de lixo é uma fonte de problemas, essas práticas são apontadas como possíveis soluções.

---

<sup>2</sup> O fórum é patrocinado pelo UNICEF e tem como objetivo principal a promoção de ações que contribuam para erradicar a cata de lixo por crianças e melhorar as condições de vida e trabalho das pessoas que vivem dessa atividade.

<sup>3</sup> Esse centro é mantido pela Universidade Livre do Meio Ambiente, ligado à Prefeitura Municipal de Curitiba. Seu objetivo é coletar e difundir experiências de gestão ambiental consideradas bem sucedidas.

<sup>4</sup> Essa lista será detalhada adiante. Ver capítulo 1, seção 1.4.

O *Compromisso Empresarial para a Reciclagem* (CEMPRE)<sup>5</sup> faz eco a esse ponto de vista. Instituição de referência na promoção dessas práticas no Brasil, responsável por diversas publicações, ele sustenta o argumento de que reciclagem e coleta seletiva são elementos fundamentais numa política de gerenciamento do lixo. Trazem benefícios que extrapolam os ganhos econômicos, servindo como ponto de partida para um processo de conscientização da comunidade a respeito dos problemas ambientais. Consciência ambiental é vista aqui como um elemento que induz à reflexão sobre valores e comportamentos. A partir dessa reflexão os indivíduos percebem que muitos desses valores e comportamentos são incompatíveis com a construção de uma sociedade sustentável. Um destaque muito privilegiado é dado aos hábitos de consumo. Assim, mudança nos hábitos de consumo, possibilitando a redução do volume de lixo gerado, seria um dos grandes benefícios trazidos pela prática da separação do lixo, mediante formação de uma consciência ambiental.

Esse tema da consciência ambiental também está presente em duas séries de levantamentos quantitativos (*survey*) realizados em 1992 e 1997. Responsável por esses levantamentos, S. CRESPO (1998) aponta que é possível falar em um aumento da consciência ambiental entre a população brasileira. Ao mesmo tempo, a autora aponta que, para essa população, a disposição em contribuir com as causas ambientais tem como atitude mais evocada a participação em campanhas que envolvem a separação do lixo. Ou seja, para a população brasileira, a participação em programas de reciclagem e coleta seletiva é o meio mais concreto de se combater os problemas ambientais.

De qualquer forma, não existe um consenso a respeito das implicações práticas disso que vem sendo chamado de consciência ambiental. Da mesma maneira, a relação entre programas de coleta seletiva, reciclagem e consciência sobre as

---

<sup>5</sup> O CEMPRE elabora publicações que orientam a implantação e o gerenciamento de experiências voltadas para a reciclagem e a coleta seletiva. Também mantém um banco de dados sobre programas de reciclagem e coleta seletiva no Brasil.

implicações ambientais dos hábitos que estão ligados à crescente produção de lixo é controvertida.

É necessário ressaltar que, a despeito da extensão dos problemas que suscita, no Brasil a conversão da questão do lixo em objeto de demanda social para a criação de políticas públicas é bastante tímida. Esse fato é suficientemente significativo para colocar em questão os efeitos do que vem sendo chamado de consciência ambiental. Isso pode ser ilustrado pelas iniciativas para criação de cooperativas de catadores de lixo. Responsáveis pela coleta da maior parte do lixo reciclável em área urbana, eles desempenham importante função econômica e ambiental. Ao mesmo tempo, são relegados a condições precárias de trabalho e de vida. Ainda assim, não se consegue articular um movimento suficientemente amplo para remediar essa situação através de uma política pública.

Em estudo sobre o potencial econômico representado pela reciclagem, S. CALDERONI (1997) observa algumas conseqüências negativas derivadas dessa timidez de demandas por intervenção governamental. Sem intervenção, a prática da reciclagem dá origem a um mercado informal e oligopolista. Nele, grandes empresas pagam preços extremamente baixos pelo material coletado por miseráveis e desempregados que trabalham sem o amparo da lei. Trata-se de uma relação brutal de exploração. Nesse caso, impulsionada por motivações exclusivamente econômicas, a reciclagem apenas transforma o lixo e os problemas que provoca em justificativa para a produção de lucro. Não contribui para a geração de renda, de emprego e de equilíbrio ambiental e nem representa uma prática que reflète consciência em relação a problemas ambientais ou sociais.

Ao analisar a prática da reciclagem de latas de alumínio no Brasil, P. LAYRARGUES (2002) argumenta que a ausência de um encaminhamento genuinamente político para a questão do lixo ultrapassa os limites apontados acima. Para o autor, além de não serem convertidos em política pública, os problemas ligados ao lixo têm recebido um tratamento prioritariamente técnico. Analisando a bibliografia que trata do tema, ele conclui que a abordagem do lixo sob o prisma da técnica esvazia

a importância de relações sociais fundamentais à compreensão da questão. Uma reflexão que deveria começar pelo modelo de sociedade que se organiza para produzir, estimulando o consumo através da obsolescência programada, originando um estilo de vida insustentável, é reduzida à tarefa técnica de separar o lixo produzido, destinando-o, através de coleta seletiva, à reciclagem.

O autor também argumenta que a reciclagem e a prática da coleta seletiva têm sido vinculadas a um discurso ambiental conservador. Visando uma mudança de comportamento das pessoas em relação ao lixo, sem que se desenvolva uma visão mais crítica sobre a complexa cadeia de causas e efeitos que regem a sua produção, esse discurso cria a percepção equivocada de que, enquanto houver separação e reciclagem, haverá, também, a possibilidade de geração ilimitada de lixo.

Seguindo esse mesmo raciocínio, ao refletir sobre a prática da educação ambiental, P. BRÜGGER (1994) afirma que os problemas ambientais como os originados pelo lixo têm origem numa mentalidade instrumental, refletida em comportamentos utilitaristas, próprios de uma sociedade capitalista que se organiza de maneira insustentável. Enfrentar tais problemas, sob a perspectiva da autora, implica na construção de uma crítica profunda a todo um modelo de civilização, pois o privilégio dado a soluções estritamente técnicas reproduz uma situação de alienação. Leva a acreditar, de forma equivocada, que produzir lixo é algo natural, que seus problemas afetam a todos indistintamente e que a sua correta manipulação técnica, através da coleta seletiva e da reciclagem, viabiliza a reprodução dos padrões atuais de organização social.

Com sua argumentação, a autora pretende demonstrar que a resolução de problemas ambientais sob uma ótica técnica não leva à construção de consciência ambiental, mas apenas ao que chama de adestramento ambiental. Caracterizado por uma mudança inconsciente de comportamento, ele permite que se dê solução pontual a um problema e que, ao mesmo tempo, a causa desse problema continue se repetindo.

Como se pode observar, há consenso no reconhecimento de que o lixo traz problemas graves e de todas as ordens. Ao mesmo tempo, há uma série de

questionamentos sobre a maneira como a coleta seletiva e a reciclagem vêm sendo usadas para solucionar esses problemas. CALDERONI demonstra que a prática da reciclagem pode avançar em função de motivações alheias à preocupação com o gerenciamento adequado do lixo. LAYRARGUES e BRÜGGER argumentam que a separação do lixo pode ocorrer sem que exista uma reflexão sistematizada sobre problemas ambientais.

Os questionamentos apresentados acima demonstram que é possível formular uma problemática a partir de interpretações opostas relacionadas às conseqüências dos programas de reciclagem e coleta seletiva de lixo. De um lado está o argumento de que esses programas permitem a formação de uma consciência ambiental, ponto de partida para a redefinição de valores e práticas compatíveis com o desenvolvimento de uma sociedade sustentável. De outro, está o argumento de que os mesmos programas têm gerado uma mudança que se limita ao adestramento, perigoso por sugerir que através da correta manipulação técnica do lixo será possível manter os atuais padrões de organização social, inerentemente insustentáveis.

O presente trabalho pretende contribuir com a discussão dessa problemática através de um estudo de caso. Tendo como pano de fundo a Teoria das Representações Sociais, seu objetivo é investigar, descrever e analisar, os discursos e práticas estabelecidos em relação ao lixo por uma comunidade que vive em Curitiba, capital do estado do Paraná, no bairro São Braz, e é atendida por um programa municipal de coleta seletiva conhecido como “Câmbio Verde”.

Tanto o programa de coleta seletiva como a cidade de Curitiba oferecem elementos importantes para dar suporte ao estudo de caso.

Curitiba, em primeiro lugar, possui uma imagem bastante difundida de cidade planejada<sup>6</sup>. Mais do que isso, é descrita como a cidade que conseguiu implantar uma sistemática eficiente de planejamento urbano enquanto outras cidades brasileiras

---

<sup>6</sup> O tema do planejamento urbano em Curitiba será discutido adiante. Ver capítulo 2, seção 2.4.

de mesmo porte fracassaram em suas tentativas. Em segundo lugar, também é difundida, embora bastante questionada, a imagem de que Curitiba teria conseguido equacionar o seu planejamento com as prerrogativas de um desenvolvimento urbano sustentável em termos ambientais. Apontada como um exemplo a ser seguido por outras cidades, recebeu inclusive, no início da década de 1990, o apelido de “capital ecológica”. Dessa forma, pelo menos a princípio, o programa de coleta seletiva em questão não seria um programa como outro qualquer, mas o programa de uma cidade planejada e preocupada com as questões ambientais.

Outro traço importante é que Curitiba fornece um cenário privilegiado para se observar uma administração que, desde longa data, procura legitimar suas intervenções através do discurso da racionalidade técnica, representada por uma burocracia pública descrita como ativa e eficiente.

A presença da valorização do discurso técnico é refletida no programa de coleta seletiva de lixo. Em estudo sobre o estilo de gestão municipal de Curitiba, K. FREY (1996) observa que esse programa foi elaborado sem que houvesse participação da sociedade, vista pela administração municipal como um entrave à racionalidade e ao bom andamento do planejamento urbano. A lógica da Prefeitura Municipal de Curitiba (PMC) considera que, terminada a fase de concepção, a sociedade deve aderir aos programas, engajando-se na sua implementação. Dito de outra forma, no funcionamento do programa, a sociedade é convocada a desenvolver um novo comportamento em função de uma solução, primordialmente técnica, para os problemas gerados pelo lixo.

Cabe ressaltar que, além disso, o programa de coleta seletiva em questão foi implementado em 1991. Desde então, foi mantido pelas administrações subseqüentes, todas pertencentes ao mesmo grupo político, organizado ao redor da figura de Jaime Lerner, ex-Prefeito de Curitiba e ex-Governador do estado do Paraná. Essa continuidade permitiu um acúmulo de informações, tanto em relação a dados oficiais, como em relação às percepções das pessoas que o utilizam.

Em relação ao programa, ao todo a Prefeitura Municipal o disponibiliza em

sessenta e um locais da cidade. Ele visa atingir famílias, moradoras de regiões periféricas, cuja renda média é de até três salários mínimos mensais. Nele, a população troca, com frequência quinzenal, lixo reciclável por alimentos. O fato desse programa estimular a participação da população através de um mecanismo de troca é particularmente valioso para o estudo de caso, pois permite que o mesmo possa avaliar as conseqüências do seu funcionamento.

De acordo com a apresentação oficial, o programa traz uma série de conquistas positivas: limpeza imediata da região, diminuição do lixo destinado ao aterro sanitário através da reciclagem, mitigação de carências sociais, melhoria na alimentação das pessoas e contribuição para escoar a produção de alimentos produzidos na Região Metropolitana de Curitiba. A conseqüência mais divulgada e comemorada pelo poder público, no entanto, é a criação de uma forte consciência ambiental que contribui para produzir um sentimento de identificação entre o indivíduo e a sua cidade. Argumenta-se que essa identidade é fundamental para explicar a participação ativa dos cidadãos nos programas que a Prefeitura Municipal elabora.

O estudo de caso está orientado em função de uma premissa geral: as práticas cotidianas das pessoas, visando particularmente a participação no programa de coleta seletiva, podem ser compreendidas a partir das representações que elas constroem em relação ao lixo. Assim, a hipótese de pesquisa orienta a investigação a mapear as representações sobre o lixo, confrontando uma dimensão mais genérica e abstrata relativa aos problemas ambientais, com outras dimensões marcadas por problemas cotidianos, relativas a aspectos sanitários e econômicos.

Para possibilitar a verificação da premissa e da hipótese mencionadas acima é que se optou pelo referencial teórico das Representações Sociais. Embora esse tema receba atenção mais detalhada adiante<sup>7</sup>, é importante ressaltar que a escolha desse referencial está vinculada à preocupação de se cotejar, através das representações

---

<sup>7</sup> O referencial teórico das Representações Sociais será discutido adiante. Ver capítulo 3.

elaboradas pelos moradores, as práticas relacionadas ao lixo e os significados que as acompanham. É justamente através do acesso às representações que se pretende verificar se, ou em que extensão, o programa “Câmbio Verde” tem promovido algum tipo de educação ambiental.

Em sua estrutura, o trabalho está dividido em cinco capítulos.

No primeiro, é apresentada uma discussão a respeito do lixo e de suas práticas correlatas como objeto de reflexão. Esse capítulo procura demonstrar, através de revisão bibliográfica, que ambos representam, ao invés de objetos dados e portadores de características objetivamente intrínsecas, construções sociais. Também procura sistematizar a problemática central da pesquisa, opondo a noção de consciência à de adestramento ambiental.

No segundo, é elaborado um panorama geral, embora sintético, a respeito do gerenciamento do lixo no Brasil. Esse panorama sugere que o caso de Curitiba é paradigmático em relação aos programas de reciclagem e coleta seletiva de lixo. Dessa forma, o capítulo também procura, novamente através de revisão bibliográfica, refletir a respeito desse suposto traço paradigmático do caso curitibano.

No terceiro, é apresentada a Teoria das Representações Sociais bem como os aspectos metodológicos que orientaram o estudo de caso. Essa apresentação procura demonstrar que a análise das representações é particularmente valiosa para o estudo de caso contido no presente trabalho, à medida que toma o conhecimento produzido pelo senso comum como um conhecimento provido de eficácia, tanto atribuindo sentido à realidade como orientando e justificando práticas cotidianas.

No quarto, é feita a descrição e a análise dos dados levantados através do estudo de caso realizado no bairro São Braz.

Por fim, no quinto capítulo, são apresentadas as conclusões gerais do trabalho.



# **1 DO LIXO E DE SUAS PRÁTICAS CORRELATAS COMO OBJETO DE REFLEXÃO**

## **1.1 DO SIGNIFICADO DE ALGUMAS EXPRESSÕES**

Os textos e discussões que tomam o lixo como objeto de reflexão apresentam algumas expressões específicas. Reciclagem, coleta seletiva, resíduos sólidos e gerenciamento de resíduos são apenas algumas dessas expressões. Elas nem sempre são usadas com o mesmo sentido. É comum, por exemplo, o emprego indistinto das expressões coleta seletiva e reciclagem para designar a mesma prática: recuperar do lixo aquilo que seria descartado. Por conta disso, é necessário um breve esclarecimento sobre essas expressões, salientando o sentido que lhes será atribuído no presente trabalho.

Reciclagem é um processo que reduz um produto a suas matérias-primas originais para que elas possam ser usadas novamente. Permite que uma matéria que já havia sofrido transformação prévia possa ser introduzida novamente no circuito econômico. Pode ocorrer antes da realização do consumo, quando os materiais são recuperados na própria linha de produção. Nesse caso é chamada de reciclagem direta. Também pode ocorrer após a realização do consumo, quando um material já foi descartado como lixo depois de utilizado. Nesse caso é chamada de reciclagem indireta. Tanto a reciclagem direta como a indireta são atividades que envolvem o consumo de água, energia, poluição do ar e da água, bem como geração de resíduos. Em outras palavras, também geram impacto ambiental. No entanto, esse impacto pode ser reduzido quando comparado àquele gerado pela transformação de uma matéria-prima original. (BURNIE, 2001, p. 128)

Por envolver a necessidade de transformação e a geração de algum impacto ambiental, a reciclagem não pode ser confundida com a simples reutilização. Esta ocorre quando um material é novamente introduzido no circuito econômico, mas sem a

modificação de suas características físicas. Assim, as garrafas retornáveis podem ser reutilizadas. Suas características não se alteram. Já as garrafas descartáveis devem ser recicladas, pois suas características precisam passar por algum processo de transformação. Evidentemente, as primeiras são mais adequadas que as segundas sob o ponto de vista ambiental.

Coleta seletiva, por sua vez, é uma etapa entre os processos de separação do lixo e reciclagem ou reutilização. Sua realização pressupõe que o lixo passará previamente por algum tipo de separação. Essa separação pode obedecer a diferentes critérios de oposição, como: orgânico e inorgânico, seco e úmido. A partir da separação, a coleta seletiva viabiliza, num primeiro momento, a conservação de materiais recicláveis que, de outra forma, seriam danificados ou teriam seu valor reduzido pelo contato com materiais não recicláveis. A separação também pode ser realizada por diferentes sujeitos e em diferentes contextos. Ela pode ser feita pelos moradores em suas próprias residências, por catadores nas vias públicas e lixões, bem como por trabalhadores em usinas de lixo. Quando a separação ocorre em lixões e usinas, a coleta seletiva deixa de ser viável, pois o lixo já foi misturado e uma melhor conservação dos materiais não é mais possível. (GRIPPI, 2001, p.31)

No presente trabalho, coleta seletiva será utilizada como sinônimo de coleta articulada à triagem prévia do lixo por moradores, tanto em suas residências como no entorno delas. É importante ressaltar que o estudo de caso apresentado neste trabalho está baseado em entrevistas com indivíduos que não devem ser confundidos com catadores, pois a prática da triagem do lixo, embora lhes traga algum retorno material, conforme dados apresentados adiante no capítulo 4, não constitui atividade central de subsistência.

Os programas de coleta seletiva podem obedecer a diferentes sistemáticas de funcionamento. Podem ocorrer de porta em porta, quando algum tipo de veículo coletor percorre as vias públicas recolhendo o lixo previamente selecionado e disposto em frente aos domicílios. Outra sistemática é a utilização de postos de entrega voluntária (PEVs), geralmente constituídos por caçambas ou conjuntos de tambores

identificados para receber o lixo de acordo com diferentes categorias: plásticos, vidros, metais e papéis. Embora não seja muito difundido no Brasil, alguns países adotam o sistema de máquinas onde se introduz determinado tipo de lixo reciclável e por isso se recebe uma determinada quantia em dinheiro. Existem, ainda, programas que envolvem a parceria entre poder público, ou organizações da sociedade civil, e os catadores, responsáveis pela coleta do reciclável em troca de algum tipo de apoio, como construção de galpões, instalação de prensas e assim por diante. Finalmente, existem os programas onde o lixo reciclável é levado pela população a pontos onde é comprado ou trocado por outras mercadorias (CEMPRE/IBAM, 1997, p. 38). O estudo de caso que será apresentado adiante toma como objeto de estudo um programa que segue esta última sistemática.

“Resíduos sólidos” é outra expressão que demanda esclarecimentos. Segundo CRUZ (1995, p. 7), “resíduos sólidos correspondem a, ou representam, materiais sólidos de composições químicas variadas, resultantes das diferentes atividades e/ou funções do homem em sociedade. Sofrem alterações diversas, como putrefação, oxidação e combustão, em função de sua natureza química”. Nesse sentido, trata-se de uma designação técnica para lixo. Tendo surgido no início dos anos 1960 ela reflete uma conjuntura em que o lixo adquire relevância cada vez maior como objeto de estudo.

Diante dessa definição, opta-se no presente trabalho pela manutenção da expressão lixo quando o tema fizer referência a questões típicas do cotidiano. A expressão resíduos sólidos será usada apenas em referências, comentários e citações de textos de caráter técnico.

Por fim, a expressão gerenciamento de resíduos refere-se, genericamente, às medidas combinadas que visam equacionar os problemas originados pelo lixo. Geralmente, esse gerenciamento é composto por algumas atividades que caracterizam os serviços de limpeza pública: coleta, transporte e disposição final do lixo. De uma perspectiva sustentabilista, essas atividades devem ser precedidas por estratégias que, em primeiro lugar, evitem ou diminuam a geração de lixo e, em segundo lugar,

procurem a recuperação do lixo que foi gerado. Por fim, encerradas as duas primeiras estratégias, deve-se dar ao lixo um destino final que implique nos menores impactos ambientais possíveis. É dessa sequência de estratégias que deriva o princípio representado pelos 3Rs, junção das letras iniciais de reduzir, reutilizar e reciclar. (GRIPPI, 2001, p. 17)

As expressões glosadas acima não resumem, obviamente, o amplo vocabulário, particularmente o de termos técnicos, utilizado em textos e discussões sobre lixo. Como a utilização dessas expressões nem sempre é consensual, optou-se apenas por um rápido esclarecimento e pela delimitação de como serão empregadas no presente trabalho. Outras expressões eventualmente mencionadas e que necessitem de esclarecimentos serão explicadas através de notas de rodapé.

## 1.2 DA ABORDAGEM DO LIXO E DE SUAS PRÁTICAS CORRELATAS

A partir da elaboração de um quadro histórico sobre o lixo e as práticas a ele correlatas, R. BARBALACE (1998) argumenta que os problemas gerados pelos resíduos produzidos em sociedade não constituem traço distintivo ao século XX. Ao contrário, é possível elaborar um longo inventário desses problemas desde o início da civilização. Acompanhando esses problemas, também é possível listar quatro práticas que sempre os combateram: enterrar, queimar, reciclar e diminuir o volume de lixo gerado.

Sob este ponto de vista, lixo e práticas correlatas representam uma unidade temática que se repete em diversas sociedades e períodos históricos. Portanto, os problemas levantados durante o século XX, ligados à geração crescente de lixo, particularmente o lixo inorgânico, representam um capítulo pontual dentro de um quadro histórico muito mais amplo.

Apresentando um argumento oposto ao esboçado acima, J. RODRIGUES (1995) sustenta que, embora toda vida social produza resíduos, nem sempre se atribuem a estes os mesmos valores e se elaboram as mesmas práticas. Para o autor, os

valores e práticas relacionados ao lixo são construções sociais.

A história, sob esse ponto de vista, não se refere ao lixo em si, mas ao conjunto de percepções que, resultantes de uma dinâmica social, permitem a classificação de algo como lixo, solicitando, ao mesmo tempo, determinadas práticas para viabilizar o seu manejo. Além disso, a idéia de que lixo e práticas correlatas representam uma unidade temática, independente de um contexto, é questionável, pois é recente sua importância como fenômeno socialmente relevante.

O estudo que envolve um programa de coleta seletiva coloca em evidência certas práticas relacionadas ao lixo. Em particular, evidencia a sua separação, mediante critérios de oposição como orgânico e inorgânico. Se, por um lado, várias sociedades desenvolveram essa prática, como sugere o primeiro ponto de vista, por outro lado, é forçoso admitir que a essa prática não se atribuiu sempre os mesmos valores e significados, como sugere o segundo. Portanto, a reflexão sobre coleta seletiva e separação não deve ser orientada por um histórico das práticas em relação ao lixo, mas por um histórico que demonstre como o lixo e práticas correlatas assumiram determinados significados.

Dessa forma, é forçoso reconhecer que para as sociedades modernas, pelo menos dois significados paralelos têm sido associados ao que se chama de lixo, exigindo conjuntos distintos de práticas para realizar o seu manejo.

Lixo é aquilo que se classifica a partir do que causa nojo, embaraço, asco, sentimentos ligados à noção de sujidade, exigindo o seu afastamento, a sua segregação em relação aos sentidos. Mas lixo, mais recentemente, também se classifica a partir do que se considera desperdício, irracionalidade, sentimentos ligados à noção de uma relação insustentável entre o homem e o seu meio, exigindo a sua recuperação, o resgate daquilo que ainda tem valor mas foi jogado indevidamente fora.

### 1.3 DO LIXO, DAS PRÁTICAS CORRELATAS E DA NOÇÃO DE SUJIDADE COMO CONSTRUÇÕES SOCIAIS

Em *Higiene e ilusão – O lixo como invento social*, J. RODRIGUES sugere que a idéia de lixo presente nas sociedades modernas, concebida através da noção de sujidade, deve ser compreendida através de um contraste com as mentalidades e sensibilidades típicas da sociedade medieval:

As mentalidades e as sensibilidades medievais são aquilo contra o que a cultura capitalista e, mais adiante, a cultura industrial – territórios próprios da questão do lixo – se definiram. As culturas capitalista e industrial olham para a cultura medieval e se dizem: isto é o que não queremos ser, isto é o que renegamos. Esta parte de nós, de nossa tradição cultural e histórica que recusamos no plano dos ideais, seria um bom começo para contrastar e relativizar nossas concepções e nossas sensibilidades atuais acerca da temática do lixo. (RODRIGUES, 1995, p. 19)

Com base nesse pressuposto, o autor procede a um inventário de hábitos, costumes e valores medievais. Nesse inventário, citando autores que se ocupam da cultura popular e da vida cotidiana<sup>8</sup>, ele procura demonstrar que aquilo que hoje causa nojo, embaraço e repugnância, não provocava as mesmas reações na sociedade medieval. Da mesma forma, aquilo que hoje é classificado como lixo, requerendo práticas específicas, não recebia então a mesma classificação e os mesmos cuidados. Aquilo que se convencionou chamar de lixo é uma construção histórica. Passou a ser possível a partir do momento em que certas noções, como a de sujidade, ausentes no mundo medieval, foram construídas em sociedade.

Sua análise reflete, através de exemplos e ilustrações, aquilo que, em *O processo civilizador*, Norbert ELIAS chamou de construção de um padrão civilizado de comportamentos. Em sua origem, esse processo aponta para a dissolução da sociedade medieval, particularmente do seu segmento formado pelas cortes estabelecidas ao redor dos senhores feudais. A partir de então, inicia-se uma trajetória de mudança na estrutura social, acompanhada pela constante transformação dos

---

<sup>8</sup> São utilizados como referência principalmente os trabalhos de P. ARIÈS (1978, 1981), M. BAKHTIN (1987), L. MUMFORD (1961), A. CORBIN (1987) e N. ELIAS (1991).

padrões que estabelecem os tipos de comportamento aceitáveis em sociedade. Essa trajetória, quando observada em sua totalidade, apresenta um sentido nítido: o avanço crescente do sentimento de embaraço, explicitado sob a roupagem do refinamento. É o avanço do sentimento de embaraço que permite a concepção da idéia de sujidade e, por extensão, da idéia de lixo.

Assim como ELIAS atribui a um processo de mudança social a formação de comportamentos aceitáveis em sociedade, RODRIGUES atribui a esse processo a construção daquilo que permite a classificação de algo como lixo. Da mesma forma, mantendo o paralelo com ELIAS, RODRIGUES sugere que práticas mais espontâneas foram sendo substituídas por práticas cada vez mais racionais em relação ao lixo.

Em seu estudo sobre a dissolução da sociedade medieval e formação da sociedade moderna, ELIAS identifica a construção de formas de conduta desenvolvidas lentamente em sociedade e impossíveis de serem interpretadas como comportamentos naturais. Existe uma conexão entre a transformação da estrutura social e a construção de novas formas de determinação do comportamento. Enquanto uma classe alta se dissolve e outra está emergindo, as hierarquias sociais vão sendo violentamente reformuladas. É em meio a esse turbilhão que a questão do bom comportamento passa a ser cada vez mais relevante. Ele observa que uma nova configuração da estrutura social, particularmente relacionada a uma nova classe alta, expõe os indivíduos às pressões dos demais e ao controle social:

O que ocorre, é que uma nova maneira de viver em sociedade torna as pessoas mais sensíveis às pressões das outras. Essas pressões, lentamente, tornam o código de comportamento mais rigoroso; elas aumentam o grau de consideração esperado dos demais. O senso do que fazer e não fazer para não ofender ou chocar os outros torna-se mais sutil e, em conjunto com as novas relações de poder, o imperativo social de não ofender os semelhantes torna-se mais estrito, em comparação com a fase precedente (ELIAS, 1991, p. 91).

A conexão entre a transformação da estrutura social e a construção de novas formas de determinação do comportamento, deixa claro que o processo civilizador é desencadeado pelo desenvolvimento de novos costumes entre a classe alta. Em seguida, esses costumes passam a ser impostos ao restante da sociedade. Nesse

movimento, eles desempenham uma função: produzem um sinal de distinção entre as classes que os desenvolvem, aquelas que os recebem e aquelas que os desconhecem. O crescente movimento em direção ao embaraço, ao refinamento, longe de representar uma mera frivolidade aristocrática, é peça ativa num processo que envolve dominação e a delimitação de fronteiras rígidas entre grupos sociais.

RODRIGUES estende essa observação ao contexto representado pela noção de sujidade. Para o autor, sujeira é algo que está estritamente ligado à marcação de distâncias sociais, pois, fazer ou entrar em contato com algo que para o outro é sujo, implica em manifestar automaticamente uma relação de hierarquia:

Podemos perceber isto mesmo em pequenos atos que explicitamente têm outras intenções. Assim, por exemplo, um gesto sutil como o de alguém de casa limpar com as próprias mãos a cadeira em que nos convida a sentar, ou como o de lavar em nossa frente um copo ou uma xícara que retirou já limpos do armário, dotando-os de uma limpeza adicional, são, além de simples demonstração de ‘boas maneiras’, uma expressão das respectivas posições sociais. Igualdade e familiaridade dispensariam totalmente estes atos (RODRIGUES, 1995, p. 95).

Mas como havia sido dito, é a necessidade de produzir distinção que leva à formação de um abismo entre o mundo civilizado e o mundo medieval. Para ELIAS, esse abismo faz com que o padrão de comportamento aceitável no segundo pareça repugnante quando comparado àquele aceitável no primeiro. Está na origem desse caráter repugnante:

A inexistência de uma parede invisível de emoções que se ergue entre um corpo humano e outro, repelindo e separando. Essa parede é perceptível à mera aproximação de algo que esteve em contato com a boca ou as mãos de outra pessoa; assume a forma de embaraço à mera vista das funções corporais de outrem ou até mesmo à sua mera menção; também assume a forma de vergonha quando nossas próprias funções são expostas à vista de outros (ELIAS, 1991, p. 82).

A construção dessa parede invisível de emoções é fundamental para pensar o avanço do sentimento de embaraço. É por isso que RODRIGUES argumenta que ela contribui para a compreensão da emergência das noções relacionadas à idéia de sujidade, necessárias à classificação de algo como sendo lixo. O processo civilizador, ainda que lentamente, irá delimitar rigorosamente aquilo que pertence ou não ao



indivíduo, aquilo que deve ou não ser considerado seu domínio. Ele irá construir a parede invisível de emoções. Quanto mais rigorosa essa delimitação, quanto mais rígida ela se apresentar, maior será a distância em relação ao contexto típico da sociedade medieval. Ao mesmo tempo, maior será o padrão de embaraço, maior a possibilidade de identificar a sujidade e de classificar algo como lixo.

O distanciamento crescente dos padrões observados na sociedade medieval pode sugerir que certos comportamentos são eliminados, enquanto outros são desenvolvidos e adotados, em função de causas higiênicas. ELIAS descarta essas possíveis causas. Ele argumenta que, no início do processo de transformação dos comportamentos, não se observa a utilização de razões higiênicas para produzir maior condicionamento ou controle sobre os indivíduos. O que existem são razões relativamente triviais, ilustradas por explicações como: “não faça isso porque não é cortês”, “porque não demonstra civilidade”, “porque não é civilizado”, “porque não demonstra cultura”.

Todas essas explicações reforçam a idéia de que a transformação dos comportamentos deve ser atribuída a causas sociais. Mais especificamente, à necessidade de adaptação em relação aos novos comportamentos que são freqüentemente estabelecidos entre a classe alta:

Nada indica que a condição afetiva, o grau de sensibilidade, sejam mudadas pelo que descrevemos como evidentemente racional, isto é, pela compreensão demonstrável de dadas conexões causais. Não se diz, como se diria mais tarde, que é anti-higiênico ou prejudicial à saúde tomar sopa na mesma sopeira com outra pessoa. Não há dúvida de que a delicadeza de sentimentos é aguçada sob pressão da situação de corte, isto de uma maneira que mais tarde será parcialmente justificada por estudos científicos, mesmo que grande parte dos tabus que as pessoas gradualmente se impõem em seus contatos recíprocos, parte esta muito maior do que em geral se pensa, não tenha a menor ligação com a higiene, sendo motivada apenas por uma delicadeza de sentimentos (ELIAS, 1991, p. 123).

Mas, se as razões higiênicas não estão na origem do processo de transformação dos comportamentos, isso não significa que se encontram divorciados desse processo. Desempenham uma função. Uma vez definido um novo padrão de comportamento, essas razões contribuem para reforçá-lo. Elas fazem com que aumente

sobre o indivíduo a pressão para que incorpore esse novo padrão. Incorporado, o comportamento aceitável tende a ser visto como natural. Ele parece ao indivíduo um reflexo de sua própria vontade, do seu desejo de zelar pela própria saúde. Em outras palavras, as razões higiênicas contribuem para que o controle sobre os comportamentos passe a ser realizado através de mecanismos internos ao indivíduo, mecanismos de autocontrole.

Ao transformar o padrão de comportamentos aceitáveis em sociedade numa questão de autocontrole, o processo civilizador faz com que o sentimento de embaraço e suas conseqüências sejam percebidos como elementos absolutamente naturais. Uma das conseqüências do embaraço, que passa a ser desempenhada como prática corriqueira e natural, é o ato de segregar. Trata-se de remover o que é percebido como embaraço para longe dos sentidos, para um espaço que ELIAS chama de fundo da vida social, onde será contido e isolado.

Acompanhando até aqui os argumentos de ELIAS e RODRIGUES, é possível delinear traços de um processo social que acompanha a construção da sociedade moderna, possibilitando a emergência de uma noção que permite a classificação de algo como lixo. Possibilita, também, a emergência de uma prática, a segregação, até então inexistente, visto que inócua, para o manejo daquilo que passa a ser identificado como sujo.

Se os argumentos apresentados acima demonstram o processo que resulta na construção de uma noção e de uma prática, ao estudar a dinâmica social que está por trás de alterações operadas sobre o olfato, A. CORBIN (1987) salienta que essa noção e essa prática começam a ser particularmente visíveis entre o final do século XVIII e início do XIX, quando emerge no continente europeu uma acentuada preocupação em organizar o espaço urbano, dispondo, mediante separação, cada objeto, cada ser e cada condição social, em seu lugar específico. Retomando argumento já abordado acima, o autor sustenta que essa preocupação não revela uma causa higiênica, não é desencadeada por uma relação cientificamente estabelecida entre causa e efeito. Ela é tributária de uma nova fonte de embaraço: pânico em relação ao miasma, nojo em

relação à emanção da matéria orgânica em decomposição, agora vista como algo sujo.

Para CORBIN, organizar, segregando e separando, é, antes de mais nada, evitar a presença daquilo que a sujeira da matéria em decomposição evoca: a passagem do tempo, a presença da morte. Assim, coletar e afastar o lixo, expulsar os cemitérios e isolar os mortos, pavimentar ruas e canalizar os rios para drenar os líquidos, são tarefas que emergem com o objetivo de evitar o embaraço provocado por uma nova percepção em relação à matéria orgânica em decomposição. Ele ressalta que a preocupação com a segregação do lixo e dos mortos emerge simultaneamente, segregação que se inicia por um sentimento de embaraço produzido socialmente. Em ambos os casos, a preocupação em segregar dá origem a um movimento utópico, cujos contornos dramáticos se estendem aos dias atuais, pois à medida que os restos são expulsos do espaço urbano, este cresce, fazendo com que os mesmos voltem a fazer parte do seu interior.

O primeiro projeto de reunião e segregação do lixo urbano data de 1779 e foi colocado em prática em Paris. Segundo CORBIN (1987, p.150), o caráter utópico desse projeto já demonstrava seus limites em 1826, quando a cidade de Paris decreta uma espécie de guerra para combater o material em decomposição. Neste ano, o incipiente projeto de segregação é transformado em um rigoroso processo de elaboração de regras para ordenar a fisiologia urbana para segregar. Procura-se eliminar o material em decomposição sistematicamente. Desde então, o lixo passa a receber atenção detalhada por parte das autoridades públicas, recebendo, inclusive, um orçamento próprio. Alvo de estudos específicos, sua segregação adquire caráter cada vez mais profissionalizado.

Percebe-se, portanto, através dos argumentos de CORBIN, como ocorreu, a partir da construção social da noção de sujeira, o início do processo de institucionalização da prática da segregação. Iniciado no século XVIII, é óbvio que esse processo possui uma longa trajetória. Essa longa trajetória, no entanto, foge aos

objetivos do presente trabalho.<sup>9</sup>

#### 1.4 DO LIXO, DAS PRÁTICAS CORRELATAS E DA NOÇÃO DE SUSTENTABILIDADE COMO CONSTRUÇÕES SOCIAIS

A construção da noção de sujidade é condição para a classificação de algo como lixo. Também é importante para o estabelecimento de práticas que visem o seu manejo. No entanto, particularmente a partir da segunda metade do século XX, além de sujidade, o lixo começa a sugerir um problema sem precedentes. Num período em que a modernidade em sua fase industrial atinge o seu auge, o lixo passa a representar uma contradição: quanto mais essa sociedade se expande, mais gera resíduos; quanto mais gera resíduos, mais sua expansão parece insustentável. Ao lado da evocação de algo sujo, que deve ser segregado, o lixo também passa a representar um contraponto a essa sociedade e ao seu padrão expansivo. Agora, não se trata apenas de segregar. Trata-se também de desenvolver práticas que permitam recuperar aquilo que foi jogado fora mas ainda guarda algum valor. Daí a relevância que a separação do lixo, articulada a programas de reciclagem e coleta seletiva, passa a adquirir.

Em *A era dos extremos*, o historiador marxista E. HOBSEBAWN caracteriza as primeiras décadas da segunda metade do século XX como um período dourado para o capitalismo. Marcado por um crescimento econômico vertiginoso, esse período presenciou o aumento expressivo de todos os índices de produção, da indústria à agricultura, até mesmo em países menos desenvolvidos. Isso permitiu, entre outras coisas, a constituição da sociedade de bem-estar em alguns países europeus. Permitiu também uma combinação bastante característica: crescimento populacional, urbanização acelerada e a perseguição de um padrão de desenvolvimento ilimitado. Segundo o autor, nessa época:

Mal se notava um subproduto dessa extraordinária combinação, embora em retrospecto ele

---

<sup>9</sup> Para uma discussão a respeito desse tema ver L. MUMFORD (1961).

já parecesse ameaçador: a poluição e a deterioração ecológica. Durante a Era de Ouro, isso chamou pouca atenção, a não ser de entusiastas da vida silvestre e outros protetores de raridades humanas e naturais, porque a ideologia de progresso dominante tinha como certo que o crescente domínio da natureza pelo homem era a medida mesma do avanço da humanidade. (HOBBSAWN, 1997, p.257)

Pois bem, com o tempo e a partir da crítica à ideologia de progresso então dominante, essa combinação revelou-se explosiva. O aumento exponencial da geração de lixo foi um dos subprodutos inevitáveis dessa combinação. O problema que esse aumento passou a representar pode ser verificado pela criação de uma expressão específica para designar o lixo de maneira técnica: resíduos sólidos. De acordo com J. DEMAJOROVIC (1995), nesse contexto o lixo deixa de ser visto apenas sob o prisma da sujeira. Percebido como a origem de problemas sem precedentes, passa a ser objeto de estudos cada vez mais freqüentes. Daí a elaboração de uma expressão técnica para designá-lo.

A partir da bibliografia consultada é possível inventariar algumas das objeções que contribuíram para transformar o lixo em origem de problemas sem precedentes: problemas típicos ao campo do gerenciamento, como aumento dos custos que envolvem as atividades de tratamento e a progressiva escassez de espaços que servem como depósito; problemas de saúde pública, sociais ou de ordem estética provocados pelo seu acúmulo; problemas ambientais relacionados às denúncias sobre o esgotamento de recursos naturais e a degradação do meio; e, por fim, problemas percebidos a partir de críticas feitas ao funcionamento do sistema produtivo e hábitos a ele implícitos, particularmente o consumo.

Dessas objeções, especialmente as duas últimas podem ser apontadas como decisivas para conferir ao lixo a reputação de um problema global. Elas impedem que o lixo seja percebido como um mero problema da área de limpeza. Transformam-no em contraponto de um modelo de sociedade apontado como contraditório e insustentável. A partir daí, o lixo passa a integrar as discussões sobre a relação entre sociedade e meio ambiente.

Os questionamentos sobre os rumos tomados pela relação entre sociedade e

meio ambiente, de acordo com K. THOMAS em *O homem e o mundo natural*, acompanham o desenvolvimento do mundo moderno desde a sua formação. Para o autor, esses questionamentos revelam uma contradição sobre a qual assenta a própria modernidade: o conflito crescente entre as sensibilidades desenvolvidas em relação ao mundo natural e os fundamentos materiais da sociedade. Ou ainda, é típico da modernidade produzir sentimentos incompatíveis com os métodos que desenvolve para possibilitar a apropriação do meio ambiente. Segundo o autor esse dilema pode ser expresso da seguinte forma:

Como reconciliar as exigências físicas da civilização com os novos sentimentos e valores que essa mesma civilização engendra. Diz-se, com demasiada frequência, que as sensibilidades e a moral são mera ideologia: uma racionalização conveniente do mundo tal como ele é. Mas, para o período moderno, a verdade é quase o oposto, pois, por uma lógica inexorável, emergem aos poucos atitudes face ao mundo natural essencialmente incompatíveis com a direção em que se move a sociedade. O crescimento das cidades conduz a um novo anseio pelo campo. O progresso da lavoura fomenta um gosto por ervas daninhas, montanhas e natureza não dominada. A segurança diante dos animais selvagens produziu um empenho cada vez maior em proteger aves e conservar as criaturas selvagens no seu estado natural. Doravante, uma visão cada vez mais sentimental dos animais enquanto bichos de estimação e objetos de contemplação irá acomodar-se mal com a sombria realidade de um mundo no qual a eliminação das 'pestes' e a criação de animais para abate torna-se a cada dia mais eficiente. (THOMAS, 1988, p. 356)

Pois bem, é consenso que esse dilema típico à modernidade passou a ter repercussões superlativas após a segunda metade do século XX, incorporando a pauta de movimentos sociais preocupados com os problemas ecológicos. De acordo com C. GONÇALVES (2000), esses movimentos, como os demais que surgiram na década de 1960, têm sua emergência ligada ao declínio do movimento operário. Eles são a marca de um contexto onde a crítica e o combate ao modo de produção capitalista deixam de ser centrais, dando lugar a novos tipos de questionamentos. Entre esses questionamentos encontram-se os referentes à degradação ambiental.

Como foi exposto acima, de acordo com HOBBSAWN, um dos fatores que concorreu para a valorização da temática ambiental foi a atuação de alguns entusiastas da vida silvestre. Entre esses entusiastas, Rachel CARSON, autora de um livro cujo título é *Primavera Silenciosa*, publicado em 1962, desempenhou importante papel.

Nesse livro, a autora faz um alerta sobre o risco de envenenamento mundial pela ação de agentes como o DDT. Segundo BURNIE (2001, p. 10), esse alerta representou um marco, pois rompeu com a ótica de que a degradação ambiental era um fenômeno regional, revelando suas possíveis implicações globais.

É nesse contexto que a produção crescente de lixo ganha novos significados. Deixando de ser percebido como um problema restrito apenas ao âmbito da limpeza, ele passa a refletir, ao mesmo tempo, a exploração irracional de recursos naturais e o perigo de poluição do meio ambiente. Além disso, não apenas o lixo, mas também as práticas que se estabelecem em relação a ele ganham novos significados. É por isso que a separação do lixo, articulada a programas de reciclagem e coleta seletiva, passa a ser vista como algo de extrema importância. Ela sempre foi praticada, em diferentes sociedades e períodos históricos, mas agora também representa um instrumento para economizar recursos e diminuir a poluição.

Não é à toa que justamente nessa década começam a surgir as primeiras leis e programas oficiais organizando a prática da reciclagem. Tendo os Estados Unidos como referência, R. BARBALACE (1998) mostra que é a partir da década de 1960 que começaram a ser elaboradas as primeiras leis federais para organizar o gerenciamento do lixo, estimulando a prática da reciclagem, sempre enfatizando a necessidade de se economizar recursos e reduzir impactos ambientais.

Comentando os programas de reciclagem que começam a funcionar nesse período, W. ZALOUF (1995) observa que o tipo de reciclagem que se praticava pouco contribuía para atingir esses objetivos. Sua realização dependia de usinas que separavam o lixo coletado. Como o lixo orgânico era coletado junto ao inorgânico, um diminuindo o potencial de aproveitamento do outro, a recuperação de materiais era muito baixa e a redução dos impactos ambientais pouco significativa. Daí a reciclagem demandar a separação prévia do lixo, desenvolvendo-se a coleta seletiva entre uma prática e outra.

Nas décadas subseqüentes, diferentes estratégias foram elaboradas para assegurar a prática da separação do lixo. Desde campanhas de conscientização

ambiental, procurando despertar nos indivíduos a importância dessa prática, até a utilização de mecanismos de mercado, instituindo uma cobrança diferenciada para a coleta do lixo que não foi separado. Em qualquer um desses casos, no entanto, é importante ressaltar que nunca houve um consenso a respeito das virtudes de práticas como separação, coleta seletiva e reciclagem para resolver o problema do lixo. Ao longo da década de 1970, outros acontecimentos contribuíram para inviabilizar esse consenso.

Não se pode esquecer que no início dessa década, além da divulgação do *Relatório Meadows – Os limites do crescimento*, ocorreu a *Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente*, realizada em Estocolmo. Os dados divulgados pelo primeiro, embora cercados de controvérsias, tiveram grande repercussão. Apontavam para o inevitável esgotamento dos recursos naturais, caso o modelo de desenvolvimento econômico predominante fosse mantido. Já a segunda representou um marco decisivo para a elaboração do conceito de desenvolvimento sustentável.

Analisando os discursos que defendem práticas voltadas para o desenvolvimento sustentável, E. LEFF (2001) observa que nunca houve homogeneidade entre os mesmos. Trata-se de um tema apropriado pela conveniência de diferentes interesses e grupos sociais. Assim, desenvolvimento sustentável para alguns pode significar pequenas alterações nos rumos do desenvolvimento econômico, caracterizadas por mudanças de padrão tecnológico e aperfeiçoamento de mecanismos de mercado. Trata-se de operar pequenas adaptações na organização social para que a mesma possa comportar princípios de respeito ao meio ambiente. Para outros, no entanto, desenvolvimento sustentável é algo que pressupõe uma verdadeira ruptura, implicando em um extenso projeto de mudança de valores e comportamentos. Aqui, a origem das agressões ao meio ambiente não se encontra apenas na maneira de se produzir e consumir mercadorias, mas acima de tudo, em uma cultura instrumental que gera valores e comportamentos insustentáveis.

Dentro da primeira perspectiva apontada por LEFF, separação, coleta seletiva e reciclagem representam práticas fundamentais para a construção do



desenvolvimento sustentável. São, antes de mais nada, exemplos de aplicação da técnica e de mecanismos de mercado que corrigem os padrões insustentáveis de organização social. Já para a segunda perspectiva, essas práticas são vistas apenas como secundárias, pois não garantem mudanças na cultura que é compatível com a manutenção de uma sociedade insustentável. Atacar essa cultura, reduzindo o volume de lixo gerado e reutilizando sempre que possível é a estratégia principal. Daí a elaboração do já consagrado princípio conhecido como 3Rs, formado pelas iniciais das palavras reduzir, reutilizar e reciclar.

A crítica formulada ao padrão cultural que está na base do modelo de produção e consumo das sociedades modernas demonstra o porquê de se atribuir limitações às práticas corretivas, que atuam após o lixo ter sido gerado.

Analizando a produção da teoria social contemporânea, D. GOLDBLATT (1996) observa que a crítica mais influente a esse padrão cultural foi elaborada por A. GORZ. Para o autor:

Gorz partilhou a linhagem intelectual de ambientalistas com tendências radicais. Observou o mundo industrializado segundo um padrão de referência semelhante, lamentando o apetite insaciável desse mundo pelos recursos naturais e o seu espírito de consumo evidente. Gorz tentou, pois, diagnosticar um conjunto paralelo de problemas sociais e ecológicos: a interrupção da degradação do ambiente; a criação de padrões culturais alternativos; uma revisão radical dos modelos de consumo e produção. (GOLDBLATT 1996, p.117)

Utilizando o modelo clássico do marxismo, segundo o qual a dinâmica capitalista aponta sempre para a redução da taxa de lucratividade do capital, GORZ (1975) analisa as estratégias utilizadas para viabilizar a geração de lucro em meio aos obstáculos dessa crise estrutural. Duas estratégias são evidentes: vender maior quantidade de bens ou produzir bens cujo valor agregado é maior. Em ambos os casos, a dinâmica do crescimento econômico entra em choque com os limites físicos do mundo natural, pois a superação do obstáculo é obtida à custa do aumento dos níveis de danos ecológicos.

Mas, se as duas estratégias acima são evidentes, a estratégia principal para contornar os obstáculos da crise estrutural acaba sendo a redução intencional das

capacidades de duração, segurança e reparo dos produtos. Trata-se da obsolescência programada, estratégia que obriga a substituição freqüente dos produtos, implicando em aumento dos padrões de consumo. Essa é a lógica, por exemplo, da substituição de embalagens reutilizáveis por embalagens descartáveis. Da mesma forma, é o que ocorre com a redução da qualidade de produção, tornando inviável a reparação. O aumento do volume de vendas implica obrigatoriamente na utilização de um volume maior de recursos naturais e na geração de um volume maior de resíduos. Assim como os recursos naturais são limitados, os espaços para a disposição desses resíduos também o são.

Nessa perspectiva, os problemas ligados ao crescente volume de lixo representam um reflexo da cultura ligada à obsolescência programada. A crítica elaborada por GORZ deixa uma interrogação: seria possível combater essa cultura dentro dos limites da própria sociedade capitalista? E, nesse sentido, seria possível pensar práticas como separação, coleta seletiva e reciclagem como não sendo meramente corretivas?

Num trabalho que levanta o histórico do conceito de desenvolvimento sustentável, FOLADORI e TOMMASINO (2000) argumentam que, independentemente da leitura política que se faça da noção de sustentabilidade, essa possibilidade é sempre limitada. Para os autores, o conceito de desenvolvimento sustentável está sempre vinculado, teórica e praticamente, a três esferas: a sustentabilidade ecológica, a sustentabilidade econômica e a sustentabilidade social. Nessas três esferas, ao longo dos últimos trinta anos, o conceito de desenvolvimento sofreu uma espécie de processo evolutivo. No entanto, esse processo não permitiu a ultrapassagem de um limite demarcado pela perspectiva técnica, aquela que reduz a polêmica sobre o desenvolvimento sustentável às mudanças possíveis dentro do sistema capitalista. O conceito permanece restrito às regras do jogo de mercado capitalista, sem atacar as relações sociais de produção, responsáveis por variados problemas, dentre eles a degradação ambiental. Seja qual for a prática inspirada pelo conceito de desenvolvimento sustentável, ela sempre carregará a limitação estrutural

de atacar conseqüências e não as suas causas.

Portanto, separação, coleta seletiva e reciclagem, carregam uma limitação. Mesmo quando pensadas sob o prisma da crítica do consumo e da obsolescência programada, sugerindo mudanças de comportamentos e valores, o fazem dentro das regras do jogo do sistema de mercado capitalista, sem alcançar nem questionar as relações sociais de propriedade e apropriação.

### 1.5 DA SEPARAÇÃO, DA COLETA SELETIVA E DA RECICLAGEM: PRÁTICAS GERADORAS DE EDUCAÇÃO OU ADESTRAMENTO AMBIENTAL?

A idéia de que a prática da separação do lixo, através de programas de reciclagem e coleta seletiva, está ligada a algum processo de educação ambiental virou uma afirmação banal. É difundida e, ao mesmo tempo, bastante questionada.

Nos *Cadernos de reciclagem*, publicação de referência no Brasil sobre o tema, muito utilizada por administrações locais para orientar a organização dos seus programas de coleta de lixo, a relação acima é expressa de forma clara:

Um programa de reciclagem tende a desenvolver na população uma nova consciência sobre questões que envolvem a economia e a preservação ambiental. O cidadão, ao acondicionar corretamente o lixo de sua residência, passará a se colocar como peça integrante de todo um sistema de preservação do meio ambiente, bem maior e mais concreto do que um mero espectador de todas as campanhas comumente veiculadas em favor da preservação de sua própria espécie. (CEMPRE/IBAM, 1997, p. 12)

Aqui, a separação do lixo aparece como uma estratégia importante para contribuir com o desenvolvimento sustentável, pois representa uma atividade mais concreta do que campanhas em defesa do meio ambiente que abordam temas muito genéricos e abstratos. Essa prática concreta é descrita como um ponto de partida para a construção de uma nova consciência, elemento importante para conduzir o indivíduo a pensar a respeito da sua relação com o meio ambiente. Da forma como está exposto, o mero ato de acondicionar o lixo corretamente já implica na existência de um processo de educação ambiental.

Um outro exemplo da relação entre a prática da separação do lixo e o processo de educação ambiental pode ser observado em um guia de reciclagem destinado às prefeituras brasileiras. Nesse guia afirma-se que:

É sempre bom lembrarmos desta questão [da educação ambiental], pois na grande maioria dos municípios brasileiros, principalmente aqueles cujas gestões municipais não estão focadas nos aspectos do meio ambiente, as coisas para funcionarem razoavelmente precisam primeiro virar lei para depois serem uma realidade. Isso não é bom, pois no que tange ao meio ambiente muita coisa poderia ser espontânea se houvesse interesse na preservação e consciência acima de tudo (...) É importante a execução de campanhas de educação visando inserir as pessoas no contexto ambiental e envolvê-las na solução de problemas. É sabido que a população em sua maior parte não coopera com as questões ambientais devido à desinformação. Não pode haver conservação nem preservação ambiental sem educação e a participação em programas de reciclagem é um dos meios mais eficientes para se promover essa educação. (GRIPPI, 2001, p. 61)

No diagnóstico desse autor, quando a população não coopera com as questões ambientais isso se deve à falta de informação. Educar, para que haja “consciência acima de tudo”, é disponibilizar informações. A separação do lixo em programas de reciclagem é um eficiente meio para realizar essa tarefa.

Para citar um último exemplo a respeito dessa relação, é válido observar que o mesmo ponto de vista pode ser encontrado em discursos oficiais da Prefeitura Municipal de Curitiba. A Sra. Marilza Oliveira, Superintendente de Controle Ambiental da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA) afirma que:

Na época que optamos por implantar a coleta seletiva, outros lugares do Brasil optaram por uma sistemática diferente, coletando o orgânico e o inorgânico de forma conjunta. A partir disso, as pessoas contratadas separavam. Uma parte era destinada à compostagem e outra à reciclagem. Muitas dessas unidades não operam mais hoje em dia, estão fechadas. Em primeiro lugar porque a qualidade do lixo não é boa. O material reciclado fica muito sujo e isso diminui o seu valor de comercialização. Em segundo lugar porque as técnicas de compostagem daquela época não eram muito adequadas. Em Curitiba foi criada outra coisa, que é o envolvimento da população. As pessoas separam o lixo dentro de casa. No começo foram realizadas muitas campanhas, o que não se faz mais hoje em dia. A própria prática da separação faz com que as pessoas acabem criando uma consciência de que aquilo é importante para o meio ambiente como um todo. Quem separa o lixo, no nosso entendimento, separa porque entende que de alguma maneira está contribuindo para cuidar do meio ambiente.<sup>10</sup>

---

<sup>10</sup> Entrevista concedida ao autor (14 de junho de 2002).

Tal como as citações acima sugerem, a prática da separação do lixo como ponto de partida para a educação ambiental evoca a metodologia da resolução de problemas ambientais locais. Essa metodologia tem como marco inicial a conferência organizada pela UNESCO na cidade de Tbilisi, na então União Soviética, em 1977. Nessa conferência, a partir de um diagnóstico que atribui a origem dos problemas ambientais atuais à cultura utilitarista e instrumental que está na base das sociedades modernas, a educação ambiental foi apontada como instrumento decisivo para a construção de uma sociedade sustentável. Para orientar a prática dessa educação ambiental a conferência aconselhou a utilização da metodologia de resolução de problemas ambientais locais.

Analizando essa recomendação metodológica, P. LAYRARGUES comenta que:

A característica mais importante da educação ambiental é, provavelmente, a que aponta para a resolução de problemas concretos. Trata-se de que os indivíduos, qualquer que seja o grupo da população a que pertençam e o nível em que se situem, percebam, claramente, os problemas que restringem o bem-estar individual e coletivo, elucidem as suas causas e determinem os modos de resolvê-los. Deste modo, os indivíduos estarão em condições de participar na definição coletiva de estratégias e atividades encaminhadas para eliminar os problemas que repercutem na qualidade do meio ambiente. (LAYRARGUES, 2001, p.133)

A metodologia procura criar vínculos entre o processo de educação ambiental e a realidade cotidiana dos indivíduos. Mais especificamente, procura envolver os indivíduos em um mecanismo comunitário onde os problemas ambientais são coletivamente percebidos, suas causas elucidadas e possíveis soluções são apontadas.

A partir disso, percebe-se porque a relação entre a prática da separação do lixo e o processo de educação ambiental pode ser questionada. Trata-se, de fato, de uma prática que coloca o indivíduo em contato imediato com a temática ambiental. Por outro lado, esse contato não significa necessariamente o cumprimento de todos os aspectos que envolvem a metodologia em questão. Separar o lixo não implica obrigatoriamente em estar engajado numa reflexão coletiva a respeito do tipo de problema com que se está lidando, ou a respeito das origens e possíveis soluções desse

problema.

A esse respeito, LAYRARGUES (2001, p.135) observa que a estratégia da resolução de problemas ambientais locais não tem sido usada necessariamente como uma prática a partir da qual se irradia uma concepção pedagógica comprometida com a compreensão e a transformação da realidade. Predominantemente, ela é utilizada como uma atividade fim, visando unicamente a resolução pontual de um problema específico. Nesse último caso, o autor argumenta que qualquer esforço educativo tende a ser infrutífero, pois as informações recebidas não serão necessariamente convertidas em mudança de atitudes ou reflexão sobre comportamentos e valores arraigados. Tomando um programa de coleta seletiva que siga essa orientação como exemplo, as informações que ele disponibilizar não terão outro efeito além de preparar um indivíduo para separar o seu lixo.

Ao refletir sobre o tipo de prática apresentada acima, P. BRÜGGER (1994, p. 32) comenta que as próprias noções de educação e consciência ambiental acabam sendo colocadas em questão. A responsabilidade pelos danos ambientais é atribuída, genericamente, à falta de educação ou de consciência dos indivíduos, reproduzindo uma visão ingênua que identifica no homem a predisposição natural para a degradação do seu meio. Visto como um ser desprovido de cultura e até mesmo de uma dimensão ética, esse homem naturalmente predisposto à degradação precisa ter seus hábitos transformados. E nessa perspectiva, segundo a autora, ele é treinado, não educado.

A autora faz referência ao treinamento de maneira pejorativa. Assim, treinar implica em um tipo de formação de caráter estritamente técnico, cujos conteúdos limitados preparam para a execução de tarefas previamente definidas: “um treinamento se aproxima bastante de um adestramento, um tipo de instrução onde as pessoas são levadas a executar determinadas funções e tarefas, identificadas com um determinado padrão utilitarista e unidimensional de pensamento e ação.” (BRUGGER, 1994, p. 34)

Adestrar, portando, ao invés de educar, é o resultado obtido por um programa que visa a mudança pontual de comportamentos, sem remeter essa mudança a discussões mais amplas sobre os valores que orientam tais comportamentos. Mudam-

se os comportamentos e preservam-se os valores. Ou ainda, resolve-se um problema específico sem que suas causas principais sejam atacadas.

É nesse sentido que a autora, em trabalho dedicado à análise da influência dos meios de comunicação sobre o processo de educação ambiental, questiona a formação de uma consciência ambiental (BRUGGER, 2002, p. 144). Falar em consciência ambiental frente a um padrão cultural hegemônico que é francamente insustentável, valorizando hábitos e comportamentos antagônicos ao meio ambiente, constitui uma incoerência. Por outro lado, constatar que comportamentos adequados do ponto de vista ambiental têm sido pontualmente criados dentro desse padrão cultural hegemônico, sem criticá-lo ou alterá-lo, constitui prova de que o adestramento prevalece sobre a educação e a conscientização.

LAYRARGUES (2002) estende esse raciocínio à análise da reciclagem, observando que os programas de coleta seletiva em geral têm sido caracterizados por uma tônica: enfatizam a separação do lixo em detrimento de uma reflexão mais elaborada sobre as origens sociais desse problema. Há mais preocupação com a promoção de uma mudança pontual de comportamento, relacionada à técnica da disposição domiciliar do lixo, do que com o padrão cultural que serve de base a uma sociedade que se organiza de maneira insustentável. Ao invés do questionamento a respeito das causas e conseqüências relacionadas ao problema do lixo, remete-se à discussão alienada sobre procedimentos técnicos que favorecem a reciclagem. A prática da separação se esgota nela mesma.

Por fim, o autor argumenta que práticas de educação ambiental desenvolvidas para a resolução de problemas ambientais pontuais, orientadas como um fim em si mesmas, fomentam a percepção equivocada de que o problema ambiental não está inserido numa cadeia sistêmica de causa e efeito, e que sua resolução depende apenas de soluções técnicas ou mudanças de comportamento.

Em resumo, este capítulo procurou demonstrar que tanto o lixo como as práticas a ele correlatas são construções sociais. Dessa forma, assim como deve ser datada e contextualizada a percepção do lixo como um problema ambiental que

assume proporções globais, o mesmo deve ser feito em relação à percepção que redefine o significado de práticas como separação, reutilização e reciclagem. Por outro lado, é importante frisar que, mesmo com a valorização recebida ao longo do último quarto de século, essas práticas estão longe de representar uma solução consensual para os problemas relacionados ao lixo. Ao contrário, elas podem ser associadas a conseqüências francamente antagônicas. Vimos que se de um lado elas são associadas à emergência de algo que vem sendo chamado de consciência ambiental, de outro são associadas ao mero treinamento, também chamado de adestramento. É através dessa problemática que opõe consciência a adestramento que se pretende situar o estudo de caso que será apresentado adiante no capítulo quatro.



## **2 DO GERENCIAMENTO DO LIXO E DA COLETA SELETIVA: O CONTEXTO BRASILEIRO E O CASO DE CURITIBA**

### **2.1 DO GERENCIAMENTO DO LIXO E DA COLETA SELETIVA NO BRASIL: ALGUNS DADOS**

No Brasil, tanto por uma questão de tradição quanto devido à legislação, os serviços de limpeza pública são uma responsabilidade das administrações locais. São elas as responsáveis pela sua execução direta ou pela contratação e fiscalização de empresas prestadoras de serviço. Esses serviços compreendem, basicamente, a limpeza dos espaços públicos, a coleta domiciliar do lixo, seu transporte e o seu destino final.

Mesmo isoladamente, essa característica é importante. S. CALDERONI (1998, p. 190) ressalta que a ausência de uma política nacional que oriente e organize o setor constitui um grande obstáculo. Isso ocorre, pois os municípios, combinando limitações políticas, técnicas e financeiras, encontram-se obrigados a solucionar um problema que, a princípio, não tem sua origem delimitada ao contexto urbano. Mais especificamente, trata-se de um problema cujas dimensões fogem à capacidade de gerenciamento dos municípios. Como exemplo, o autor comenta sobre a necessidade de leis que regulamentem o mercado de reciclagem. Essas leis, relacionadas principalmente à esfera do trabalho e da tributação, dependem do poder federal. Nesse caso, a ausência de uma política nacional implica na expansão informal do setor, tendo como uma de suas principais conseqüências a brutal exploração do trabalho dos catadores de lixo.

Quanto aos dados sobre os serviços de limpeza pública e gerenciamento do lixo no Brasil, eles podem ser obtidos através dos levantamentos elaborados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que compõem a *Pesquisa Nacional de Saneamento Básico* (PNSB, 2000). Sobre esses dados, duas ressalvas são necessárias.

Em primeiro lugar, todos os sistemas de limpeza urbana são constituídos essencialmente de serviços cuja operação depende de um fluxo permanente de recursos. Por consequência, qualquer alteração nesse fluxo pode gerar mudanças significativas sobre o serviço que está sendo prestado. Um aterro sanitário, por exemplo, pode ser transformado num lixão em questão de dias, bastando que a sua manutenção técnica adequada deixe de ser realizada. Assim, o próprio relatório do IBGE (PNSB, 2000, p. 50) aponta que, embora permitam um certo conhecimento do setor, os dados levantados pela instituição não são capazes de acompanhar a dinâmica potencial dos serviços de limpeza pública nos municípios brasileiros.

Em segundo lugar, a sistemática de coleta dos dados apresentados pelo levantamento tem sido questionada. Elizabeth GRIMBERG, coordenadora do Fórum Nacional Lixo e Cidadania, em entrevista ao jornal *Folha de São Paulo* (28/03/2002, p. C4), comenta que as informações divulgadas pelo IBGE são obtidas através dos próprios órgãos responsáveis pela execução dos serviços de limpeza, as prefeituras e as empresas contratadas. Ela observa que essa fonte de informações pode ter levado o IBGE a conclusões inadequadamente otimistas.

Feitas essas duas ressalvas, deve ficar claro que as informações apresentadas a seguir, com base na *Pesquisa Nacional de Saneamento Básico* realizada pelo IBGE em 2000, podem estar refletindo apenas uma imagem aproximada do setor.

O primeiro destaque da pesquisa é referente à questão do destino final que se dá ao lixo coletado. Segundo o levantamento do IBGE, esse destino vem melhorando: 47,1% em aterros sanitários, 22,3% em aterros controlados e 30,5% em lixões. De acordo com os critérios adotados pelo IBGE, tanto os aterros sanitários como os controlados podem ser considerados destinos adequados. Portanto, 69,4% do lixo coletado nas cidades brasileiras estaria recebendo um destino final adequado. Em comparação com os dados levantados em 1989, quando 10,7% dos municípios faziam o mesmo, o novo dado sugere uma significativa melhora.

Para explicar essa melhora, o IBGE levanta fatores como: maior consciência da população sobre a questão da limpeza urbana; a forte atuação do Ministério

Público, que vem agindo ativamente na indução à assinatura, pelas prefeituras, dos Termos de Ajuste de Conduta para recuperação dos lixões; a força e o apelo popular do programa da UNICEF (Lixo e Cidadania - Criança no Lixo, Nunca Mais); o aporte de recursos do governo federal para o setor, através do Fundo Nacional de Meio Ambiente; e, finalmente, o apoio de alguns governos estaduais.

Após a questão do destino final, a pesquisa aborda a tendência de aumento na geração do lixo domiciliar. Esse aumento ocorre em relação direta com o número de habitantes dos municípios brasileiros. Nos municípios com população até 200.000 habitantes, pode-se estimar a quantidade coletada variando entre 450 e 700 gramas por habitante/dia. Nas cidades com mais de 200.000 habitantes essa quantidade aumenta para a faixa entre 800 e 1200 gramas por habitante/dia. Nesse tópico, a pesquisa ainda informa que, no momento da sua realização, eram coletados 125.281 toneladas de lixo domiciliar, diariamente, em todos os municípios brasileiros.

Um terceiro destaque da pesquisa diz respeito aos aspectos institucionais do serviço de limpeza pública. Existe uma tendência para a terceirização desses serviços em todas as regiões brasileiras. No entanto, essa tendência é mais acentuada principalmente nos municípios de maior porte. Além disso, onde há terceirização, há também a cobrança de alguma taxa específica. Isso resulta da necessidade das prefeituras garantirem a remuneração das empresas contratadas, gasto que já não pode ser coberto apenas com recursos do próprio orçamento.

Até aqui, os dados divulgados pelo IBGE apontam um cenário grave. Embora exista a percepção de que o destino final dado ao lixo melhorou, isso ocorre ao mesmo tempo em que o volume de lixo gerado aumenta e os serviços necessários ao seu gerenciamento ficam mais caros. Em função disso, percebe-se que a questão do destino final, embora importante, não é suficiente para gerar otimismo em relação aos problemas representados pelo lixo.

Um quarto destaque da pesquisa diz respeito à relação entre recursos investidos no setor do gerenciamento do lixo e sua capacidade de geração de empregos. São aproximadamente 317.744 pessoas empregadas formalmente em todo o

Brasil, seja nos quadros das prefeituras ou das empresas terceirizadas. No entanto, deve-se ressaltar que esse número não inclui o trabalho informal, realizado por catadores que atuam em lixões e vias públicas. Nesse ponto, a própria pesquisa revela a dificuldade de se contabilizar o setor informal de trabalho que vem sendo mobilizado em torno do gerenciamento do lixo.

Por fim, o levantamento do IBGE traz também alguns números referentes à coleta seletiva. Dos 5.507 municípios brasileiros, 451 apresentam programas em atividade, aproximadamente 8% do total. Dos municípios que implantaram programas, 50 interromperam o seu funcionamento, aproximadamente 10% do total. Entre as principais causas levantadas para a interrupção dos programas estão: a falta de local adequado para acondicionar o material coletado; a má aceitação por parte da comunidade; a falta de campanhas de conscientização e os custos de manutenção do programa. Por outro lado, 951 municípios declaram planejar a implantação desses programas. Estimando toda a população urbana em 169,5 milhões de habitantes, 8 milhões, aproximadamente 4,7%, têm acesso a esses programas.

Quanto ao alcance, 39% dos programas atuam em todo o município, 28% somente no distrito sede e 24% em bairros selecionados. No total são coletadas 4.290 toneladas/dia, aproximadamente 3,4% de todo o lixo gerado no país.

Com esses números, é possível perceber que os programas de coleta seletiva, em que pesem a abrangência dos serviços prestados ou os resultados em termos de volume de lixo coletado, têm desempenhado uma contribuição tímida na resolução dos problemas ligados ao lixo.

## 2.2 DO GERENCIAMENTO DO LIXO E DA COLETA SELETIVA EM CURITIBA: ALGUNS DADOS

O gerenciamento do lixo em Curitiba tem suas orientações mais genéricas inscritas na Lei n.º 699 de julho de 1953. Trata-se do Código de Posturas e de Obras do Município. Esse código (SMMA, 1998, p.71) discorre sobre três pontos principais: a

proibição, sob pena de multa, de se jogar lixo nas vias públicas ou outros logradouros; a responsabilidade privativa da Municipalidade sobre as atividades de limpeza das vias públicas e retirada do lixo domiciliar e, por fim; a obrigatoriedade de um determinado tipo de recipiente para fins de depósito de lixo.

Já a Lei n.º 7833, de 19 de dezembro de 1991 (SMMA, 1998, p.122), que dispõe sobre a política de meio ambiente do município, além de determinar procedimentos específicos sobre o gerenciamento do lixo, capacita a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA) a elaborar as diretrizes para orientar esse gerenciamento.

A partir da lei citada acima, depreende-se que a SMMA coordena o gerenciamento do lixo em Curitiba. Subordinado à SMMA, o Departamento de Limpeza Pública (DLP) é o responsável pela execução dos serviços através de uma empresa terceirizada. Portanto, seguindo a tendência apontada pelo IBGE para os grandes municípios brasileiros, o serviço é terceirizado e há a cobrança de uma tarifa específica, vinculada ao IPTU e calculada a partir do valor venal do imóvel.

A empresa executora dos serviços é a CAVO – Serviços e Meio Ambiente. Atuando, também, em pequenos municípios do interior paulista e em três grandes centros urbanos (Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas), a empresa executa cinco modalidades de serviço em Curitiba desde 1996: a coleta domiciliar, a coleta de recicláveis, a coleta do lixo hospitalar, a varrição das ruas e o controle do aterro sanitário.

Sobre esses serviços, a *Pesquisa de Satisfação do Cidadão* (FGV/PESC, 2002, p. 11) revela que Curitiba apresenta o serviço de coleta de lixo melhor avaliado entre noventa e dois municípios brasileiros, dentre os quais nove capitais. De acordo com o Índice de Satisfação com os Serviços Públicos (ISSP) utilizado pela pesquisa, dentro da capital paranaense o serviço de coleta de lixo é superado apenas pelo serviço de transporte coletivo.

Além da coleta em si, a pesquisa aponta o destino final dado ao lixo como um dos pontos principais do serviço prestado em Curitiba. Quanto ao destino final

dado especificamente ao lixo domiciliar, desde novembro de 1989 ele vem sendo feito num depósito conhecido como *Aterro Sanitário da Caximba*. Situado no extremo sul da cidade, está a 23 quilômetros do centro. Antes de utilizar esse aterro, o município depositava seus resíduos no Lixão de Lamenha Pequena. Esse lixão, utilizado durante mais de vinte anos, esteve ligado à poluição do Rio Passaúna, responsável por parte da água que abastece Curitiba. Portanto, nesse quesito, a cidade, pelo menos a princípio, segue outra tendência detectada pelo levantamento do IBGE: melhora em relação ao destino final dado ao lixo.

É válido observar que essa melhora é vista com ressalvas. Em estudo sobre as características geográficas do local onde se encontra o novo depósito, A. GAIESKI (1991, p.141) conclui que o terreno não dispõe das características adequadas para o recebimento de lixo. Trata-se de uma área de mananciais e o terreno permite a migração rápida da lixívia para as águas do rio Iguaçu. Além disso, o autor observa também que a escolha do terreno não deve ser atribuída à falta de outros espaços, pois a região sul do município, à época da construção do aterro, dispunha de terrenos mais adequados.

Em relação à geração de lixo, dados fornecidos pela SMMA (2002, p.6) indicam que, em 2001, o serviço de coleta domiciliar foi responsável pelo recolhimento de 378.981 toneladas, o que representa algo em torno de 1.100 toneladas de lixo por dia. A média de lixo produzida por habitante/dia é superior àquela apontada pelo IBGE para os grandes municípios: 1.300 gramas/dia.

Quanto à presença de catadores nas vias públicas, a SMMA estima a existência de aproximadamente 3.500 indivíduos vivendo dessa atividade. A Sra. Marilza Oliveira, Superintendente de Controle Ambiental da SMMA<sup>11</sup> comenta que esse número é bastante polêmico. Em primeiro lugar, porque oscila com bastante frequência. Em segundo lugar, porque há divergência em relação à metodologia de contagem. Ela afirma que, para alguns grupos ligados à defesa desses trabalhadores,

---

<sup>11</sup> Entrevista concedida ao autor (14 de junho de 2002).

toda a sua família deve ser incluída na contagem, o que elevaria o número a quase 17.000 indivíduos. De qualquer forma, é relevante o fato de que esses catadores são responsáveis pela coleta de 350 toneladas/dia de lixo reciclável. Isso representa 85% de todo o lixo que a cidade encaminha para a reciclagem. Enquanto isso, os caminhões dos programas oficiais coletam 60 toneladas/dia.

Finalmente, quanto à coleta seletiva, Curitiba dispõe de dois programas oficiais que funcionam há mais de uma década: o “Lixo que não é Lixo” e o “Câmbio Verde”. O primeiro entrou em funcionamento em outubro de 1989 e o segundo em junho de 1991.

Situando esses programas em relação aos existentes em outros municípios, Curitiba assume uma posição de destaque. Em 1993 o Compromisso Empresarial para a Reciclagem (CEMPRE) iniciou uma série de levantamentos para monitorar o funcionamento dos programas de coleta seletiva e reciclagem no Brasil. De acordo com essas informações (CEMPRE, 1999, p.2), os programas de coleta seletiva de Curitiba superam significativamente os de outros municípios em dois quesitos: parcela da população atendida (99,2%) e quantidade de material reciclável coletado (2300 toneladas/mês)<sup>12</sup>. Além disso, o custo da coleta seletiva em Curitiba é um dos mais baixos no Brasil, US\$ 59,4/tonelada enquanto a média nacional é US\$ 157/tonelada.

É importante ressaltar que os dados apresentados acima não significam a existência de um consenso positivo sobre os programas de coleta seletiva em Curitiba. Na própria cidade, as críticas a esses programas procedem de diferentes segmentos sociais.

Um primeiro exemplo dessas críticas procede de setores do movimento ambiental. Ligada a esses setores, Tereza URBAN, em entrevista ao jornal *Gazeta do Povo* (02/03/1999, p. 6), comenta os limites dos programas de coleta seletiva num

---

<sup>12</sup> Como foi apontado anteriormente, os números sobre o lixo destinado à reciclagem em Curitiba não podem ser atribuídos somente aos programas de coleta seletiva. Os catadores são responsáveis por mais de 80% desse total. Os dados levantados pelo CEMPRE não apresentam essa distinção.

plano genérico e também em Curitiba. Ela argumenta que esses programas obedecem a uma lógica contraditória. Procuram equacionar os imensos problemas originados pelo lixo, responsabilizando apenas o consumidor, muitas vezes representado pela dona de casa. Ao mesmo tempo, atenuam a responsabilidade dos grandes geradores de lixo. Não combatem um problema ambiental. Apenas criam a falsa idéia de que o fazem.

Outro exemplo procede de setores de oposição ao grupo político identificado com a criação e gerenciamento dos programas de coleta seletiva. Marcelo Almeida<sup>13</sup>, Vereador pelo PMDB, afirma que a Prefeitura Municipal de Curitiba (PMC) não tem sido correta ao divulgar os êxitos da coleta seletiva na cidade. Segundo o Vereador, o avanço da coleta seletiva teve como causa primordial o trabalho dos catadores que coletam a maior parte do material reciclável. Ou seja, a coleta seletiva ocorre a despeito dos programas oficiais.

Por fim, um último exemplo dessas críticas procede do *Fórum Lixo e Cidadania – Criança no Lixo Nunca Mais*. A Sra. Margareth Carvalho<sup>14</sup>, Promotora Pública e representante do fórum no Paraná, questiona os impactos sociais causados pelos programas de coleta seletiva. Em relação ao “Câmbio Verde”, ela afirma que o programa permite o envolvimento de crianças e adolescentes na coleta de material reciclável. Isto faz com que a PMC estimule um tipo de trabalho proibido pela Constituição e combatido por várias organizações da sociedade civil. Em relação ao “Lixo que não é Lixo”, ela afirma que esse programa encobre um enorme descaso da PMC com os catadores. Para a Promotora, é inadmissível que os mesmos respondam pela coleta de mais de 80% do material reciclável sem que o poder público desencadeie alguma política para melhorar suas condições de trabalho.

A validade dessas críticas torna relativo o aparente sucesso dos programas de coleta seletiva de lixo em Curitiba. Nesse sentido, elas sugerem que a repercussão

---

<sup>13</sup> Entrevista concedida ao autor (21 de junho de 2002).

<sup>14</sup> Entrevista concedida ao autor (02 de maio de 2002).



alcançada pelos mesmos deve ser atribuída menos a méritos próprios do que ao tímido cenário apresentado pelo país em termos de coleta seletiva e gerenciamento do lixo.

### 2.3 DA COLETA SELETIVA EM CURITIBA E DO PROGRAMA CÂMBIO VERDE

A cidade de Curitiba conta, desde 1989, com um programa de coleta seletiva abrangendo todo o município. Fazendo menção ao programa “Lixo que não é Lixo”, os documentos oficiais frisam o seu caráter original e inovador. Uma publicação da SMMA (2002, p.1), por exemplo, ao comentar os serviços de limpeza pública da cidade, destaca logo em sua introdução que, com esse programa, “Curitiba inovou o sistema de recolhimento de resíduos urbanos no Brasil, garantindo a produção de consciência ambiental, mostrando que no lixo existem materiais que podem ser reaproveitados e reciclados.”

O programa “Lixo que não é Lixo” começou a funcionar através de aulas de educação ambiental realizadas em escolas da rede municipal de ensino. Logo em seguida, teve início uma abrangente campanha de comunicação, descrita pelo discurso oficial como um programa de conscientização ambiental, utilizando cartilhas e a grande imprensa. Através de personagens criados pelo escritor e cartunista Ziraldo, essa campanha enfatizou elementos como: o potencial de reciclagem do lixo que estava sendo jogado fora; a economia de recursos naturais que a prática da separação poderia promover; e, além disso, informações gerais sobre os novos procedimentos de coleta.

O presente estudo não teve acesso, ou conhecimento, a pesquisas que tenham avaliado de forma precisa e confiável os impactos dessa campanha. Da mesma forma, dados sobre a efetiva participação da população no programa são escassos e imprecisos.

A. GAIESKI (1991) efetuou a aplicação de 400 questionários sobre o tema em estabelecimentos de ensino de Curitiba. Constatou que 98% dos entrevistados

conhecem o programa “Lixo que não é Lixo” e a sua dinâmica de funcionamento, enquanto 79% realiza a separação do lixo em seus domicílios. S. CRUZ (1995, p. 35) observa que a prefeitura realiza levantamentos regulares desde 1991 em determinados setores da cidade. É possível verificar que existe uma média onde 71% do lixo reciclável é previamente separado, sendo que a maior parte desse lixo é coletada pelos catadores. A respeito desse tema, a Sra. Marilza Oliveira, Superintendente de Controle Ambiental da SMMA<sup>15</sup> informou que os dados sobre a participação da população e a quantidade de lixo separado são sempre imprecisos e difíceis de se obter. A atuação dos catadores, responsáveis pela coleta da maior parte dos recicláveis, torna uma aferição mais apropriada impossível. Assim, o dado verificado pela Prefeitura é a quantidade aproximada de lixo destinado à reciclagem e não a quantidade previamente separada pelos moradores em seus próprios domicílios.

Mesmo não dispondo de critérios objetivos para avaliar a participação dos munícipes, a prefeitura afirma que entre os benefícios proporcionados pelo programa está o envolvimento da população na resolução dos problemas ligados ao lixo. Esse envolvimento teria como elemento fundamental o desenvolvimento da consciência ambiental, que levou a população a contribuir para a manutenção da limpeza, para aliviar o montante de lixo destinado ao aterro e para economizar recursos naturais.

Ressalte-se esse ponto, pois a participação popular exemplificada através da coleta seletiva, explicada em função de uma consciência desenvolvida a partir de um processo de educação ambiental, constitui a interpretação predominante observada nos discursos e documentos elaborados pela Prefeitura Municipal de Curitiba. Segundo essa interpretação oficial, Curitiba representa um caso singular de cidade que conseguiu despertar em sua população o compromisso com as questões ambientais.

Jaime LERNER (1992), Prefeito Municipal à época em que a coleta seletiva foi implantada, em entrevista à revista *Ecologia e desenvolvimento*, argumenta que sua administração, mais do que gerenciar os problemas ambientais, definiu uma política

---

<sup>15</sup> Entrevista concedida ao autor (14 de junho de 2002).

ambiental visando ampliar uma série de avanços obtidos em décadas anteriores. No núcleo dessa política, estava o objetivo de modificar valores e práticas da população em relação ao meio ambiente. Com isso, a própria população passou a ser protagonista de uma ampliação cumulativa e permanente em termos de qualidade de vida:

A aplicação dessa política ambiental pressupôs a existência de uma identificação positiva entre a população e a sua própria cidade, um sentido de orgulho em pertencer à Curitiba. Para construir essa identificação positiva é que surgiu a idéia de promover a cidade como a 'capital ecológica'. O maior patrimônio de uma cidade é a identidade de seus moradores com ela. Respeitada e informada, sabendo-se co-responsável, a população responderá mais prontamente ao apelo em favor da parceria e da participação. (LERNER, 1992, p.25)

Em documentos elaborados pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), é possível encontrar outra referência a esse vínculo entre a população e sua cidade. Detalhe bastante especial dessa referência, ela menciona a importância da educação ambiental. Cada intervenção pontual da administração municipal é interpretada como um esforço para a criação de consciência ambiental:

Em Curitiba, a tarefa de educar para o conhecimento, o uso e a preservação dos recursos naturais é responsabilidade de todos os organismos e departamentos da administração da cidade. Quando a Secretaria Municipal das Finanças reduz ou isenta de pagamento de IPTU as áreas de preservação florestal que representam o interesse da coletividade, está fazendo educação ambiental. Quando a prefeitura legisla sobre o uso do solo e impede a ocupação de fundos de vale, também educa para a convivência não predatória com os recursos naturais. Quando o IPPUC moderniza o sistema de transporte coletivo, permitindo reduzir o volume de tráfego na cidade e, em consequência, diminuindo a emissão de gases poluentes no ar, está formando na população uma consciência ambientalista. (IPPUC, 1992, p. 29)

Particularmente em relação à coleta seletiva de lixo, o documento é explícito. Os programas funcionam, pois despertam, através da educação e da consciência ambiental, um vínculo positivo entre a população e o local onde vive.

Mencionando o programa "Câmbio Verde", o documento salienta sua importância estratégica para desenvolver esse vínculo positivo em relação à população de áreas mais carentes: "Um dos resultados mais consistentes da política de meio ambiente da cidade de Curitiba é a transformação cultural que está ocorrendo, principalmente nas populações que habitam as áreas mais carentes da cidade. O programa 'Câmbio Verde' computa, entre outros resultados importantes, a mudança de

comportamento dessas populações em relação ao meio ambiente.” (IPPUC, 1992, p.36)

Curiosamente, o programa “Câmbio Verde”, cuja operação iniciou em junho de 1991, não teve originalmente sua formulação atrelada de maneira explícita à questão da educação e da consciência ambiental. Mais precisamente, esse programa derivou de outro, o “Compra do Lixo”, que funciona desde janeiro de 1989.

O programa “Compra do Lixo” representa, de acordo com a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA, 2002, p. 07), uma forma alternativa de coleta do lixo, destinada à população de baixa renda, localizada em áreas desurbanizadas e de difícil acesso aos caminhões de coleta. Em seu funcionamento, a população recebe sacos de lixo e, à medida que os deposita em caçambas estacionárias, recebe alimentos em troca.

Nesse programa, onde os objetivos oficiais combinam a tarefa da limpeza de áreas comprometidas com o combate a carências sociais, chama a atenção o cálculo econômico realizado para a sua viabilização. Os recursos economizados com os caminhões coletores são investidos na compra de alimentos a serem trocados. A partir de uma grande safra de hortifrutigranjeiros que ocorreu na Região Metropolitana de Curitiba em 1991, aliada à epidemia de cólera que, no mesmo ano, fez diminuir o preço dos alimentos, a possibilidade de troca foi estendida a uma parcela maior da população. Daí o surgimento do programa “Câmbio Verde”.

Também operacionalizado através da troca de alimentos por lixo, só que neste caso reciclável, o programa funciona em locais e datas predefinidas com periodicidade quinzenal. Em algumas datas específicas, como natal, páscoa e dia das crianças, outros produtos servem como base de troca: panetones, chocolates, material escolar e brinquedos. Quanto aos locais de troca, a Prefeitura afirma realizar uma espécie de arranjo com as associações de moradores, que também cedem o espaço para a realização de aulas de educação ambiental. Os últimos dados revelados pela Prefeitura apontam a existência de sessenta e um pontos de troca e a participação de aproximadamente 18.000 pessoas. (SMMA, 2002, p. 19)

É importante frisar que o cálculo econômico que está na origem e na base do funcionamento do programa é central para a Prefeitura justificar a sua existência. Argumenta-se que, limpeza, melhora na alimentação de famílias carentes e auxílio no uso racional do aterro sanitário, são resultados obtidos com custos pequenos. Não há a necessidade de contratação de pessoal, visto que se utiliza os quadros de diferentes departamentos da própria Prefeitura. Não se investe na aquisição de materiais, visto que a empresa prestadora de serviço já os possui e precisa apenas deslocá-los. Finalmente, o alimento usado para estimular a participação é negociado diretamente com os produtores que precisam garantir o seu escoamento (SMMA, 1999, p. 4). Nesse sentido, o programa é considerado legítimo porque não implica em aumento de gastos.

O funcionamento do programa com baixos custos, no entanto, depende de um fator fundamental que não foi listado acima. É necessário que a população separe e colete o lixo reciclável para que o mesmo possa ser recolhido pelos caminhões da empresa prestadora de serviço. É necessário, portanto, contar com a participação dessa população, participação que terá um custo baixo, pois será remunerada com alimentos obtidos de maneira bastante favorável com os produtores da Região Metropolitana de Curitiba. Mas, de qualquer forma, a participação terá um custo.

Observa-se, então, um problema. Se a aderência das pessoas é obtida através da troca ou do estímulo material, como o programa “Câmbio Verde” poderia representar uma iniciativa que, seguindo a apresentação oficial, promove a identidade da população com a cidade, desencadeando a participação, gerando cidadania, consciência e educação ambiental?

Em resposta à questão acima, a Sra. Gisele Martins dos Anjos, Gerente de Limpeza do Departamento de Limpeza Pública<sup>16</sup> da Prefeitura Municipal de Curitiba afirma que, embora exista o estímulo material, a própria prática da separação, despertando na população a preocupação com o acondicionamento adequado do lixo,

---

<sup>16</sup> Entrevista concedida ao autor (17 de junho de 2002).

vem colaborando com a construção de hábitos saudáveis num segmento da população que tem tido, historicamente, pouca consciência e oportunidade para se preocupar com questões ambientais e até mesmo higiênicas.

Reforçando o argumento acima, V. CARVALHO, em apresentação feita sobre o programa, afirma que:

Se considerando o pleno exercício da cidadania, a população seria levada pela sua consciência a colaborar com a limpeza da cidade, mas cidadania não é algo que se adquire de uma hora para a outra; logo, parece saudável estimular a tomada de consciência a partir de cálculo racional mesmo, somando disposição e criatividade para a solução dos problemas. Essa prática, desenvolvida pelo poder público de Curitiba, altera a relação entre cidadãos, sociedade civil e poder público, exatamente na confiança mútua e na abertura de canais de comunicação com a população. O poder público ganha em confiabilidade e a população percebe a importância de sua colaboração. (CARVALHO, 1997, p. 112)

Ou seja, a coleta seletiva, de acordo com o discurso oficial da Prefeitura Municipal de Curitiba, mesmo no caso do programa “Câmbio Verde” que estimula a participação através do incentivo material, está na origem de diversas conquistas. Garantiria, entre outras coisas, a possibilidade de transformar hábitos arraigados no cotidiano do cidadão, fazendo-o perceber a necessidade de mudar seus comportamentos em relação ao lixo. O envolvimento da comunidade, agora consciente do seu papel para evitar o acondicionamento inadequado do lixo e o envio excessivo de resíduos ao aterro sanitário, permitiria a implantação de uma verdadeira estratégia de desenvolvimento sustentável:

Para separar o lixo reciclável, optou-se por um caminho arrojado: em vez de implantar uma grande, cara e discutível usina de separação e compostagem de lixo, a Prefeitura ‘criou’ 200 mil pequenas usinas. A população foi convocada a separar o lixo doméstico e cada lar transformou-se em uma micro-usina. A era do desperdício ficou para trás e a cidade caminha para o terceiro milênio com a consciência tranquila de ter exercido sua solidariedade ao máximo, em benefício de sua geração atual e de suas gerações futuras. (IPPUC, 1992, p93)

Caso esse discurso oficial seja considerado válido, é necessário admitir que os programas de coleta seletiva, ao lado de outras iniciativas da PMC, são viáveis e funcionam, pois refletem um processo eficiente de educação ambiental que cria vínculos entre a população e sua cidade, desencadeando um amplo processo de

participação na busca por desenvolvimento sustentável e melhoria na qualidade de vida.

## 2.4 DA COLETA SELETIVA: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O CASO DE CURITIBA

Analisando algumas características recentes da administração pública em Curitiba, R. FIGUEIREDO e B. LAMOUNIER (1996, p. 37) observam que a cidade foi pioneira, entre as cidades brasileiras, ao implementar um programa de coleta seletiva abrangendo toda a municipalidade. Ao lado de outras inovações, esse programa, segundo os autores, faz de Curitiba um paradigma de política urbana consistente e bem implementada.

Seguindo o mesmo tom de louvor da condensação apresentada acima, CARVALHO (1997, p. 113) afirma que através dos programas de coleta seletiva, a administração municipal em Curitiba conseguiu viabilizar um sistema de coleta eficiente, possibilitou uma melhora na limpeza da cidade e, ao mesmo tempo, estimulou a tomada de consciência ambiental por parte dos indivíduos. Para o autor, esses programas servem como exemplo de uma administração com vontade política, engajada em uma concepção ambientalmente correta e comprometida com a construção do desenvolvimento sustentável.

Mantendo a tendência das condensações anteriores, MENEZES (1996, p. 158), ao analisar a relação entre desenvolvimento urbano e meio ambiente em Curitiba, interpreta as soluções encontradas para gerenciar o lixo como uma forma de partilha, de divisão de responsabilidades entre Prefeitura e população. Para o autor, a atuação da administração municipal representaria um exemplo de valorização da sociedade civil na construção de soluções para a melhoria da qualidade de vida de uma cidade.

A lista de condensações como essas pode prosseguir longamente, pois é grande o repertório de trabalhos, acadêmicos ou não, que tomam a administração

pública de Curitiba como um paradigma, um modelo de eficiência em planejamento urbano a ser copiado por outras cidades no Brasil e no mundo. Os comentários sobre os programas de coleta seletiva, como pode ser observado acima, evocam com frequência essa imagem de uma cidade paradigmática.

Para estimular esse tipo de evocação, acrescente-se o fato de que as iniciativas desenvolvidas em Curitiba no campo da coleta seletiva têm recebido inclusive respaldo internacional.

Em 1990, durante o Congresso Mundial de Autoridades Locais para um Futuro Sustentável, a cidade recebeu um prêmio conferido pela Organização das Nações Unidas (ONU) em função dos programas voltados para o gerenciamento do lixo no contexto do planejamento urbano. (IPPUC, 1992, p.93)

Mais recentemente, em 2002, durante a realização do Fórum Latino-Americano para o Desenvolvimento Sustentável, as autoridades reunidas apontaram o lixo como o maior problema ambiental de suas cidades e, como solução ideal, elegeram os programas de coleta seletiva desenvolvidos em Curitiba. (*Gazeta do Povo*, 16/04/02, p. 3)

Por fim, para citar um último exemplo, o *Conselho Internacional para Iniciativas Ambientais Locais* (ICLEI), uma instituição ligada à ONU, utiliza os programas de coleta seletiva de Curitiba para ilustrar o que deve fazer uma cidade preocupada com o desenvolvimento sustentável, a qualidade de vida e a inclusão social. ([www.iclei.org](http://www.iclei.org) – acesso em 10/02/02)

Frente às referências positivas apontadas acima, é necessário lembrar que todas elas passaram a ser construídas após as eleições municipais de 1988, quando Jaime Lerner, numa campanha de apenas 15 dias, foi conduzido pela terceira vez ao cargo de Prefeito de Curitiba. Foi durante o seu terceiro mandato como Prefeito que a cidade se notabilizou através do apelido de “capital ecológica”.

Dessa forma, é nítida a relação entre tais referências e a liderança política de um grupo representado por Jaime Lerner. Ou ainda, a positividade dessas referências contribuiu para a construção da hegemonia política desse grupo. Não foi ao acaso que



em 1992, logo no primeiro turno, Lerner elegeu seu sucessor ao cargo, Rafael Greca. Em seguida, em 1994, Lerner elegeu-se Governador do Estado do Paraná, cargo para o qual é reeleito em 1998, permanecendo até 2002. Antes disso, em 1996, mais uma vez esse grupo elege em primeiro turno um dos seus representantes à Prefeitura de Curitiba, Cassio Taniguchi, que também é reeleito em 2000. Apenas mais um detalhe para completar o quadro, em função dessa hegemonia, Rafael Greca, posteriormente, ascendeu, durante o segundo mandato à Presidência de Fernando Henrique Cardoso, ao cargo de Ministro dos Esportes e Turismo.

Pois bem, se na década de 1990 esse grupo construiu em Curitiba uma imagem positiva evocando principalmente as soluções encontradas para problemas ambientais, dentre elas os programas de coleta seletiva, algo semelhante já havia ocorrido na década de 1970, quando a cidade foi projetada como um caso de sucesso no campo do planejamento urbano. Esse fato a fez ser considerada um modelo para as outras cidades do país, inclusive levando o então Ministério do Interior (MINTER) a encomendar ao Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ) uma pesquisa para levantar os motivos desse sucesso.

A pesquisa (IUPERJ/MINTER, 1975), coordenada por Edmundo Campos Coelho, formulou a principal tese de que se dispõe para explicar as origens do sucesso do planejamento urbano em Curitiba. A partir dela, inicia-se uma longa trajetória de estudos sobre o campo do planejamento urbano na cidade. Alguns desses estudos são bastante valiosos para ajudar a situar a repercussão positiva que os programas de coleta seletiva receberam.

Retomando a pesquisa referida acima (IUPERJ/MINTER, 1975), ela propõe que o sucesso do planejamento em Curitiba não deve ser atribuído a méritos propriamente urbanísticos, mas a arranjos de natureza institucional. Dito de outra forma, do ponto de vista técnico, aquilo que foi feito em Curitiba estava ao alcance de outros centros urbanos no país. O que marcou a peculiaridade do caso curitibano é que, ao contrário desses outros centros urbanos, não houve apenas a elaboração de um projeto de reforma urbana, mas a sua plena execução viabilizada pela

institucionalização da prática do planejamento.

O primeiro projeto de reforma urbana em Curitiba remonta à década de 1940 e ao plano diretor elaborado por Alfredo Agache<sup>17</sup>. Colocado em prática apenas parcialmente, ele começou a ficar obsoleto em função do crescimento da cidade. A obsolescência desse plano foi acompanhada pela formação de um grupo de engenheiros, egressos da Faculdade de Engenharia da Universidade Federal do Paraná e ligados à criação do Curso de Arquitetura e Urbanismo na mesma instituição. Dentro desse grupo formou-se a preocupação com a necessidade de se institucionalizar a prática do planejamento urbano (IUPERJ/MINTER, 1975, p. 24).

Elaborou-se, então, em 1965, um novo Plano Diretor. Submetido à apreciação de vários grupos na cidade, ele foi transformado em lei pela Câmara Municipal em 1966. Em seguida, foi criada também uma agência burocrática para detalhar e executar o plano, o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC).

A partir disso, duas variáveis foram cruciais para a implantação do novo Plano Diretor e para a institucionalização do processo de planejamento: a centralização do trabalho de planejamento através do IPPUC, evitando o caos burocrático encontrado em outras cidades brasileiras, caracterizado pela sobreposição de funções e pelos conflitos daí decorrentes; e a nomeação, em 1971, do primeiro diretor do IPPUC, Jaime Lerner, filiado à ARENA, extremamente comprometido com a execução do plano, à Prefeitura de Curitiba. (IUPERJ/MINTER, 1975, p. 25)

D. OLIVEIRA (2000, p. 81), em complemento à tese exposta acima, argumenta que a nomeação de Lerner à Prefeitura possibilitou que um grupo especializado na tarefa do planejamento assumisse a responsabilidade pela execução

---

<sup>17</sup> Segundo OLIVEIRA (2000, p. 73), esse plano foi um típico representante da escola moderna de urbanismo, que pensava a cidade como um conjunto que deveria atender a um certo número de funções essenciais como trabalho, habitação e circulação. Assim, o plano dividia a cidade em áreas funcionais e propunha a ligação entre cada uma, estabelecendo traçados para a implantação de vias expressas.

do Plano Diretor. No entanto, um mandato apenas não teria sido suficiente para a realização dessa tarefa. Então, outra variável mostrou-se fundamental para o sucesso do caso curitibano: a continuidade administrativa. De fato, Lerner exerceu o mandato de 1971 a 1975, sendo substituído por Saul Raiz (1975-1979), representante do mesmo grupo filiado à ARENA e também bastante comprometido com a implantação do Plano Diretor. Mais ainda, Lerner retornou ao cargo no mandato de 1979 a 1982<sup>18</sup>.

Foi assim que durante a década de 1970 e início dos anos 1980 ocorreu um vigoroso processo de reforma urbana em Curitiba. A cidade foi equipada em diversos setores como recreação, educação, terminais de transporte e de abastecimento. Datam deste período, entre outros projetos, a implantação das vias estruturais com o sistema trinário, a adoção do ônibus expresso no transporte coletivo, a criação da Cidade Industrial de Curitiba, a pedestrianização de ruas centrais, a criação do setor histórico, a padronização da paisagem urbana e a formação de bosques e grandes parques.

Mesmo a eleição de Maurício Fruet pelo PMDB (1982-1985), representante de um grupo de oposição a Lerner, não significou uma ruptura com o padrão de planejamento implantado até então. A execução do Plano Diretor permanecia com poucas alterações. (OLIVEIRA, 2000, p. 81)

A única ruptura significativa ocorreu com a eleição de Roberto Requião, também pelo PMDB (1985-1989), que resultou numa alteração drástica da correlação de forças na estrutura institucional responsável pela prática do planejamento urbano. Essa alteração foi caracterizada pelo esvaziamento do IPPUC tanto em termos de quadros profissionais como em termos de funções. Suas principais funções foram descentralizadas e repassadas a novas secretarias criadas principalmente em áreas sociais, como a Secretaria do Abastecimento, a Secretaria do Bem-Estar Social e a Secretaria do Meio Ambiente. Da mesma forma, quantidade significativa dos técnicos

---

<sup>18</sup> Além da continuidade administrativa, o autor também chama a atenção para a compatibilidade de interesses que ocorreu entre empresários e urbanistas em torno de questões essenciais à execução do Plano Diretor. (OLIVEIRA, op. cit., p. 113)

dessa agência foram transferidos para as novas secretarias. (OLIVEIRA, 2000, p. 105)

Essa ruptura é relevante, pois ao retornar ao cargo de Prefeito em 1989, Lerner encontrou desfeita a estrutura institucional que havia contribuído para a construção. Além disso, o próprio Plano Diretor que norteava a atividade de planejamento já havia sido integralmente executado, passando a revelar os seus limites em função do rápido crescimento da cidade. (OLIVEIRA, 2000, p. id.)

Nesse contexto, a recém criada Secretaria do Meio Ambiente passou a contar com um expressivo aporte de recursos, incluindo aí recursos de origem internacional. Então, como foi dito acima, a ruptura mencionada é relevante, pois em parte ajuda a explicar a ênfase que foi dada a partir da terceira administração de Jaime Lerner às questões ambientais. (OLIVEIRA, 2000, id.)

Observa-se, durante essa terceira administração, algo semelhante ao que havia ocorrido durante a década de 1970 com o IPPUC. As ações da Prefeitura voltam a ter um aspecto centralizado sob o comando de uma agência que acumula diversas funções. Mas desta vez, ao invés do IPPUC, a agência centralizadora passa a ser a Secretaria Municipal do Meio Ambiente. (OLIVEIRA, 2000, id.)

Ocupando o centro da ação administrativa, as questões ambientais, traduzidas em variados programas, como os de coleta seletiva, permitiram “reatualizar o mito curitibano de vanguarda urbanista” (OLIVEIRA, 2000, p. 60). Contribuíram, além disso, para reafirmar a imagem de competência e eficiência associada ao grupo político representado por Jaime Lerner, projetando-o nacional e internacionalmente.

Retomando a longa trajetória referente ao planejamento urbano de Curitiba, percebe-se, portanto, que a mesma está entrelaçada com o processo de construção da hegemonia de um determinado grupo político. A atenção dada a questões ambientais, resultando, entre outras coisas, no apelido de “capital ecológica”, representa o remate desse processo.

Dentro dessa trajetória que revela a emergência da temática ambiental entrelaçada à construção da hegemonia de um determinado grupo político, observa-se uma primeira pista para se situar os programas de coleta seletiva, mais especificamente

o programa “Câmbio Verde”. Por se tratar de um processo que envolve a construção da hegemonia de um determinado grupo, existe a necessidade, inerente a esse tipo de processo, de se buscar legitimidade através de algum tipo de retribuição material às classes mais populares. Nesse sentido, um programa como o “Câmbio Verde” é fundamental, pois consegue fazer com que significativa parcela da população de mais baixa renda se sinta participante de um mesmo projeto comum de cidade. (OLIVEIRA, 2000, p. 188)

F. GARCIA (1997), sem contrariar a tese referente à institucionalização do planejamento urbano, interpreta o processo de construção de hegemonia referido acima como uma estratégia deliberada de apropriação do espaço da cidade visando a prática do *city marketing*. A autora não coloca em questão o mérito propriamente técnico das intervenções urbanas realizadas em Curitiba nas últimas três décadas. O que ela questiona é a maneira como essas inovações são apropriadas através da criação de imagens síntese: “cidade planejada”, “cidade modelo”, “capital da qualidade de vida”, “capital de primeiro mundo” e “capital ecológica”.

A criação dessas imagens síntese é relacionada pela autora a duas conseqüências negativas. Em primeiro lugar, por serem apresentadas através de um sujeito genérico – “Curitiba quer”, “Curitiba pensa”, “Curitiba sabe”, “Curitiba consegue” – essas imagens transmitem uma imagem de consenso absoluto. É como se a dinâmica social encontrada na cidade estivesse desprovida de qualquer tipo de conflito. A administração municipal transforma a técnica do planejamento em um instrumento de validade inquestionável. Sua racionalidade garante várias conquistas e, justamente em função da sua eficiência, não deve ser questionada. Questioná-la implica em fazer oposição à essência de um processo que é tomado como modelo.

Em segundo lugar, essas imagens produzem, na própria população da cidade, um comportamento extremamente passivo e próximo ao imobilismo. Trata-se de uma população em compasso de espera. Ela aguarda, apoia e participa das inovações que não cessam. À positividade das imagens síntese associa-se, portanto, um sentimento específico de orgulho em pertencer à cidade, em compartilhar de suas conquistas.

Atreladas à prática do *city marketing*, essas imagens criam a idéia de um espetáculo urbano, responsável por definir aquilo que Curitiba é e aquilo que é ser curitibano. Assim, a “capital ecológica” corresponde uma população que utiliza transporte coletivo, que passeia em parques e bosques, que separa o seu lixo e que, participando das inovações promovidas pela administração municipal, identifica-se com a cidade e tem consciência ambiental.

É por isso que, para a autora, o principal instrumento de gestão utilizado pela administração pública de Curitiba não é o planejamento urbano propriamente dito, mas uma deliberada estratégia de *city marketing*. Com essa estratégia, a administração pública colhe dois resultados favoráveis: garante a adesão da população às suas iniciativas e promove externamente a cidade para qualifica-la cada vez mais a atrair novos investimentos.

Com esse argumento, observa-se uma segunda pista para situar os programas de coleta seletiva em Curitiba. Tais programas fazem parte de um conjunto de medidas que, intencionalmente, pretendem criar um espetáculo urbano, útil para promover imagens síntese da cidade e, acima de tudo, o grupo político que delas se beneficia.

Outro trabalho que pode ser vinculado à tese sobre o processo de institucionalização do planejamento urbano em Curitiba é o de K. FREY (1996, p. 112), para o qual esse processo resultou em um estilo de gestão municipal de perfil técnico-pragmático.

Esse estilo de gestão é caracterizado pela predominância de um pensamento político que, paradoxalmente, se apresenta como apolítico. Nesse sentido, a administração pública acredita estar encarregada de decifrar a vontade da população, atendendo-a através da adequada realização do trabalho técnico. Isso implica em considerar o processo político, e por extensão a própria democracia, como um mero momento de definição e escolha de representantes. Ultrapassado esse momento, a participação popular passa a ser requisitada apenas para possibilitar a implantação e o funcionamento de um novo projeto.

Dentro desse estilo de gestão, existe mesmo a convicção de que a

participação popular no diagnóstico de problemas e construção de soluções é indesejável, pois introduz conflitos ideológicos contrários à lógica do processo de planejamento, diminuindo sua eficiência e sua capacidade de agir com rapidez (FREY, 1996, p. 114). Disso resulta um padrão de relacionamento entre poder público e população em que o primeiro é sempre o polo ativo enquanto o segundo é sempre passivo. O poder público age para informar e conscientizar a população, mas jamais estimular o seu envolvimento efetivo com as questões coletivas.

Outra característica do estilo de gestão identificado pelo autor é a tendência marcante do uso de decretos por parte do poder executivo. Isto transforma a Câmara Municipal em uma espécie de “apêndice” que se limita a aprovar as decisões do aparato técnico ligado ao Prefeito. Somado à primeira característica, o uso de decretos contribui sobremaneira para gerar uma aparência despolitizada do funcionamento da administração pública. (FREY, 1996, p. 115)

Por fim, uma terceira característica desse estilo de gestão é o uso da emoção como instrumento para pautar o relacionamento entre população e administração pública. Assim, o uso exaustivo das imagens síntese já comentadas – “capital de primeiro mundo”, “capital ecológica”, etc. – termina por levar o curitibano a acreditar no privilégio de viver numa cidade bem gerenciada e exclusiva. Além de explicar o apoio significativo conferido pela população ao grupo representado por Jaime Lerner, essa característica coloca a oposição na incômoda situação de relativizar suas críticas e reconhecer os feitos da administração municipal.

Essas três características apontam que o modelo de gestão municipal observado em Curitiba, modelo que se confunde com a liderança do grupo político representado por Jaime Lerner, não pode prescindir de uma intensa política que visa a construção de identidade local. É o forte sentimento de identidade local que permite à administração municipal legitimar o seu funcionamento desvinculado de intervenção popular, mantendo, ao mesmo tempo, essa mesma população predisposta a participar dos programas desenvolvidos pela Prefeitura. (FREY, 1996, p. 134)

Com esse argumento, observa-se uma terceira pista para situar os programas

de coleta seletiva em Curitiba. Tais programas refletem não apenas um estilo de gestão municipal, mas acima de tudo, um determinado padrão de relacionamento entre o poder público e a população. Refletem, à medida que criam um forte sentimento de identidade local, um tipo de participação passiva. A população não participa da identificação dos problemas que a afetam e da elaboração de soluções. Recebe o programa pronto e apenas acomoda-se ao seu funcionamento.

Finalmente, um último trabalho que pode ser alinhado à tese referente ao processo de institucionalização do planejamento urbano em Curitiba é o de M. OLIVEIRA (1998, p. 80). Em estudo sobre o processo de criação de parques e bosques na cidade, o autor analisa como as ações da Prefeitura Municipal têm sido elaboradas e justificadas segundo a ótica oficial. Ele observa que, a partir da década de 1990, a PMC desenvolveu uma espécie de filosofia ambientalista.

Essa filosofia ambientalista, refletida através de documentos oficiais, passou a atribuir um sentido ao crescimento da cidade: o sentido ambiental. Tal sentido, sob a ótica oficial, mais do que um mero modismo, estaria sendo construído desde o início da década de 1970. Segundo ele, cada ação pontual da Prefeitura teria sido orientada e desencadeada por uma nítida concepção de ecologia urbana.

O caso da criação dos parques e bosques, no entanto, demonstra que os mesmos não derivam de uma idéia precisa vinculada à ecologia urbana. Ao contrário, refletem a preocupação com uma questão de saneamento. Assim, através da ótica da filosofia ambientalista recentemente desenvolvida, opera-se uma espécie de reconstrução da história da cidade. Os aspectos pontuais e pragmáticos que orientaram a ação da administração municipal são preteridos. Projetos, como os de criação dos parques e bosques, que poderiam ser justificados técnica, política e financeiramente, passam a representar a materialização de um projeto de ecologia urbana. (OLIVEIRA, 1998, p. 82)

Para explicar a utilização *post facto* da questão ambiental como variável explicativa para apresentar e justificar a atuação da administração municipal, o autor trabalha com a seguinte hipótese:



Surgida fortuitamente, a questão ambiental vem atribuindo sentido e coerência, visibilidade e respeitabilidade social e científica, ao conjunto das ações municipais. Nesse processo ela teria acabado por tão bem vestir a cena discursiva municipal, que se insurge hoje como uma noção de referência incontornável, como um espaço preñado de sentidos, capaz de justificar todas e quaisquer ações municipais sejam elas ambientais ou não, tanto para o público interno quanto para o público externo. (OLIVEIRA, 1998, p. 82)

A hipótese apresentada acima oferece uma quarta pista para situar os programas de coleta seletiva em Curitiba, mais especificamente o programa “Câmbio Verde”. Como foi visto na seção anterior, esse programa está originalmente ligado à idéia de se realizar um tipo alternativo de coleta de lixo em regiões de difícil acesso e entre a população de baixa renda. A realização dessa coleta tem como ponto de partida um cálculo de viabilidade econômica. É economicamente viável trocar alimentos conseguidos a custos baixos pelo lixo coletado entre a população.

Então, observa-se que o programa é originalmente motivado pela combinação das seguintes variáveis: possibilidade de escoar a safra de alimentos, necessidade de limpar áreas de difícil acesso e a possibilidade de realizar essas tarefas mediante custos favoráveis. No entanto, sob a ótica da filosofia ambientalista mencionada acima, ele passa a representar um programa ecológico que visa, entre outros objetivos, contribuir para uma estratégia de desenvolvimento sustentável e para a formação da consciência ambiental.

Em resumo, este capítulo procurou apresentar alguns dados sobre o tema da coleta seletiva no Brasil e em Curitiba. Em oposição à timidez apresentada em relação ao cenário nacional, Curitiba destaca-se como uma cidade modelo em termos de coleta seletiva. Esse destaque, no entanto, deve ser relativizado e quatro argumentos foram apresentados nesse sentido. Em primeiro lugar, os programas de coleta seletiva podem ser interpretados como uma contrapartida para o processo de construção da hegemonia de um determinado grupo político. Em segundo lugar, eles fazem parte de uma estratégia mais ampla de *city marketing* que visa promover a imagem da cidade tanto no contexto interno como no externo. Em terceiro lugar, eles representam um padrão de relacionamento entre poder público e população, no qual essa última é caracterizada

por um tipo de participação nitidamente passiva. Por fim, o discurso oficial vem se apropriando desses programas, preterindo suas motivações originais em função da criação de um sentido ambiental elaborado *post facto*.

### 3 DA TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E DA METODOLOGIA DE PESQUISA

#### 3.1 DA TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: A TRAJETÓRIA DO CONCEITO DE REPRESENTAÇÃO DENTRO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

MINAYO (2000, p. 89) afirma que nas Ciências Sociais o conceito de representação nos remete a um fenômeno relacionado às categorias de pensamento que expressam a realidade, explicando-a, justificando-a ou questionando-a. Além disso, esse tipo de fenômeno, por ser amplamente reconhecido como relevante, recebeu a atenção das mais diferentes correntes de pensamento sobre o social.

Uma primeira corrente, representada pela concepção marxista, nos leva a interpretar o fenômeno através da relação entre as idéias, ou a consciência, e a base material que condiciona a sua produção. Embora essa relação não seja tratada por Karl MARX de maneira homogênea na totalidade dos seus escritos, encontra-se em *A ideologia alemã* uma formulação considerada clássica. Opondo-se a filósofos de inspiração hegeliana, que consideravam a consciência como o ponto de partida para explicar a dinâmica do mundo das idéias, MARX propõe a interpretação do pensamento como uma atividade determinada pelo modo de vida dos indivíduos. Mais especificamente, a produção das condições materiais de vida desses indivíduos antecede a produção da consciência:

A produção das idéias, representações, da consciência está a princípio diretamente entrelaçada com a atividade material e o intercâmbio material dos homens, linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens aparecem aqui ainda como efluxo direto do seu comportamento material. O mesmo se aplica à produção espiritual como ela se apresenta na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica, etc., de um povo. Os homens são os produtores das suas representações, idéias, etc., e precisamente os homens condicionados pelo modo de produção da sua vida material, pelo seu intercâmbio material e o seu desenvolvimento posterior na estrutura social e política. (MARX, 1982, p. 13)

Destaca-se nessa concepção o papel fundamental atribuído à consciência

como um elemento decisivo para a estruturação do conflito e da dominação em uma sociedade dividida em classes:

As idéias da classe dominante são, em todas as épocas, as idéias dominantes, ou seja, a classe que é o poder material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios para a produção material dispõe assim, ao mesmo tempo, dos meios para a produção espiritual, pelo que lhe estão assim, ao mesmo tempo, submetidas em média as idéias daqueles a quem faltam os meios para a produção espiritual. As idéias dominantes não são mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como idéias; portanto, das relações que precisamente tornam dominante uma classe, portanto as idéias do seu domínio. Os indivíduos que constituem a classe dominante também têm, entre outras coisas, consciência, e daí que pensem; na medida, portanto, em que dominam como classe e determinam todo o conteúdo de uma época histórica, é evidente que o fazem em toda a sua extensão, e portanto, entre outras coisas, dominam também como pensadores, como produtores de idéias, regulam a produção e a distribuição de idéias do seu tempo. (MARX, 1982, p. 38)

Sendo assim, o subproduto dessa consciência determinada pelas condições materiais de existência é necessariamente parcial. Parcial porque ideológico e ideológico porque inevitavelmente falso e/ou alienado.

Uma segunda corrente, representada pela concepção weberiana, nos leva a interpretar o fenômeno em termos de idéias, mentalidade e espírito que compõem uma determinada visão de mundo. Fazendo oposição às interpretações mais simplistas do materialismo histórico, Max WEBER (1985) procura demonstrar que a realidade não pode ser compreendida como o resultado de um processo mecânico de determinação. Em *A ética protestante e o espírito do capitalismo* ele afirma:

Aqui se tratou do fato e da direção em apenas um, se bem que importante ponto de seus motivos. Seria importante investigar mais adiante a maneira pela qual a ascese protestante foi por sua vez influenciada em seu desenvolvimento e caráter pela totalidade das condições sociais, especialmente pelas econômicas. Isto porque, se bem que o homem moderno seja incapaz de avaliar o significado de quanto as idéias religiosas influenciaram a cultura e os caracteres nacionais, não se pode pensar em substituir uma interpretação materialista unilateral por uma igualmente bitolada interpretação causal da cultura e da história. (WEBER, 1985, p. 132)

Nessa obra, WEBER oferece uma análise do avanço do capitalismo ocidental como resultado de uma certa visão de mundo, formulada a partir de uma leitura específica do protestantismo, na qual o trabalho e a vocação são associados à virtude

máxima dos homens. Para WEBER, as idéias de prosperidade como benção divina e lucro como fator legítimo das relações econômicas foram tão relevantes para a emergência e o desenvolvimento do capitalismo quanto o processo de acumulação primitiva.

Dito de outra maneira, sem negar a possibilidade de que a organização material da sociedade influencie certas concepções e atitudes, WEBER chama a atenção para o fato de que cada sociedade, para se manter e reproduzir, necessita de visões de mundo abrangentes e unitárias que perpassam todos os seus grupos.

Uma terceira corrente, representada pela concepção de Emile DURKHEIM, nos leva a interpretar o fenômeno sob o rótulo de representações. É em DURKHEIM que o fenômeno ocupa um lugar central na análise sociológica e é a esse autor que se deve atribuir a formulação do conceito de representações coletivas.

Em *As regras do método sociológico*, ao formular os princípios que nos permitem distinguir o fato social, DURKHEIM propõe que a vida social é inteiramente feita de representações. Em seguida, para justificar uma ciência específica para esse objeto igualmente específico, preocupa-se em delimitar o campo da Sociologia frente à Psicologia:

Que a matéria da vida social não possa se explicar por fatores puramente psicológicos, ou seja, por estados da consciência individual, é o que nos parece de todo evidente. Com efeito, o que as representações coletivas traduzem é o modo como o grupo se pensa em suas relações com os objetos que o afetam. Ora, o grupo não é constituído da mesma maneira que o indivíduo, e as coisas que o afetam são de outra natureza. Representações que não exprimem nem os mesmos sujeitos, nem os mesmos objetos, não poderiam depender das mesmas causas. Para compreender a maneira como a sociedade representa a si mesma e o mundo que a cerca, é a natureza da sociedade, e não a dos particulares, que se deve considerar. (DURKHEIM, 1999, p. 23)

Ao construir essa delimitação, DURKHEIM argumenta que uma representação é sempre o resultado da relação entre um sujeito e um objeto que o afeta. Pois bem, o sujeito da representação é sempre o grupo, visto aqui como uma entidade coletiva capaz de pensar a si mesma. Por outro lado, o objeto é a própria realidade que afeta o grupo. Portanto, a partir de DURKHEIM verifica-se que todo grupo é capaz de traduzir as suas relações com a realidade através de representações. Sendo estas

portadoras das características distintivas dos fatos sociais – autonomia, exterioridade e coercitividade – abre-se a possibilidade para o seu estudo com o rigor exigido pela análise científica.

Foi dentro desta perspectiva que DURKHEIM se dedicou ao estudo das formas elementares da vida religiosa, constatando que as representações religiosas são representações coletivas que exprimem realidades coletivas. Como tal, não poderiam ser consideradas meras formas de ilusão ou alucinação.

M. OLIVEIRA (1999), analisando a contribuição teórica de DURKHEIM, comenta que:

As representações apareceram assim como um conceito capaz de materializar e de atribuir sentido a qualquer tipo de realidade. Uma espécie de conceito-espelho cuja maior virtude seria a revelação dos atos e das práticas sociais. As potencialidades teórico-metodológicas anunciadas pelos trabalhos de Durkheim eram ilimitadas. Fosse quais fossem as realidades, elas sempre estariam representadas em algum nível por algum grupo ou subgrupo social. Sendo relacional e dinâmica, estudando-se as representações seria possível captar o movimento da sociedade. E mais: diante de novas realidades, as representações seriam também novas, embora o conceito e a teoria para análise se mantivessem sem alteração. (OLIVEIRA, 1999, p. 177)

Mesmo com o registro dessas possibilidades, o autor observa que o conceito acabou sendo apropriado pela Etnologia e pela Antropologia, enquanto foi paulatinamente ignorado pela Sociologia. Buscando conhecer os sentidos das práticas sociais cotidianas, retratando-as sob a ótica daqueles que as realizam, a Etnologia e a Antropologia preservaram a essência relativa ao conceito, ao passo que a Sociologia, priorizando debates político-econômicos, viu emergir um cenário onde o conceito de ideologia encontrou condições francamente favoráveis para o seu desenvolvimento. Nesse cenário, ou o conceito de representação era simplesmente ignorado, ou evocado como um conceito secundário e integrante do universo mais relevante da ideologia.

Não se trata de afirmar que o conceito de representação foi fundido ao de ideologia. Ao contrário, trata-se de afirmar que durante mais de meio século a Sociologia privilegiou temas para os quais a questão do poder constituiu uma clivagem central, clivagem essa que impossibilitou a utilização do conceito de representação, tal como enunciado por DURKHEIM, para analisar como as categorias do pensamento

expressam a realidade.

É por isso que ao analisar o recente resgate do conceito de representação, comentando sobre o contexto característico à Sociologia, OLIVEIRA afirma:

Não se questionava a essência das representações, mas seus tipos; não se questionava sua origem e sentido, mas sua falsidade ou veracidade. Não se discutia sua operacionalidade nem sua fundamentação teórica, uma vez que seus resultados eram presumidos de antemão. Eis talvez porque não seria no interior da Sociologia que o conceito de representação social seria retomado, mas sim no interior da Psicologia Social e dos estudos sobre a imaginação simbólica. (OLIVEIRA, 1999, p. 183)

### 3.2 DA TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: O RESGATE DO CONCEITO DE REPRESENTAÇÃO ATRAVÉS DA PSICOLOGIA SOCIAL

De maneira consensual, a Teoria das Representações Sociais tem sido apresentada como uma forma sociológica de Psicologia Social originada na Europa, no início da década de 1960, com o estudo de Serge MOSCOVICI a respeito de como a Psicanálise foi apropriada pelo conhecimento de senso comum (FARR, 2000, p. 31).

De acordo com S. JOVCHEOLOVITCH (2000, p. 19), desde o seu início, o estudo de MOSCOVICI demonstrou o interesse explícito pela superação do individualismo que até então caracterizava a Psicologia Social. Mais do que isso, o autor procurava articular fenômenos individuais e sociais, sem que um fosse necessariamente reduzido ao outro. Ou ainda, procurava relacioná-los sem que para tanto um fosse submetido ao outro como uma variável dependente.

Foi justamente para superar o enfoque individualista da disciplina que MOSCOVICI resgatou o conceito de representações coletivas elaborado por DURKHEIM. Para o propósito intelectual de MOSCOVICI esse conceito possuía uma utilidade óbvia. Como foi argumentado na seção anterior, atribuindo às representações as características distintivas dos fatos sociais – autonomia, exterioridade e coercitividade – DURKHEIM tomou os indivíduos como portadores das representações, mas sempre sem reduzi-las ou explicá-las a partir da esfera individual. Portanto, a abordagem de DURKHEIM fornecia um contraponto ao individualismo.

Esse contraponto representado pelo resgate do conceito de representações coletivas não significou, no entanto, a sua imediata inserção dentro de um novo corpo teórico. Antes disso, ele foi reformulado:

Do ponto de vista de Durkheim, representações coletivas articulam uma vasta classe de formas intelectuais, incluindo a ciência, a religião, mitos, as categorias de espaço e tempo, etc. Sabemos tanto por intuição como por experiência que não é possível se articular uma tão vasta classe de conhecimento e crenças, tanto por causa de sua heterogeneidade quanto por causa da impossibilidade de defini-las através de umas poucas características. Estamos assim compelidos a adicionar duas modificações importantes. Representações sociais precisam por um lado ser compreendidas como uma forma particular de adquirir conhecimento e comunicar o conhecimento que já tem sido adquirido. Elas ocupam uma posição curiosa em algum lugar entre conceitos cujo propósito é o de destilar o significado do mundo, torná-lo mais ordenado e entre percepções que reproduzem o mundo de uma maneira razoável. (MOSCOVICI, mimeo., p. 4-5)

A reformulação esboçada acima demonstra que o interesse de MOSCOVICI aponta para um fenômeno específico. Para DURKHEIM o que está em questão são sociedades estáticas e tradicionais, caracterizadas por processos de mudança que se manifestam lentamente, onde as dimensões sociais são mais cristalizadas e estruturadas. Nessas sociedades, as representações são duradouras e amplamente distribuídas entre os indivíduos. Institucionalizadas, transmitidas vagarosamente de geração em geração, estão contidas na esfera da cultura. As duas modificações adicionadas por MOSCOVICI, por outro lado, tomando as representações como uma forma de produzir e comunicar conhecimento sobre o mundo, apontam para sociedades mais dinâmicas:

Estou pensando nas representações sociais de nossa sociedade presente, de nosso solo político, científico e humano, onde o tempo é muito curto para permitir sedimentação própria, e para criar tradições estáveis. Representações sociais tornam-se cada vez mais importantes enquanto que os sistemas unificadores que temos (ciência, religião, ideologia, o Estado) se tornam mais e mais mutuamente incompatíveis. As comunicações de massa aceleraram esta tendência e aumentaram a necessidade de uma sutura entre o status abstrato de nossas ciências e nossas crenças gerais de um lado, e nossas atividades concretas enquanto indivíduos sociais de outro. Em outras palavras, há uma necessidade cada vez maior de se continuar reconstituindo o senso comum, aquela soma de conhecimentos que constituem o substratum de imagens e significados sem os quais nenhuma coletividade pode operar. (MOSCOVICI, mimeo., p. 6)

Observa-se assim que o conceito foi reformulado ao ser relacionado a um



fenômeno de natureza distinta. Para DURKHEIM, as representações coletivas ilustram grandes variáveis sociais das quais os indivíduos aparecem como meros suportes. Por outro lado, em MOSCOVICI, as representações sociais ilustram uma esfera de interseção onde o conhecimento não representa mais a influência duradoura e estável da sociedade, mas ao mesmo tempo não constitui um campo para a livre produção dos indivíduos. O senso comum, tal como MOSCOVICI se refere, é o conhecimento produzido por indivíduos, mas indivíduos socialmente localizados, capazes de manipular elementos estáveis como cultura, tradição e ideologia para produzir e comunicar conhecimento a respeito de uma realidade que não cessa de mudar.

JOVCHELOVITCH (2000, p. 24), analisando esse processo de reformulação conceitual, comenta que o trabalho de MOSCOVICI abre um vasto campo de estudos constituído pelas teorias do senso comum. Dotadas de racionalidade, embora não sendo metódicas ou rigorosas, essas teorias são vistas como eficazes, pois estão na origem da atividade de produção do sentido, da sua comunicação e, acima de tudo, da justificação de condutas.

### 3.3 DO CONTEÚDO DA TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Em suas proposições sobre a Teoria das Representações Sociais, MOSCOVICI divide as sociedades contemporâneas em duas ordens distintas de pensamento: o universo consensual e o universo reificado. Sobre ambos ele comenta:

No primeiro, a sociedade se reconhece como uma criação visível, contínua, imbuída de significados e objetivos; fala com uma voz humana, é parte e parcela de nossas vidas e age e reage como um ser humano. Em suma, o homem é a medida de todas as coisas. Na última, que compreende entidades sólidas, fundamentais e imutáveis, onde particularidades e entidades individuais são desconsideradas, a sociedade falha em se reconhecer e a seus trabalhos, que lhe aparecem sob a aparência de objetos isolados. Uma vez que as disciplinas científicas estão ligadas a estes objetos, a autoridade científica é capaz de impor sua forma de pensar e experimentar a cada um de nós, prescrevendo em cada caso o que é e o que não é verdade. Sob tais circunstâncias, as coisas se tornam a medida do homem. (MOSCOVICI, mimeo., p. 7)

Em outras palavras, ao universo consensual correspondem as representações

sociais propriamente ditas, as teorias do senso comum que são geradas sem a observação de critérios metodológicos rigorosamente estabelecidos. Por outro lado, o universo reificado está relacionado às ciências, ao discurso técnico e ao saber erudito, esferas onde o conhecimento é caracterizado pela teorização abstrata e pela preocupação com a objetividade e a neutralidade.

Como em uma espécie de sistema, o universo reificado produz o conhecimento estranho e exótico que perturba a ordem do universo consensual, ao passo que este último, para restabelecer a ordem, apropria-se daquilo que é estranho através das representações.

A necessidade, própria ao universo consensual, de tornar o estranho em algo familiar revela-se o motivo central para a elaboração das representações sociais. A familiarização, no entanto, não ocorre ao acaso. Ela obedece uma determinada dinâmica:

Estamos confrontados aqui com a dinâmica da familiarização, onde objetos, indivíduos e eventos são reconhecidos e compreendidos com base em encontros anteriores ou modelos. Como resultado, a memória tende a predominar sobre a lógica, o passado sobre o presente, a resposta sobre o estímulo e a imagem sobre a 'realidade'. Acertar e aprender o familiar, acostumar-se a ele e torná-lo uma rotina, estas são as ocorrências ubíquas. Nossa confiança no familiar como o ponto de referência preferido é um fenômeno igualmente universal. (MOSCOVICI, mimeo., p. 10)

Assim, o ato de representar, motivado pela necessidade de familiarização, traduz o desconhecido em termos daquilo que já se conhece, ou ainda, aproxima aquilo que é estranho através de uma categoria reconhecida. É por isso que um grupo, ao se deparar com algo novo, irá elaborar a sua representação a partir das imagens, conceitos e linguagens que são compartilhadas pelos seus indivíduos.

Mais detidamente, a familiarização envolve dois processos paralelos, a ancoragem e a objetivação. A ancoragem consiste na integração do desconhecido a um sistema de pensamento preexistente. Nas palavras de MOSCOVICI, ancorar implica em "classificar e nomear". Se tudo aquilo que não pode ser classificado e nomeado parece estranho, inexistente e até ameaçador:

O primeiro passo para se superar a resistência e trazer o objeto ou pessoa mais próximo de

nós é realizado quando o atribuímos a uma categoria preferida, para rotulá-lo com uma palavra que pertence a nossa linguagem. O mero fato de ser capaz de falar ou fazer um julgamento sobre alguém, isto é, de ser capaz de comunicar sobre ele, nos permite imaginar o incomum dentro de nosso mundo ordinário. Ao categorizar o não categorizável ou nomear o não nomeável, nós já o estamos representando. (MOSCOVICI, mimeo., p. 16)

A classificação constitui um processo cuja lógica não admite a neutralidade. Ela implica em atribuir valores, positivo ou negativo, bem como estabelecer posições hierárquicas em relação aquilo que está sendo representado. Trata-se de enquadrar o novo através de um modelo contido na memória e estabelecer uma relação positiva ou negativa em relação a ele. Trata-se, ainda, de enquadrar o novo através de generalizações ou individualizações.

A nomeação, por sua vez, implica em retirar o desconhecido do anonimato, atribuindo-o um rótulo contido numa rede de palavras tidas como especiais. Da nomeação, resultam três efeitos: o novo torna-se passível de ser descrito, distinguido e sujeito a uma convenção.

Por fim, a objetivação consiste em conferir um aspecto material aquilo que até então constituía uma entidade abstrata, ou ainda, descobrir o aspecto icônico de uma idéia. Através do processo de objetivação gera-se um núcleo figurativo, uma estrutura de imagem que reproduz um conceito abstrato de maneira visível.

C. SÁ (1993, p. 40), analisando o processo de objetivação, enfatiza que, uma vez gerado um núcleo figurativo, o grupo passa a ser capaz de falar com mais facilidade sobre o que esse modelo representa. É por causa dessa facilidade que as palavras referentes ao núcleo figurativo tendem a ser usadas com mais frequência quando um determinado tema é evocado. Isso ocorre, pois:

Cortada e jogada dentro do ambiente social, a imagem associada com uma palavra ou idéia vem a ser tratada como uma realidade: uma realidade convencional, é claro, mas ainda assim uma realidade (...) Atinge-se um ponto onde a diferença entre a imagem e a realidade é eliminada. A reprodução do conceito perde seu valor enquanto símbolo e se torna uma cópia da realidade, um “simulacrum”, como os gregos usavam o termo. Neste ponto, o conceito ou entidade de que parecia imanar é despido de seu caráter arbitrário e abstrato e parece ser acrescido de uma existência autônoma, quase física. Para aquele que o utiliza, ele adquire a autoridade de um fato natural. (MOSCOVICI, mimeo., p. 24)

### 3.4 DOS ASPECTOS METODOLÓGICOS

C. SÁ (1998, p. 24) recorda uma proposição teórica elementar ao campo das representações sociais: “uma representação social é sempre de alguém (sujeito) e de alguma coisa (objeto)”. Nesse sentido, o estudo empírico das representações deve passar sempre por duas etapas obrigatórias: o enunciado do objeto da representação e a identificação do grupo em cujas manifestações de discurso e de comportamento se materializam as representações.

Quanto ao enunciado do objeto da representação, uma precaução faz-se necessária. Não é qualquer objeto que demanda, em relação a um determinado grupo, a elaboração de representações. SÁ (1998, p. 45) comenta que esse objeto precisa ter suficiente “relevância ou espessura social”. Mais do que originar meras opiniões, esse objeto precisa ser socialmente significativo para levar um grupo a produzir suas teorias de senso comum. Usando as palavras de MOSCOVICI, o objeto deve ser capaz de gerar “pressão à inferência”. Deve estar presente nas interações cotidianas dos indivíduos, deve ser foco das conversas, dos diálogos, da troca de informações.

Quanto à delimitação do grupo portador da representação, outra precaução faz-se necessária. B. MEDRADO (1998, p. 16) comenta que um dos aspectos mais criticados da teoria proposta por MOSCOVICI é justamente a noção de grupo que o autor utiliza. Assim como o grupo é caracterizado pela posse comum de uma determinada representação, a representação também é caracterizada por ter sua origem em função de um grupo. Essa tautologia não deixa claros os critérios que precisam ser observados para a delimitação empírica de um grupo. Em face desse comentário, uma observação faz-se importante:

De fato, em uma concepção forte de representações sociais, não deveríamos nos ocupar senão de grupos orgânicos ou estruturados. Mas, outros conjuntos sociais cujos membros não se encontram em uma relação face a face ou contratual, tais como as mulheres, os professores, os jovens, etc., podem apresentar algumas das propriedades dos grupos ideais, como, por exemplo, interesses comuns e mesmo senso de identidade. É pois plausível que tenham também representações razoavelmente compartilhadas, dependendo da natureza dos objetos. (SÁ, 1998, p. 55)

Inicialmente, portanto, duas considerações elementares começam a estruturar o estudo empírico das representações. Em primeiro lugar, deve-se eleger um objeto de relevância social para um determinado grupo, relevância que seja suficientemente significativa para que o grupo não formule meras opiniões. Em segundo lugar, não havendo a possibilidade de se trabalhar com grupos formais, deve-se eleger um grupo que, a partir de um tema ou problemática comum, compartilhe algum tipo de interesse ou vínculo identitário.

Pois bem, em relação à primeira consideração, o presente trabalho define o objeto da representação a ser investigada em função da problemática central de pesquisa. Pretende-se verificar em que medida o programa “Câmbio Verde” vem provocando transformações na relação que os moradores de um determinado bairro estabelecem com o lixo. Mais especificamente, pretende-se verificar se esses moradores têm redefinido suas práticas cotidianas a partir de algum tipo de preocupação e/ou representação ambiental adquirida em função do programa.

O objeto da representação a ser investigada, portanto, é o lixo. É através do discurso e das práticas dos indivíduos em relação ao lixo que se pretende verificar os impactos do programa “Câmbio Verde”. Em função da problemática de pesquisa e do objeto da representação, elaborou-se a seguinte hipótese para orientar a investigação: as representações sobre o lixo, das pessoas que participam do programa “Câmbio Verde”, não o articulam a genéricos e abstratos problemas ambientais, mas a problemas cotidianos, diretamente colocados à comunidade, tanto no campo sanitário (saúde, higiene e limpeza), como no campo econômico (sobrevivência e complementação de renda).

Em relação à segunda consideração, o grupo portador da representação foi definido em função de três variáveis: da localização, dos dados sócio-econômicos e do fato dos indivíduos estarem em contato com um programa em comum<sup>19</sup>. É importante frisar que o grupo investigado não é formado por indivíduos que dependem da cata do

---

<sup>19</sup> Essas variáveis serão apresentadas com maiores detalhes no próximo capítulo.

lixo como fonte de renda. Além disso, é nítido o fato de que o programa leva esses mesmos indivíduos a estabelecerem interações em função da tarefa de coletar e guardar o lixo que será trocado por alimentos.

Feitas essas duas considerações iniciais, abre-se uma grande variedade de procedimentos metodológicos para orientar a pesquisa. SÁ (1998, p. 80) atribui essa variedade de procedimentos metodológicos ao fato de MOSCOVICI, ao elaborar a sua teoria, não ter privilegiado nenhum método de pesquisa em especial. Isso permite que cada pesquisador, pautado por seus interesses específicos, respeitando as regras básicas para a produção do conhecimento científico, construa os procedimentos mais convenientes.

M. SPINK (1993, p. 88), por sua vez, aprofunda a observação acima e atribui a variedade de procedimentos metodológicos ao fato de que MOSCOVICI formulou, mais do que um quadro teórico rigorosamente acabado, dispondo de um sistema formal de hipóteses que podem ser testadas e falsificadas, apenas um campo de saberes que orienta a compreensão daquilo que as pessoas fazem em suas vidas reais e em situações significantes. A teoria fornece pistas para a identificação de um fenômeno, mas não determina de maneira rigorosa como esse fenômeno deve ser abordado e tratado.

Sendo assim, para fugir à escolha aleatória de uma determinada metodologia de pesquisa, a autora propõe que essa escolha seja pautada pela interpretação que se dá ao fenômeno. Se o mesmo for tomado como uma forma de conhecimento prático sobre um objeto de relevância social, esse posicionamento solicita o esclarecimento de dois aspectos: a teoria do conhecimento que lhe é subjacente e os determinantes de sua elaboração. (SPINK, 2000, p. 118)

Por um lado, a representação reflete uma estrutura estruturada, pois revela a maneira como os indivíduos manifestam as tendências do grupo, sua pertença ou filiação a um contexto social que lhes é comum. Por outro lado, a representação reflete uma estrutura estruturante, pois revela a capacidade dos indivíduos para criar e transformar a realidade social. No primeiro caso, a representação é tomada como um

produto. No segundo, ela é tomada como um processo.

Como produto, a representação precisa ser remetida ao contexto de sua produção. Como processo, ela precisa ser *relacionada à atividade de reinterpretação contínua* que ocorre no espaço da interação. No entanto, a noção de contexto não deve ser marcada apenas por fatores situacionais, mas também pelos diferentes tempos históricos que permeiam a construção dos significados sociais:

Considerando que os conteúdos que circulam na sociedade podem ter sua origem tanto em produções culturais mais remotas, constituintes do imaginário social, quanto em produções locais e atuais, deduzimos que o contexto pode ser definido não apenas pelo espaço social em que a ação se desenrola como também a partir de uma perspectiva temporal: o tempo curto da interação que tem por foco a funcionalidade das representações; o tempo vivido que abarca o processo de socialização, das disposições adquiridas em função da pertença a determinados grupos sociais; e o tempo longo, domínio das memórias coletivas onde estão depositados os conteúdos culturais cumulativos de nossa sociedade, ou seja, o imaginário social. (SPINK, 2000, p. 122)

Nessa perspectiva o contexto aparece como uma justaposição. Existem as construções sociais mais estáveis que alimentam nossa subjetividade. Existem também construções mais funcionais que alimentam nossas interações. Então, quanto mais o conteúdo da representação se aproxima do tempo longo, mais próximo ele está das permanências. Da mesma forma, quanto mais ele se aproxima do tempo curto, mais próximo ele fica da diversidade e da criação.

Segundo SPINK (2000, p. 123), quando a análise da representação pretende enfocar o processo, a diversidade e a criação, sua funcionalidade na orientação da ação e da comunicação, isso pode ser feito através de estudos de caso. Esses estudos, buscando a distribuição de conteúdos numa dada população, abordam o indivíduo como uma entidade social, como um símbolo do grupo a que pertencem.

Tomando essa orientação, as técnicas de análise da representação devem desvendar a associação de idéias que lhe são subjacentes. Tais técnicas podem variar em função da linguagem utilizada e do número de sujeitos necessários para efetuar as operações estatísticas. Quando se trabalha com um número mais expressivo de sujeitos, utiliza-se procedimentos quantitativos. Esses procedimentos, através da agregação de casos, em detrimento do significado, permitem uma visão mais

panorâmica das associações de idéias. Por outro lado, quando se trabalha com um número mais reduzido de sujeitos, utiliza-se procedimentos qualitativos. Nesse caso, perde-se a visão de conjunto, mas ganha-se o significado das associações de idéias. (SPINK, 2000, p. 124)

No presente trabalho, a análise das representações sobre o lixo não pretende verificar a extensão com que idéias relativas às esferas sanitária, econômica ou ambiental estão distribuídas entre os indivíduos. Ao contrário, pretende-se verificar os significados dessas idéias e de que maneira esses significados estão associados à prática da separação do lixo, condição básica para a participação no programa “Câmbio Verde”. Portanto, optou-se por trabalhar com procedimentos qualitativos e com um número reduzido de sujeitos.

### 3.5 DA COLETA E DA ANÁLISE DOS DADOS

A coleta de dados teve início com a observação do funcionamento do programa “Cambio Verde” no ponto de troca do bairro São Braz. O acompanhamento *in loco* do programa começou em 23 de maio de 2002 e se estendeu até 12 de dezembro do mesmo ano. Ao todo foram feitas quatorze visitas ao ponto de troca.

A primeira visita foi feita sob a supervisão de funcionários da Prefeitura Municipal de Curitiba que trabalham na filial da Secretaria Municipal do Abastecimento da Administração Regional do bairro Santa Felicidade. Esses funcionários, basicamente, fizeram a apresentação do funcionamento do programa. As visitas posteriores foram feitas sem a presença dos mesmos.

A partir da segunda visita foram feitos os primeiros contatos com os moradores do bairro através de conversas informais. É necessário ressaltar que todo o período de visitas ocorreu em paralelo às campanhas eleitorais de 2002. Isso é relevante, pois em princípio trouxe prejuízo ao trabalho de observação. Os moradores abordavam o pesquisador como uma espécie de representante da Prefeitura que se fazia presente para monitorá-los.



Havia a nítida preocupação, por parte dos moradores, em elogiar o programa e a atuação da Prefeitura. Essa preocupação estava associada ao receio de sofrer algum tipo de represália, caso alguma iniciativa da Prefeitura fosse criticada. Posteriormente, principalmente com a passagem do primeiro turno das eleições, no qual o candidato ao governo do estado apoiado pela Prefeitura foi derrotado, os moradores alegaram que a qualidade e a quantidade dos alimentos trocados havia caído significativamente. Para eles o fato era legível. Não apoiaram o candidato oficial e por isso estavam sendo punidos.

Foi necessário tempo, portanto, para que essa primeira imagem fosse desfeita. A partir do momento em que passou a ser possível explicar o vínculo do pesquisador com uma instituição de ensino, a Universidade Federal do Paraná, os propósitos da pesquisa em andamento e, principalmente, o fato de que a pesquisa não era encomendada pela própria Prefeitura, iniciou-se o levantamento dos principais temas relacionados pelos moradores ao programa “Câmbio Verde”.

A partir da combinação desses temas, dos objetivos anunciados pela Prefeitura em relação ao programa e da problemática de pesquisa, elaborou-se um questionário piloto para orientar a condução das entrevistas<sup>20</sup>. O questionário foi dividido em quatro blocos. No primeiro, de identificação, foram dispostas questões para melhor situar os moradores em função de variáveis como renda e educação formal. No segundo, de evocação, as expressões lixo, reciclagem, coleta seletiva, separação e meio ambiente foram usadas para acessar o discurso dos moradores. No terceiro, dos objetivos gerais do programa, foram confrontados os temas limpeza, alimentação e consciência ambiental. No quarto, por fim, a partir de uma situação hipotética, a continuidade da prática de separar o lixo foi confrontada com a suspensão do funcionamento do programa.

Em seguida, esse questionário piloto foi testado através de cinco entrevistas. Com esse teste, três problemas foram percebidos, sendo que dois estavam no segundo

---

<sup>20</sup> Sobre o questionário piloto, ver APÊNDICE 1.

bloco de questões e um no terceiro.

Em relação ao segundo bloco, as expressões coleta seletiva e reciclagem não se revelaram relevantes para acessar o discurso dos moradores entrevistados. Ao usá-las, os moradores acabavam discursando apenas sobre o ato de separação do lixo.

O mesmo ocorreu com a expressão meio ambiente. No entanto, neste caso, a expressão revelou ser ainda menos relevante, pois os moradores não produziram nenhum tipo de associação de idéias. Mais ainda, ao ouvir a expressão permaneciam em silêncio ou solicitavam que outra questão fosse feita. Indagados se já haviam ouvido a expressão, afirmavam que, eventualmente sim, em programas de televisão. Finalmente, indagados sobre o que ouviram em relação à expressão, evocavam a idéia de natureza.

Dessa forma, o segundo bloco foi alterado. As expressões coleta seletiva e reciclagem foram retiradas, sendo mantida a expressão separação do lixo, que acabava englobando as precedentes. Quanto à expressão meio ambiente, ela foi mantida, mas sempre acompanhada das questões: “você já ouviu essa expressão?”, “onde você a ouviu?” e “o que foi dito sobre ela?”.

Em relação ao terceiro bloco, os moradores demonstraram uma espécie de embaraço ao avaliar os objetivos apresentados como aqueles anunciados pela própria Prefeitura. Nesse caso, pareceu mais apropriado indagar-lhes se o programa estava trazendo algum tipo de benefício e que benefício seria esse. Dessa forma, poderiam expor suas avaliações sobre o programa sem confronta-las obrigatoriamente com o discurso oficial.

A partir dessas modificações no questionário piloto, chegou-se ao questionário definitivo<sup>21</sup>. Com ele foram realizadas dezessete entrevistas entre os dias 9 e 30 de janeiro de 2003. Essas entrevistas foram realizadas nas residências dos moradores e duraram em média trinta minutos. O número de entrevistados foi estabelecido a partir do critério de saturação. De acordo com SÁ (1998, p. 92), esse

---

<sup>21</sup> Sobre o questionário definitivo, ver APÊNDICE 2.

critério permite que o número limite de entrevistados seja estabelecido no decorrer da pesquisa, quando os temas e/ou argumentos começam a se repetir, pouco acrescentando de significativo ao conteúdo da representação.

Concluída a coleta dos dados, o material foi submetido à técnica de análise do discurso sugerida por SPINK (2000). Essa técnica inicia com a transcrição e a leitura flutuante das entrevistas, intercalando a audição do discurso gravado com a leitura do discurso transcrito. A partir desse procedimento procura-se deixar aflorar os aspectos mais gerais do discurso, como os temas abordados, o seu tipo de construção, a retórica e a emergência de investimentos afetivos.

Em seguida determina-se as dimensões centrais à representação e elabora-se um mapeamento do discurso. SPINK (2000, p. 131) sugere dois caminhos possíveis para a construção desse mapeamento. No primeiro, quando a entrevista está centrada em um tema mais delimitado, o discurso é mapeado a partir das dimensões internas à representação: elementos cognitivos, a prática do cotidiano e o investimento afetivo. No segundo, mais adequado no caso de representações complexas, o discurso é mapeado a partir de dimensões que resultam da combinação entre os temas emergentes e os objetivos da pesquisa.

No presente trabalho, em função da hipótese de pesquisa e dos temas verificados a partir de uma primeira análise dos discursos, optou-se pelo segundo caminho. Assim, os discursos foram mapeados de acordo com as seguintes dimensões: a teoria de conhecimento elaborada em relação ao lixo; a identificação das práticas cotidianas estabelecidas em relação ao lixo; o posicionamento dos moradores em relação a essas práticas; o posicionamento dos moradores em relação à temática ambiental; a identificação dos benefícios trazidos pelo programa; e, por fim, o padrão de relacionamento entre moradores e poder público que se estabelece em função do programa.

Finalmente, ainda de acordo com a técnica sugerida por SPINK (2000) o mapeamento do discurso deve ser transportado para um gráfico onde as associações de idéias podem ser pontuadas.

## **4 DO ESTUDO DE CASO REALIZADO NO BAIRRO SÃO BRAZ**

### **4.1 DO BAIRRO SÃO BRAZ E DAS CARACTERÍSTICAS DO “PONTO DE TROCA” DO PROGRAMA “CÂMBIO VERDE”**

De acordo com informações fornecidas pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC, 2002), o bairro São Braz, até meados da década de 1970, era formado por extensas chácaras onde predominava a atividade agrícola e havia uma baixa integração com a malha urbana. A partir desse período, com o rápido crescimento da cidade, as chácaras foram sendo progressivamente desmanchadas através do processo de loteamento.

O bairro está a aproximadamente oito quilômetros do centro de Curitiba e faz parte da Administração Regional de Santa Felicidade. De acordo com o levantamento mais recente (IBGE / IPPUC, 2000), sua população total é de 23.119 pessoas (11.163 homens e 11.965 mulheres), sendo que a idade média dessa população é de 27,75 anos. O rendimento mediano por domicílio é de 3,27 salários mínimos.

Em termos de serviços públicos, o bairro é servido por 5 escolas, 3 estaduais e 2 municipais, 3 creches e 2 Unidades Municipais de Saúde Básica. A Prefeitura Municipal de Curitiba disponibiliza, além do programa “Câmbio Verde”, mais 3 programas relacionados ao abastecimento: “Direto da Roça e do Mar”, “Lavouras” e “Mercadão Popular”. A coleta de lixo convencional é realizada três vezes por semana e o Programa “Lixo que não é Lixo” é realizado uma vez por semana. Não há a manutenção de espaços públicos como praças, parques ou bosques.

O local denominado “ponto de troca”, onde é realizado o Programa Câmbio Verde, fica no cruzamento das Ruas Concriz e Durval Pinto Cordeiro. De acordo com

informações da Secretaria Municipal do Abastecimento (SMA)<sup>22</sup>, esse local foi escolhido a partir de levantamentos feitos pela Prefeitura, verificando a concentração de famílias que se integram no perfil atendido pelo programa, bem como a existência de áreas de risco devido ao acúmulo de lixo. Por outro lado, alguns moradores e o responsável pela Associação de Moradores<sup>23</sup> comentaram que o local foi determinado por conta de um litígio. Inicialmente, o programa funcionava em frente à sede da Associação de Moradores (à Rua Ângelo Massignan). No entanto, os vizinhos e a própria Associação organizaram um movimento para mudar o “ponto de troca”, alegando que o acúmulo de lixo trazia consequências intoleráveis.

Além do desencontro de informações exposto acima, o episódio é representativo por ilustrar um tipo de conflito que se originou em função do programa “Câmbio Verde”. Assim como os primeiros vizinhos do ponto de troca inicial, os vizinhos do ponto de troca atual reclamam do acúmulo de lixo. Também desejam que o ponto de troca seja mudado de lugar. Como será discutido adiante, consideram o programa importante para a manutenção da limpeza do bairro. Mas nesse caso, contudo, a limpeza do bairro implica, quinzenalmente, no acúmulo de lixo em frente de suas casas. Acreditam, finalmente, que a Associação de Moradores não agiu de maneira adequada e por isso questionam sua representatividade.

O tema relativo ao local onde funciona o programa não constituiu o único ponto de desencontro entre as informações oficiais e as informações coletadas com os moradores. Como foi discutido no Capítulo 2 do presente trabalho, a Prefeitura apresenta a realização de aulas de educação ambiental como um dos elementos que compõem o programa “Câmbio Verde”. Pois bem, dos moradores entrevistados, nenhum confirmou a realização dessas aulas. Todos afirmam que a Associação de

---

<sup>22</sup> As informações obtidas através de conversa informal com os funcionários da Secretaria Municipal do Abastecimento, alocados na Administração Regional de Santa Felicidade, não puderam ser gravadas, pois este procedimento não foi autorizado.

<sup>23</sup> Entrevista concedida ao autor (09 de janeiro de 2003).

Moradores nunca foi utilizada com esse propósito.

Em relação à troca do lixo reciclável pelos alimentos, ela ocorre às quintas-feiras, entre nove e dez horas da manhã. Antes dos caminhões coletores estacionarem, forma-se uma fila que, em média, reúne 20 pessoas e é composta predominantemente por mulheres e idosos. Eventualmente, crianças aparecem acompanhando os adultos. A maior parte dos moradores utiliza carrinhos para carregar o lixo. Detalhe não divulgado pela Prefeitura, esses carrinhos são fornecidos aos moradores através das Administrações Regionais. No momento em que os caminhões coletores estacionam, o fluxo de pessoas aumenta. A média nas sessões acompanhadas foi de aproximadamente 60 pessoas. Especificamente na sessão de 12 de dezembro de 2002, última realizada antes do Natal, ocasião em que o programa inclui panetones na lista de alimentos, geralmente marcada pela presença de banana e repolho, a fila reuniu mais de 120 pessoas.

Pelo tipo de lixo reciclável que se leva para a troca, percebe-se que o mesmo não é coletado e separado apenas dentro do espaço doméstico. Como a troca por alimentos é mediada através do peso, os moradores, obviamente, procuram acumular aquele lixo que é composto por materiais mais pesados, como metais, madeiras e vidros. Geladeiras e fogões estragados, cascos de bebidas que não são mais produzidas e móveis despedaçados estão entre os materiais mais cobiçados. Não foi possível estabelecer a quantidade média de lixo trocada individualmente pelos participantes do programa. Por outro lado, foi possível identificar que duas estratégias são bastante usadas para aproveitar ao máximo as sessões de troca: mais de uma pessoa da mesma família contribui para carregar o lixo, ou a mesma pessoa carrega o lixo em várias “viagens” sucessivas. O alimento obtido com a troca é levado para casa no mesmo carrinho que foi usado para transportar o lixo.

Ainda um último detalhe referente ao “ponto de troca” localizado no Bairro São Braz, percebido em função do contraste com outros “pontos de troca”<sup>24</sup>, diz

---

<sup>24</sup> Entre os dias 20 e 24 de maio de 2002 foram visitados 8 pontos de troca.

respeito ao perfil dos moradores encontrados nas filas do programa. Ao contrário de outros lugares, no “ponto de troca” do bairro São Braz não se observou a presença de pessoas que têm a coleta do lixo como atividade principal de sobrevivência. Foi principalmente em função da ausência dos “catadores” que se escolheu esse “ponto de troca” como ponto de partida para a realização das entrevistas, pois dessa forma seria possível relativizar o peso da variável econômica sobre as práticas estabelecidas em relação ao lixo.

#### 4.2 DOS MORADORES ENTREVISTADOS

Como foi exposto no Capítulo 3, seção 3.5, o presente estudo de caso envolveu a realização de dezessete entrevistas entre os dias 9 e 30 de janeiro de 2003. Após um período de observação e aproximação, os entrevistados foram escolhidos através de conversas informais realizadas na própria fila do programa “Câmbio Verde”. Dois critérios principais foram usados para a escolha dos entrevistados: o tempo de residência no bairro e a frequência na participação do programa. Dessa forma, foram descartados os moradores mais recentes, impossibilitados de elaborar uma narrativa sobre a trajetória do programa, bem como os moradores que participam esporadicamente, cujas práticas relacionadas ao lixo não sofrem uma influência constante do programa.

Todos os entrevistados residem no bairro há mais de uma década e acompanham o funcionamento do programa desde o seu início. Todos os entrevistados participam quinzenalmente do programa e, além disso, envolvem, de alguma maneira, outros membros da família nas atividades que possibilitam a troca de lixo reciclável por alimentos.

Dos entrevistados, 10 são mulheres e 7 são homens. É importante ressaltar que não se estabeleceu uma clivagem através da variável gênero, identificando dois grupos e comparando suas respectivas representações. Todos estão na faixa etária compreendida entre os 45 e os 55 anos. Todos se apresentaram como alfabetizados,

tendo cursado, no máximo, a 5ª série do ensino fundamental (4 concluíram a 2ª série, 8 concluíram a 4ª série e 5 concluíram a 5ª série). Quanto à situação profissional, nenhum se apresentou como desempregado ou à procura de emprego (5 aposentados, 7 donas de casa, 3 serventes e 2 domésticas). Em relação à renda familiar, ela oscila entre R\$ 300,00 e R\$ 500,00 (4 entre R\$ 200,00 e R\$ 300,00, 7 entre R\$ 300,00 e R\$ 400,00, 6 entre R\$ 400,00 e R\$ 500,00).

Por fim, é interessante observar que nenhum dos entrevistados faz parte da Associação de Moradores. Em relação ao papel que ela desempenha na comunidade, revelam uma postura de indiferença ou desconfiança. Este é outro tema onde ocorre o desencontro entre a informação oficial da Prefeitura, segundo a qual o programa “Câmbio Verde” procura estimular a participação dos moradores em suas Associações, e as informações coletadas durante a realização da pesquisa.

#### 4.3 DAS ASSOCIAÇÕES DE IDÉIAS PRESENTES NO DISCURSO DOS ENTREVISTADOS

##### 4.3.1 DO QUE FOI DITO SOBRE O LIXO

A primeira associação de idéias verificada neste estudo de caso corrobora informações já apontadas por outros estudos.

A. KUHLEN (1995) investigou as representações sociais do lixo entre os participantes de um programa de coleta seletiva em Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina. C. BASTOS (1998) investigou atitudes e representações sobre o lixo entre os moradores de cidades localizadas na região do Algarve, em Portugal. P. CERDEIRA (1999), a partir de uma abordagem fenomenológica, investigou as percepções de diferentes estratos da população de Paranaguá, cidade portuária situada no litoral do estado do Paraná, em relação ao lixo.

A despeito de todas as diferenças que caracterizam os trabalhos mencionados acima – variação dos procedimentos teóricos e metodológicos, singularidades do local



de realização das investigações e especificidade das variáveis sociais que caracterizam os grupos investigados – é possível verificar uma associação de idéias homogênea: predominantemente se atribui ao lixo um significado ligado à idéia de sujidade.

A associação entre sujidade e lixo pode parecer excessivamente óbvia. No entanto, é válido ressaltar que essa associação de idéias foi observada por estudos preocupados em investigar a influência da temática ambiental sobre as práticas relacionadas ao lixo. Mesmo com diferentes perfis populacionais, em diferentes contextos sociais, marcados pela presença de diferentes tipos de informação, o lixo carrega significados que, construídos socialmente desde longa data, prevalecem sobre a temática ambiental.

Nesse sentido, parece oportuno retomar, ainda que rapidamente, a discussão elaborada no Capítulo 1 do presente trabalho. Através de revisão bibliográfica, baseada principalmente nos trabalhos de N. ELIAS (1991), A. CORBIN (1987) e J. Rodrigues (1995), foram delineados alguns dos traços característicos do processo social que, paralelo à formação da sociedade moderna, possibilitou a emergência da noção de sujidade. A emergência dessa noção foi discutida sob a ótica de uma construção social.

Para N. ELIAS (1991), essa noção é um elemento característico do processo civilizador. Para A. CORBIN (1987), ela integra um conjunto de pressões sociais que educam os nossos sentidos. Para J. RODRIGUES (1995), por fim, ela constitui um elemento extremamente arraigado em nossa cultura. Assim, a recorrência da associação entre sujidade e lixo, pode ser interpretada como o predomínio de um conteúdo pertencente ao tempo longo que marca o contexto de elaboração das representações sociais. (SPINK, 2000)

Nas entrevistas realizadas neste estudo de caso, a associação entre sujidade e lixo foi manifestada de maneira bastante homogênea. Inicialmente, a pergunta – “o que é lixo?” – gerou perplexidade, visto que para os entrevistados a resposta parecia breve e evidente:

É uma coisa muito suja. É aquilo que agente não pode jogar em qualquer lugar, senão daí fica tudo nojento.

Lixo é tudo aquilo que precisa recolher, cuidar e jogar fora porque se não junta tudo que é tipo de sujeira.

Lixo é sujeira né. É aquilo que traz bicho e doença. Que nem tem gente aí que dá até raiva, porque joga a sujeirada na frente da casa da gente. Tem que jogar é lá longe!

É aquilo que você ajunta e coloca num saco pro caminhão levar. É aquilo que não serve mais e fica sujando a nossa casa.

Em seguida, questionados sobre o fato de coletarem e separarem o lixo para participar do programa “Câmbio Verde”, passaram a elaborar um padrão de resposta diferente. Nesse padrão, há a presença de dois significados distintos articulados através de construções adversativas:

É mesmo, até um tempo aí, o lixo era só aquilo que não prestava mais. **Mas agora**, com a situação hoje em dia, é um negócio que tem o seu valor. Vale alguma coisa. Nem é mais propriamente lixo.

Olhe, que lixo é sujo ele é mesmo. Não dá pra dizer que não. Tem muito resto, muita porcaria. **Agora**, tem muita gente que precisa, que tem necessidade. Nem é o meu caso. Aqui em casa a minha família se garante. **Só que** se for ver por aí... Daí já passa a ser uma coisa mais importante.

Prevalece a noção de sujidade. Mas agora, esta noção passa a ser acompanhada pela idéia de utilidade. Há no lixo algo de valor. Esse valor, que possibilita algum tipo de retorno material, por vezes faz com que o lixo não pareça ser aquilo que, de acordo com a associação de idéias inicial, ele deveria ser. Os discursos revelam uma permanente contradição: se a sujidade leva à repugnância, a utilidade estimula a valorização.

Essa contradição pode ser compreendida novamente em função dos tempos que caracterizam o contexto de produção das representações sociais. De acordo com M. SPINK (2000, p. 122-123), esse tipo de contradição revela a funcionalidade das representações para orientar as práticas cotidianas. Como já foi dito, a noção de sujidade constitui o conteúdo da representação que sinaliza o tempo longo, a permanência. Então, de um lado está a pressão realizada por um conhecimento que

está amplamente distribuído pela sociedade. Do outro, estão as questões concretas da vida cotidiana que exigem práticas incompatíveis com esse conhecimento. É assim que, no contexto caracterizado pelo tempo curto da representação, abre-se o espaço para a diversidade.

Pois bem, como a associação de idéias presente nos discursos aponta, são condições materiais de vida que, percebidas como recentes, levam os moradores a identificar um possível valor em algo repugnante:

De uns tempos pra cá, lixo também é economia. Quando você troca o lixo acaba economizando em outro lugar... Que nem no mercado, ta tudo tão caro. Ta chegando num ponto em que as pessoas apelam até pro lixo pra poder levar a vida.

Sabe que isso é de desemprego... Porque antes não era assim. Agora quando você tem uma lata, uma garrafa, esse tipo de coisa, você já se preocupa até em conseguir alguma coisa.

Em função disso, os moradores concluem que o ato de considerar o lixo como algo repugnante tem passado a ser, cada vez mais, um privilégio dos que possuem uma situação material mais favorável:

Devia ser algo sujo. Antes era mais assim. Hoje pra quem pode comprar e jogar fora, lixo é sujeira mesmo. É aquilo que não tem serventia. Mas aí é porque você já não precisa... Mas hoje tem muita gente com necessidade e que precisa.

Ao possibilitar a postura que identifica no lixo um objeto de possível valor, a idéia de utilidade não se sobrepõe à de sujeidade. Contribui para justificar práticas cotidianas, particularmente utilizar o lixo como fonte para algum ganho material, acumulando-o dentro da própria residência, mas não altera profundamente o significado que se atribui ao objeto. Também é conveniente comentar que a idéia de utilidade aparece constantemente associada ao lixo através da esfera econômica. Não houve o registro da associação entre essa idéia e a temática ambiental.

#### 4.3.2 DO QUE FOI DITO SOBRE AS PRÁTICAS COTIDIANAS RELACIONADAS AO LIXO

A predominância da associação entre lixo e sujeidade está diretamente ligada às noções de perigo e ameaça. Lixo é algo que demanda atenção e cuidado. Assim, a prática imediatamente evocada para controlar essa fonte potencial de risco é a segregação. Eliminar é fundamental para que o lixo não se acumule.

A idéia de acúmulo é particularmente significativa nessa associação. É através dela que o risco cresce, passando pela atração de bichos e insetos até chegar à proliferação de doenças.

Mais uma vez poderia ser dito que esse tipo de associação parece evidente. No entanto, vale ressaltar que, para participar do programa “Câmbio Verde”, os moradores entrevistados acumulam uma quantidade significativa de lixo em suas casas durante um intervalo de quinze dias. Portanto, a associação entre lixo, sujeidade, perigo, acúmulo e a necessidade de segregação, não é compatível com as práticas cotidianas desses moradores. Pode-se dizer que, seguramente, o programa “Câmbio Verde” é responsável por essa incompatibilidade, passível de ser expressa pela oposição: sujeidade / segregação x utilidade / acumulação.

Durante as entrevistas, eles não foram questionados a respeito dessa contradição. Espontaneamente evocaram a prática da separação como algo que possibilita um certo controle sobre o risco representado pelo acúmulo de lixo. Aparentemente, pela segunda vez, as associações de idéias presentes no discurso dos entrevistados apontaram a oposição entre permanência e inovação, entre os conteúdos dos tempos longo e curto que marcam o contexto de produção das representações. O acúmulo, visto como algo inaceitável, por isso um elemento contraditório com a prática cotidiana de armazenar o lixo, passa a ser tolerado quando ocorre a separação.

Seria incorreto afirmar, no entanto, que a separação do lixo está sendo meramente associada à justificativa de uma conduta que visa o ganho material promovido pelo programa. Ao iniciar a abordagem desse tema, os moradores

imediatamente evocam idéias relativas ao campo sanitário: higiene e limpeza. Para que ambas sejam possíveis, a separação é imprescindível. Questionados se o programa “Câmbio Verde” os havia estimulado a adotar essa prática, produziram um padrão de resposta extremamente relevante. Segue um exemplo:

Olhe, esse negócio aí de separar o lixo é uma coisa que precisa fazer... Porque senão a casa fica suja, o bairro fica sujo. Fica tudo sujo né. Não é só separar também. Quando é uma coisa que nem casca de fruta, resto de comida assim, aí enterra. Tem o papel que aí queima, caixa, essas coisas. Aquilo que suja mesmo você coloca no saco plástico e deixa pro caminhão levar. Mas tem que separar porque daí você faz limpeza. Só que tem esse negócio aí da prefeitura que eu já fazia muito antes. Bem antes deles vir aí com o negócio do caminhão agente já separava...Isso aí é sempre. Até na casa da minha mãe isso aí já tinha.

É necessário ressaltar novamente a relevância desse padrão de resposta. Ele permite pelo menos três comentários extremamente importantes para o presente trabalho.

Em primeiro lugar, ele revela que a prática da separação, um hábito, está associada a significados que antecedem o funcionamento do programa “Câmbio Verde”. Não se pode compreender esses significados, portanto, através da oposição entre os conteúdos do tempo longo e do tempo curto das representações. Eles estão contidos no tempo vivido, aquele que abarca o processo de socialização. (SPINK, 2000, p. 122)

Em segundo lugar, ele permite refutar um argumento presente na apresentação oficial do programa “Câmbio Verde”, o de que esse programa atinge pessoas que tem tido, historicamente pouca consciência e oportunidade para se preocupar com questões higiênicas.

Em terceiro lugar, ele sugere que, entre o grupo investigado, a prática da separação é pensada através de significados que não estão ligados exclusivamente à esfera econômica. Ou seja, a troca de lixo reciclável por alimentos pode estimular a prática da separação em termos de intensidade. Mas não é o propósito contido na troca que desperta e dá início à prática.

Em função dessa associação com a esfera sanitária, a prática da separação aparece vinculada a uma espécie de classificação dos moradores do bairro. Predominantemente, o entrevistado afirma separar o lixo por uma questão de higiene, enquanto “os outros” o fazem por uma questão de necessidade. Quem não separa o lixo é visto como relaxado, pois não demonstra preocupação com a limpeza, ou vaidoso, pois não admite sua condição de necessitado. Quanto aos moradores que apresentam condições econômicas mais favoráveis, aqueles que separam, além da preocupação com a higiene, com o capricho, são vistos como solidários, pois disponibilizam o lixo reciclável para os outros. Já os que não separam, mais do que relaxados, são vistos como egoístas.

Ao fazer comentários a respeito dos moradores que apresentam condições econômicas mais favoráveis, os entrevistados esboçam uma reflexão sobre a prática do consumo. Não se critica o quanto os outros consomem, desde que o material reciclável seja separado e não jogado indiscriminadamente. Como foi dito acima, a prática da separação, nesse caso, reflete uma forma de solidariedade. Contudo, essa forma de solidariedade só passa a ser possível quando o lixo está sendo associado à idéia de utilidade.

Essa reflexão pode ser usada para reforçar um argumento proposto por P. LAYARARGUES (2002) em estudo sobre a separação das latas de alumínio. A idéia de utilidade, ligada à possibilidade do ganho material, demonstra uma limitação incontornável ao processo de educação ambiental que, eventualmente, possa estar associado à prática da separação: para aumentar o ganho, é necessário aumentar a quantidade de lixo.

#### 4.3.3 DO QUE FOI DITO SOBRE DA TEMÁTICA AMBIENTAL

Em todas as entrevistas realizadas para este estudo de caso, a temática ambiental demandou uma significativa quantidade de estímulos para possibilitar algum tipo de evocação por parte dos moradores. Até mesmo durante o teste do questionário

piloto, como foi dito no Capítulo 3, Seção 3.5, do presente trabalho, momento em que foram experimentadas variadas formas de apresentação para as questões, a construção do discurso dos entrevistados foi extremamente tímida. O padrão inicial de respostas pode ser ilustrado pela fala que segue:

Esse negócio de meio ambiente né [pausa acentuada]. Deve ser alguma coisa importante né. Tem gente que até fala disso, mas o que quê eu posso dizer? Tudo tem sua importância né. Daí tem que valorizar.

A timidez inicial do discurso, no entanto, não deve ser atribuída à ausência de associações de idéias, ou à ausência de representações. Como os entrevistados afirmaram já ter ouvido falar algo, propunha-se as questões “onde você ouviu?” e “o que foi dito?”. Com a primeira, foi possível verificar que a televisão, principalmente através dos programas de notícias, é apontada como principal fonte de informações. Com a segunda, foi possível verificar que, para falar sobre meio ambiente, os entrevistados sempre precisam fazer uso da palavra “natureza”.

À idéia de natureza são associados conteúdos que seguem o seguinte padrão:

A natureza está lá nas florestas, nas árvores. É uma coisa bonita que nem agente vê na televisão.

Tem os rios, a água limpa... É mais tranquilo... É mais saudável. Agora aqui já tá tudo estragado, aqui já não é mais assim.

A natureza tem coisas bonitas. A floresta, os bichos e esse tipo de coisa. É bom quando agente vê esse tipo de coisa.

S. CRESPO (1998), através de levantamentos quantitativos, argumenta que predomina entre os brasileiros uma concepção naturalizada de meio ambiente. Essa concepção é marcada pela presença de elementos que identificam a natureza como algo distante, divorciado do contexto sócio-espacial ocupado pelos indivíduos. Ela revela a dificuldade em situar o homem, o seu contexto próximo e os seus problemas concretos como parte do meio ambiente.

Esta concepção está presente nos discursos elaborados pelos entrevistados. Em função dela, uma série de problemas concretos apresentados em seu cotidiano não são percebidos como pertencentes à esfera ambiental. Os problemas ambientais que

mais evocam são a derrubada de árvores e a poluição do ar. Assim, o córrego repleto de entulhos que atravessa o bairro, passando ao lado da sede da Associação de Moradores, representando um risco permanente de enchente, é visto como um problema sanitário. Diz respeito à falta de higiene e ao relaxo. O mesmo ocorre em relação aos abundantes terrenos desocupados, utilizados como depósitos para detritos de construção civil, refugos de oficinas mecânicas e despejo de lixo doméstico.

Ao associar esses problemas com a falta de higiene e com o relaxo, os entrevistados frisam que os responsáveis não são os próprios moradores. Reclamam que vários veículos coletores oriundos de outras regiões utilizam o córrego e os terrenos do bairro, já há bastante tempo, como local para despejo de lixo:

Tem muita gente que vem de caminhão, de carro e que joga tudo ali [aponta para um terreno desocupado que fica na esquina de sua casa]. Eles não moram aqui mesmo. Tudo que é sujeira eles jogam ali. Às vezes eu saio por aí, que eu dou umas caminhadas, e o que eu vejo até assusta. Revolta mesmo sabe. Isso é relaxo. Fica até uma falta de consideração muito grande com as pessoas que moram aqui. Você sabe que as pessoas mais humildes são até mais conscientes. Não pegam e não jogam as coisas fora assim.

Questionados se o acúmulo de lixo pode representar um problema para o meio ambiente, retomam a associação entre lixo e sujeira. Então, se o meio ambiente recebe uma concepção naturalizada, o perigo representado pela sujeira é visto como potencialmente danoso para a sua distante pureza. Os dois elementos aparecem como um par excludente: onde há lixo e seu acúmulo, não pode haver natureza.

Também foram questionados se a prática da separação pode trazer alguma contribuição para o meio ambiente. Nesse momento, além de associar essa prática à dimensão sanitária, evocaram o papel da reciclagem como elemento que reduz o acúmulo de lixo. Novamente, a redução do acúmulo de lixo está associada à idéia de que a natureza deve permanecer limpa.

A associação entre separação, reciclagem e natureza, no entanto, não se esgotou aí. Os entrevistados elaboraram uma longa lista dos materiais que, separados do lixo, através da reciclagem passam a ter algum valor. Esse valor não está limitado ao ganho realizado com a troca por alimentos. Percebem que a reciclagem está



associada a ganhos econômicos mais amplos, dos quais não participam. Quem ganha é principalmente a Prefeitura. Mas, além disso, também afirmam que a reciclagem permite reduzir a quantidade de lixo que é destinada ao aterro sanitário.

É importante ressaltar que no período próximo à realização das entrevistas, os meios de comunicação locais estavam divulgando uma farta quantidade de informação a respeito do iminente esgotamento do aterro sanitário da Caximba. Esse episódio foi mencionado nos discursos coletados.

A partir disso, a associação entre separação, reciclagem e natureza foi expandida. Passou a englobar a necessidade de se usar o espaço do aterro sanitário com cuidado. Percebendo o aterro sanitário como um espaço adequado para a disposição do lixo, os moradores relacionaram o seu possível esgotamento com o risco de se acumular muito lixo num local indevido. Insistentemente, a natureza é apontada como esse local indevido.

Finalmente, o programa “Câmbio Verde” também foi envolvido nessa associação de idéias. De maneira esquemática ela fica assim. A natureza deve permanecer limpa. O acúmulo de lixo – a sujeira – representa um perigo para a natureza. O aterro sanitário da Caximba é um espaço adequado para se depositar o lixo. A possibilidade de esgotamento desse aterro potencializa o risco do lixo em relação à natureza. Por um lado, a prática da separação traz ganhos aos moradores do bairro, principalmente em termos econômicos e sanitários. Por outro, a reciclagem traz ganhos econômicos mais significativos, tendo a Prefeitura como principal beneficiária, e ajuda a diminuir a quantidade de lixo destinado ao aterro. Por sua vez, o programa “Câmbio Verde” é identificado como o elemento que permite a combinação entre os diferentes interesses da Prefeitura e dos moradores, possibilitando ao mesmo tempo um benefício para a natureza com o uso adequado do aterro sanitário.

Dessa forma, é possível observar que a temática ambiental está sendo associada ao lixo, às práticas cotidianas e ao funcionamento do programa “Câmbio Verde”. No entanto, é necessário ressaltar que, justamente em função da concepção naturalizada de meio ambiente, a temática ambiental é percebida através de

consequências que o programa produz fora do contexto próximo à vida cotidiana dos moradores entrevistados.

#### 4.3.4 DO QUE FOI DITO SOBRE O FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA “CÂMBIO VERDE”

Como foi discutido anteriormente, no Capítulo 2 do presente trabalho, a origem do programa “Câmbio Verde” está ligada a um cálculo de viabilidade econômica. Havia a disponibilidade de alimentos em abundância e a preços favoráveis. Ao mesmo tempo, havia a necessidade de se resolver o problema do acúmulo de lixo em áreas de difícil acesso. A troca de alimentos pelo lixo coletado pela população revelou-se uma solução economicamente viável.

Uma vez em funcionamento, novos objetivos foram sendo atribuídos ao programa. De acordo com o argumento apresentado por M. OLIVEIRA (1996; 2001), isso reflete uma característica típica do discurso elaborado pela Prefeitura Municipal de Curitiba para atribuir sentido às suas intervenções sobre o espaço urbano. Assim, de solução pontual para um problema sanitário e justificável do ponto de vista da racionalidade econômica, o programa “Câmbio Verde” passou a carregar objetivos que o caracterizam, por exemplo, como integrante de uma estratégia de desenvolvimento sustentável.

Considerando que os objetivos oficiais atribuídos ao programa integram um discurso elaborado *post facto*, seria pouco produtivo investigar a efetividade com que cada um deles está sendo colocado em prática. Isso poderia prejudicar a observação dos impactos concretos causados pelo programa e que estão sendo percebidos pelos moradores que o utilizam.

Dessa forma, optou-se por solicitar aos entrevistados que apontassem os objetivos e / ou benefícios que eles atribuem ao programa. Nesse momento, o elemento mais evocado passou a ser a palavra ajuda. O programa representa uma

possibilidade de ajuda oferecida pela Prefeitura aos moradores. A idéia de ajuda está associada tanto à esfera sanitária como à econômica.

Na esfera sanitária, os entrevistados identificam a tarefa de manter o bairro limpo como uma responsabilidade compartilhada entre moradores e Prefeitura. Em relação aos moradores, trata-se de uma tarefa individual, uma prática que deve ser realizada individualmente dentro do espaço doméstico. Se cada um cuidar adequadamente do seu lixo, atividade que envolve principalmente o acondicionamento correto através da separação, evitando o despejo indiscriminado, estará cumprindo com a responsabilidade que lhe cabe. Já em relação à Prefeitura, a disponibilização da coleta regular resume o papel que ela precisa desempenhar por obrigação.

Nessa associação, a soma das tarefas individuais de cada morador com a tarefa obrigatória da Prefeitura deveria garantir a limpeza do bairro. No entanto, o bairro não é considerado limpo como idealmente deveria ser. E isso ocorre, a despeito da Prefeitura e dos moradores cumprirem adequadamente com suas responsabilidades. Os terrenos desocupados e o córrego são identificados como pontos críticos pelo acúmulo de lixo. Esses pontos são percebidos como focos de sujeira que comprometem a limpeza do bairro como um todo. Ao mesmo tempo, esses pontos são considerados espaços que escapam à responsabilidade da Prefeitura e dos moradores do bairro. O acúmulo de lixo é atribuído ao relaxo e ao descaso de moradores que vêm de outros locais. Ou ainda, é atribuído aos caminhões coletores que utilizam indiscriminadamente esses pontos como depósito de entulho.

Dessa maneira, percebe-se o porquê do programa “Câmbio Verde” ser considerado uma forma de ajuda. Moradores e Prefeitura cumprem com a sua tarefa. Por motivos externos, há acúmulo de lixo em pontos considerados críticos. Esses pontos causam desconforto aos moradores entrevistados. Então, menciona-se o programa “Câmbio Verde” como algo que contribui para diminuir esse desconforto. Como essa contribuição foge à função obrigatória da Prefeitura, que se resume a garantir a coleta regular, o programa é visto como uma ajuda.

Estabelecendo a associação entre o funcionamento do programa e a idéia de ajuda, os entrevistados atribuem uma justificativa para a troca de alimentos por lixo. Se a Prefeitura está fazendo algo que foge à obrigação, é porque está recebendo alguma coisa em contrapartida:

É uma ajuda que a Prefeitura faz pra gente. Se não tivesse isso aí, daí sim você ia ver. Aí sim que o bairro ia ficar com lixo por tudo que é canto. Porque tem gente que vem e joga mesmo. O riozinho ali, se você limpar hoje, amanhã já vem o caminhão e despeja tudo que é tipo de porcaria. Então ajuda bastante. Só que daí quem faz isso também tá ajudando a Prefeitura, porque a Prefeitura também ganha né. Porque eles pegam isso aqui e levam lá prum lugar e daí vendem. Então também tem essa ajuda.

O funcionamento do programa “Câmbio Verde” reflete, portanto, na percepção dos entrevistados, uma ajuda que também traduz um padrão de relacionamento entre a população e o poder público. Deste se recebe ajuda quando algo é oferecido em contrapartida.

Esse padrão de relacionamento não deve ser considerado fortuito. O fato das entrevistas terem sido realizadas em período eleitoral reforçou essa constatação. Verificou-se que o referido padrão é bastante legível para os entrevistados. O candidato ao cargo de Governador apoiado pela Prefeitura não chegou ao segundo turno das eleições. Por isso, na percepção dos moradores, a quantidade e a qualidade dos alimentos obtidos no programa sofreram uma brusca queda. Esse fato não foi percebido com surpresa. Pareceu esperado. Afinal, se o padrão é legível, se o seu funcionamento é compreendido e considerado normal, os entrevistados demonstraram saber como proceder para adaptar-se a ele.

Em relação a esse tema, é válido comentar, ainda que rapidamente, o bastante citado trabalho de T. SALES (1994). Nele, a autora sustenta o argumento de que, no Brasil, a construção da cidadania resulta de um processo de concessão. Essa concessão está ligada a um tipo de cultura política onde a dádiva ocupa posição central. Os direitos são concedidos como uma dádiva, dentro de uma relação de poder pautada pelo mando e pela subserviência. O direito como dádiva preserva essa relação,

impedindo que se criem condições efetivas para se superar a condição de subalternidade.

A associação que os entrevistados elaboram entre o funcionamento do programa “Câmbio Verde” e a idéia de ajuda prestada pela Prefeitura reflete os traços da cultura política da dádiva. Ao pensar na limpeza do bairro, eles não relacionam essa tarefa com um serviço público que implica em direitos. Trata-se de algo que acaba sendo realizado como uma forma de concessão. Se a Prefeitura está em condições de conceder, os moradores, por sua vez, encontram-se na condição de retribuir.

A proximidade entre a idéia de ajuda e a cultura política da dádiva torna-se ainda mais visível, quando o funcionamento do programa é relacionado aos impactos que produz na esfera econômica. Para os moradores, o ganho material possibilitado pelo acesso aos alimentos também é visto como uma forma de ajuda da Prefeitura. Só que nesse caso, a ajuda está ainda mais distante da esfera do direito.

É importante ressaltar que nesse ponto, os entrevistados elaboram uma distinção. Quem responde às questões, posiciona-se como alguém que participa do programa por escolha, por decidir aceitar uma ajuda que trará algum benefício. Ao mesmo tempo, aponta “os outros” genericamente como participantes que se encontram, por necessidade, obrigados a aceitar a ajuda. No entanto, essa distinção cai por terra quando os entrevistados comentam sobre a qualidade, a quantidade e a variedade dos alimentos obtidos através do programa. Há um consenso. Não se considera compatível à quantidade de lixo trocada a quantidade de alimentos recebidos. Também não se considera adequada a qualidade predominante dos alimentos. É constante a reclamação de que há alimentos inadequados – banana muito madura, repolho muito velho, cenouras e batatas com muitos buracos, etc. – sendo disponibilizados aos moradores. E finalmente, não se considera adequada a realização da troca quinzenal. Justamente por ser quinzenal, ela acaba gerando um acúmulo de alimentos que são perecíveis e estragam rapidamente.

Em face desses comentários, os entrevistados foram convidados a indicar quem era participante do programa por efetiva necessidade – “os outros”. Novamente

houve um consenso. Todos indicaram a todos como pessoas necessitadas e que dependem do programa “Câmbio Verde” como uma forma de complementar suas condições de subsistência.

Essa dependência revelou-se ainda mais significativa quando os entrevistados foram confrontados com a última pergunta do questionário usado nesse estudo de caso, que simulou uma situação hipotética: e se o programa deixasse de funcionar? O padrão de respostas apontou uma situação percebida como muito grave. Imediatamente foi evocada a necessidade de que, caso o programa fosse extinto, algo semelhante fosse criado para desempenhar a sua função: ajudar.

Retomando a comparação entre a idéia de ajuda e a cultura política da dádiva, percebe-se que ao fazer referência aos impactos materiais produzidos pelo programa, os entrevistados possibilitaram a verificação de uma dependência bastante significativa em relação ao que está sendo concedido pela Prefeitura. Como foi dito anteriormente, a ajuda é percebida como componente de um padrão legível que rege o relacionamento com o poder público. Compreendendo esse padrão e adaptando-se a ele, os entrevistados esperam que ele continue se reproduzindo.

## 5. CONCLUSÃO

O estudo de caso contido neste trabalho partiu de uma problemática inicial. Os programas de coleta seletiva e reciclagem têm despontado como uma possível solução para os problemas suscitados pela crescente geração de lixo. Através da bibliografia consultada, verificou-se, no entanto, que o papel desempenhado por esses programas não vem recebendo uma interpretação consensual.

Afirma-se que a prática da separação do lixo desperta reflexões a respeito da temática ambiental. Nesse sentido, ela possibilita a mudança de comportamentos e valores incompatíveis com um modelo de sociedade sustentável. Por outro lado, afirma-se que essa prática tem sido vinculada a projetos que, inspirados por uma lógica eminentemente técnica, possibilitam mudanças pontuais de comportamento. Em essência, são preservados os valores de uma cultura instrumental típicos de uma organização social insustentável.

A reflexão sobre as práticas cotidianas ligadas ao lixo entre os participantes do programa “Câmbio Verde” partiu, portanto, de uma problemática que opõe a noção de consciência à de adestramento ambiental. Sobre esse tema, a análise das representações indicou que, entre os entrevistados, a reflexão a respeito da temática ambiental é tímida. Essa reflexão está vinculada ao funcionamento do programa, mas relaciona a prática da separação a conseqüências que estão distantes. Não se pode afirmar que o programa possibilitou aos entrevistados uma nova postura perante as questões ambientais. Mesmo porque, a prática da separação foi mencionada como algo que antecede o seu funcionamento. Sobre essa prática, prevalecem significados que pertencem ao tempo vivido da representação. Ainda assim, ao evocarem a importância da separação e da reciclagem para o uso adequado do aterro sanitário, os entrevistados estavam refletindo sobre os possíveis impactos ambientais provocados pelo lixo. Ainda que através de uma concepção naturalizada de meio ambiente, a reflexão pôde ser percebida.

Essa reflexão, no entanto, não pode ser considerada sem que se ressalte o tipo de referência que os entrevistados fazem à possibilidade de troca proporcionada pelo programa. O lixo, associado à noção de sujeira, também passa a ser relacionado à ideia de utilidade. Forma-se uma oposição entre os pares sujeira-segregação e utilidade-acúmulo, conteúdos que refletem, respectivamente, o tempo longo e o tempo curto da representação. Essa contradição simboliza a necessidade de se ajustar o conteúdo da representação às práticas concretas da vida cotidiana. Daí a associação positiva entre o aumento do volume de lixo acumulado e, através da separação, o aumento do ganho material obtido. Certamente, essa associação ofusca qualquer tipo de reflexão a respeito dos benefícios ambientais trazidos pela separação do lixo e, paralelamente, aproxima os efeitos produzidos pelo programa a um tipo de adestramento ambiental.

Para possibilitar a verificação da problemática inicial, o estudo de caso foi orientado por uma hipótese propondo que: as representações sobre o lixo, das pessoas que participam do programa “Câmbio Verde”, não o articulam a genéricos e abstratos problemas ambientais, mas a problemas cotidianos, diretamente colocados à comunidade, tanto no campo sanitário como no campo econômico.

Sobre essa hipótese, através das entrevistas realizadas, foi possível verificar que as associações de ideias estão predominantemente ligadas a temas contidos nos campos sanitário e econômico. Mas isso não refletiu ausência de inferências sobre problemas ambientais. Como já foi dito, ainda que percebida fora do contexto próximo à vida cotidiana, a associação entre lixo e problemas ambientais está presente nas representações analisadas pelo estudo de caso. Portanto, a hipótese não foi plenamente confirmada.

Ainda sobre a hipótese, é importante ressaltar que a prática da separação do lixo não esteve predominantemente vinculada à variável econômica. Mais do que isso, foi possível perceber que os entrevistados a associam a importantes significados sanitários que não foram construídos recentemente. Dessa forma, observa-se que, para eles, o programa “Câmbio Verde” não pode ser apontado como o início do estímulo



para a separação.

Finalmente, através desse estudo de caso, obteve-se acesso a pequenas informações que escaparam aos objetivos delimitados pela problemática e pela hipótese de pesquisa. O material coletado possibilitou associar o funcionamento do programa “Câmbio Verde” a um padrão de relacionamento entre o poder público e o grupo de pessoas entrevistadas. É nítido que esse grupo interpreta o funcionamento do programa como uma forma de ajuda prestada pela Prefeitura. Da mesma forma, é nítido que essa ajuda é interpretada como algo que precisa de retribuição.

Por se tratar de um estudo de caso baseado em número restrito de entrevistas, é óbvio que esse padrão de relacionamento com o poder público não pode ser estendido ao universo de pessoas atendidas pelo programa. Seja como for, é fato que o funcionamento do programa “Câmbio Verde” guarda uma grande quantidade de informações ainda não acessadas e que, por isso mesmo, demandam mais estudos.

## REFERÊNCIAS

- ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- *O homem diante da morte*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1981.
- BAKHTIN, M. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento*. Brasília, UNB, 1987.
- BASTOS, C. *Resíduos sólidos urbanos, atitudes e representações sobre o lixo domiciliar e reciclagem*. Lisboa, OBSERVA, 1998.
- BRÜGGER, P. *Educação ou adestramento ambiental?* Florianópolis, Letras Contemporâneas, 1994.
- “Os novos meios de comunicação: uma antítese da educação ambiental?”. In: LOUREIRO, C. F. B., LAYRARGUES, P. P., CASTRO, R. S. (Orgs.) *Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania*. São Paulo, Cortez, 2002. p. 143-178.
- BURNIE, D. *Ecologia*. São Paulo, Cosac & Naify, 2001.
- CALDERONI, S. *Os bilhões perdidos no lixo*. São Paulo, Humanitas, 1997.
- CAMARGO, A., CAPOBIANCO, J. P. R., OLIVEIRA, J. A. P. (Orgs) *Meio ambiente Brasil: avanços e obstáculos pós-Rio 92*. Rio de Janeiro, 2002.
- CARVALHO, V. S. “Câmbio Verde – Curitiba: um programa social de coleta de lixo”. In: SPINK, P. & CLEMENTE, R. (Orgs.) *20 experiências de gestão pública e cidadania*. Rio de Janeiro, Ed. da FGV, 1997. p. 107-116.
- CEMPRE/IBAM. *Cadernos de reciclagem – o papel da prefeitura*. São Paulo, CEMPRE/IABM, 1997.
- CERDEIRA, P. C. R. *A percepção do lixo na perspectiva de diferentes atores sociais no município de Paranaguá*. Curitiba, 1999. Tese de Doutorado – Universidade Federal do Paraná.
- CORBIN, A. *Saberes e odores*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- CRESPO, S. “Meio Ambiente, desenvolvimento e sustentabilidade: o que pensa o brasileiro?”. In: *Revista debates sócioambientais*. n. 9. São Paulo, CEDEC, 1998. p. 24-35.
- CRUZ, S. M. S. *Coleta seletiva em Curitiba: os primeiros cinco anos de atuação*. Belo Horizonte, 1995. Monografia de Pós-Graduação – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.
- DEMAJOROVIC, J. “Da política tradicional de tratamento do lixo à política de gestão de resíduos sólidos: as novas prioridades”. In: *Revista de Administração de Empresas*. n. 3. São Paulo, maio/jun. 1995. p. 88-93.
- DURKHEIM, É. *As regras do método sociológico*. São Paulo, Martins Fontes, 1999.
- ELIAS, N. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro, Zahar, 1991.

FARR, R. M. "Representações sociais: a teoria e sua história". In: GUARESCHI, P. & JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.) *Textos em representações sociais*. 6ª ed. Petrópolis, Vozes, 2000. p. 31-62.

FIGUEIREDO, R. & LAMOUNIER, B. *As cidades que dão certo: experiências inovadoras na administração pública brasileira*. Brasília, MH Comunicação, 1996.

FOLLADORI, G. & TOMMASINO, H. "El concepto de desarrollo sustentable 30 años después." In: *Cadernos de desenvolvimento sustentável e meio ambiente*. n. 4. Curitiba, UFPR, 2000. p. 41-56.

FREY, K. "Crise do Estado e estilos de gestão municipal". In: *Lua nova – revista de cultura e política*. n. 37. São Paulo, CEDEC, 1996. p. 107-138.

GAIESKI, A. A. *Curitiba: o gerenciamento dos resíduos sólidos – passado, presente e perspectivas*. Florianópolis, 1991. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Santa Catarina.

GARCIA, F. E. S. *Cidade espetáculo: política, planejamento e city marketing*. Curitiba, Palavra, 1997.

GOLDBLATT, D. *Teoria social e ambiente*. Lisboa, Instituto Piaget, 1996.

GONÇALVES, C. W. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. São Paulo, Contexto, 2000.

GRIPPI, S. *Lixo, reciclagem e sua história: guia para as prefeituras brasileiras*. Rio de Janeiro, Interciência, 2001.

HOBBSBAWM, E. *Era dos extremos – o breve século XX*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

IBGE. *Pesquisa nacional de saneamento básico*. Rio de Janeiro, IBGE, 2000.

IPPUC. *Memória da Curitiba Urbana*. Número especial. Curitiba, IPPUC, 1992.

JOVCHELOVITCH, S. "Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais". In: GUARESCHI, P. & JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.) *Textos em representações sociais*. 6ª ed. Petrópolis, Vozes, 2000. p. 63-88.

KUHNEN, A. *Reciclando o cotidiano: representações sociais do lixo*. Florianópolis, Letras Contemporâneas, 1995.

LAYARARGUES, P. P. "A resolução de problemas ambientais locais deve ser um tema-gerador ou a atividade-fim da educação ambiental?". In: REIGOTA, M. (Org.) *Verde cotidiano: o meio ambiente em discussão*. Rio de Janeiro, DP&A, 2001. p. 131-148.

----- "O cinismo da reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental". In: LOUREIRO, C. F. B., LAYRARGUES, P. P., CASTRO, R. S. (Orgs.) *Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania*. São Paulo, Cortez, 2002. p. 179-220.

LEFF, E. "Educação ambiental e desenvolvimento sustentável". In: REIGOTA, M. (Org.) *Verde cotidiano: o meio ambiente em discussão*. Rio de Janeiro, DP&A, 2001. p. 111-130.

MARX, K. *A ideologia alemã*. Lisboa, Edições Avante, 1992.

MENEZES, C. L. *Desenvolvimento urbano e meio ambiente: a experiência de Curitiba*. Campinas, Papirus, 1996.

MINAYO, M. C. de S. "O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica". In: GUARESCHI, P. & JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.) *Textos em representações sociais*. 6 ed. Petrópolis, Vozes, 2000. p. 89-111.

MOSCOVICI, S. *A representação social da Psicanálise*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

----- "Sobre representações sociais". Mimeo.

MUNFORD, L. *A cultura das cidades*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1961.

OLIVEIRA, D. *Curitiba e o mito da cidade modelo*. Curitiba, Ed. da UFPR, 2000.

OLIVEIRA, M. "Meio ambiente e cidade: áreas verdes públicas de Curitiba". In: *Cadernos de desenvolvimento e meio ambiente*. n. 3. Curitiba, Ed. da UFPR, 1996. p. 77-87.

----- "Representação social e simbolismo: contribuição à Sociologia brasileira". In: *Revista de Ciências Humanas*. n. 7-8. Curitiba, Ed. da UFPR, 1998-99. p. 173-193.

----- "A trajetória do discurso ambiental em Curitiba (1960-2000)". In: *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, DECISO / UFPR, n.º 16, 2001. p. 97-106.

PMC/SMMA. *Coletânea de legislação ambiental de Curitiba*. Curitiba, Artes Gráficas, 1998.

----- *Lixo que não é lixo: 10 anos*. Curitiba, SMMA, 1999.

PMC/SMMA/DLP. *Gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos no município de Curitiba*. Curitiba, SMMA/DLP, 2002.

RODRIGUES, J. C. *Higiene e ilusão – o lixo como invento social*. Rio de Janeiro, NAU, 1995.

SÁ, C. P. "Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria". In: SPINK, M. J. (Org.) *O conhecimento no cotidiano*. São Paulo, Brasiliense, 1995. p. 19-45.

----- *A construção do objeto de pesquisa em representações sociais*. Rio de Janeiro, Ed. da UERJ, 1998.

SALES, T. "Raízes da desigualdade na cultura política brasileira". In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: ANPOCS, n.º 27, 1994.

SOUZA, M. L. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2002.

SPINK, M. J. "Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais". In: GUARESCHI, P. & JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.) *Textos em representações sociais*. 6 ed. Petrópolis, Vozes, 2000. p. 117-148.

----- "O estudo empírico das representações sociais". In: SPINK, M. J. (Org.) *O conhecimento no cotidiano*. São Paulo, Brasiliense, 1995. p. 85-108.

THOMAS, K. *O homem e o mundo natural*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo, Pioneira, 1985.

ZULAUF, W. E. *A ideologia verde e outros ensaios sobre meio ambiente*. São Paulo, Geração Editorial, 1995.

## **APÊNDICE 1 – QUESTIONÁRIO PILOTO**

### **Bloco 1 – Identificação:**

1.1 – Idade:

1.2 – Sexo:

1.3 – Escolaridade:

1.4 – Ocupação:

1.5 – Situação Familiar:

1.6 – Renda:

1.7 – Há quanto tempo mora no local:

1.8 – Há quanto tempo participa do programa:

1.9 – Frequência com que participa do programa:

1.10 – Qual a origem do lixo que usa para participar do programa:

### **Bloco 2 – Evocação (O que você entende por:)**

2.1 – Lixo:

2.2 – Coleta Seletiva:

2.3 – Reciclagem:

2.4 – Separação:

2.5 – Meio Ambiente:

### **Bloco 3 – Dos objetivos oficiais do programa (Como você avalia a seguinte afirmação?)**

3.1 – A Prefeitura afirma que o programa contribui para melhorar a alimentação das pessoas.

3.2 – A Prefeitura afirma que o programa contribui para manter o bairro limpo, evitando que o lixo seja depositado em lugares inadequados.

3.3 – A Prefeitura afirma que o programa estimula a consciência para problemas ambientais, fazendo com que as pessoas desenvolvam práticas

que têm por objetivo preservar o meio ambiente.

#### Bloco 4 – Situação hipotética (O que aconteceria se?)

4.1 – O que aconteceria se o programa “Câmbio Verde” fosse suspenso e não houvesse mais a troca de lixo por alimentos?

- Você continuaria separando o lixo se não houvesse a possibilidade de troca?

## APÊNDICE 2 – QUESTIONÁRIO DEFINITIVO

### Bloco 1 – Identificação

1.1 – Idade:

1.2 – Sexo:

1.3 – Escolaridade:

1.4 – Ocupação:

1.5 – Situação Familiar:

1.6 – Renda:

1.7 – Há quanto tempo mora no local:

1.8 – Há quanto tempo participa do programa:

1.9 – Frequência com que participa do programa:

1.10 – Qual a origem do lixo que usa para participar do programa:

### Bloco 2 – Evocação (O que você entende por:)

2.1 – Lixo:

2.2 – Separação do lixo:

2.3 – Meio Ambiente:

Você já ouviu essa expressão?

Onde você ouviu essa expressão?

O que você ouviu a respeito dessa expressão?

### Bloco 3 – Dos objetivos do programa

3.1 – O programa “Câmbio Verde” traz algum benefício para os moradores desse bairro? Que benefícios ele traz?

### Bloco 4 – Situação hipotética (O que aconteceria se?)

4.1 – O que aconteceria se o programa “Câmbio Verde” fosse suspenso e não houvesse mais a troca de lixo por alimentos?



- Você continuaria separando o lixo se não houvesse a possibilidade de troca?